

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO
DE MINAS GERAIS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Março/2011

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 117/2011, Portaria TCU nº 112/2011 e da Portaria CGU nº 2546/10.

Belo Horizonte, Março/ 2012

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ACS ã Área Natural de Coleta Sementes
 ACS-AM ã Área Alterada de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas
 ACS-AS ã Área Alterada de Coleta de Sementes
 ACS-MS ã Área de Coleta de Sementes com Matrizes Seleccionadas
 ACS-NM ã Área Natural de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas
 ADMSEDE ã Atender Despesas da Administração com Manutenção
 AGE ã Assessoria de Gestão Estratégica
 APOIOAGRIC ã Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
 APOIOPEC ã Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
 APPCC ã Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
 APPRODUTOR ã Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
 APS ã Área de Produção de Sementes
 APS ã Área de Produção de Sementes
 ATIVOS ã Remuneração de Pessoal Civil Ativo da União
 CAPACITA ã Cursos Servidores Públicos
 CCPS ã Central de Coleta e Processamento de Sêmen
 CEAS - Comitê Estadual de Assessoramento ao SISBOV
 CERTORGAN ã Certificação de Produtos Orgânicos de Alimentos
 CFIC ã Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos
 CGAA ã Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins
 CGC ã Cadastro Geral de Classificação do Ministério da Agricultura CSM ã Coordenação de Sementes e Mudanças
 CGPLAN ã Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão
 CGQV ã Coordenação Geral de Qualidade Vegetal
 CGU/PR ã Controladoria Geral da União
 COA ã Certificado Oficial de Análise
 CONAB ã Companhia Nacional de Abastecimento
 CSR ã Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade
 CTTP ã Comissão Tripartite Paritária Permanente
 DDA ã Divisão de Defesa Agropecuária
 DEFIA ã Departamento De Fiscalização De Insumos Agrícolas
 DESENGORG ã Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Pró-Orgânico
 DG SANCO ã Direção Geral da Saúde e da Proteção do Consumidor (Comissão Europeia)
 DIEL/SDC ã Departamento de Infra-Estrutura e Logística
 DIPOV ã Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
 DPDAG ã Divisão de Política, Produção e desenvolvimento Agropecuário
 DSA ã Departamento de Saúde Animal
 DSV ã Departamento de Sanidade Vegetal
 ED ã Elemento de Despesa
 EEB ã Encefalopatia Espongiforme Bovina - Doença da Vaca Louca
 EET ã Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis
 EMATER MG ã Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas
 EMBRAPA ã Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 EPAMIG FEMA ã Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais / Fazenda Experimental Machado
 EQC-SP- Estação Quarentenária de Cananéia em São Paulo
 ERAS ã Estabelecimento Rural Aprovado
 ERPCEANIMAL ã Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças
 ERPCVEGETAL ã Prevenção, Controle e Erradicação de Praga
 ERRADMOSCA ã Mosca da Carambola

EV-UFGM ã Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais
 FAZU ã Faculdades Associadas de Uberaba
 FEBREAFTOS ã Erradicação da Febre Aftosa
 FFA ã Fiscal Federal Agropecuário
 FISAGROTOX ã Agrotóxicos
 FISCAGRIC ã Fiscalização de Serviços Agrícolas
 FISCALPEC ã Fiscalização de Serviços Pecuários
 FISCALSEM ã Fiscalização de Sementes e Mudanças
 FISCANIMAL ã Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
 FISCGENE ã Fiscalização de Material Genético Animal
 FISCINAN ã Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal
 FISCONTRATO ã Fiscalização de Contrato de Repasse
 FISCORGEN ã Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
 FISCPLANTA ã Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
 FISFECOI ã Fiscalização de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes
 FISPROVET ã Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
 FIV ã Fertilização in Vitro
 FTP ã Protocolo de Transferência de Arquivos
 FUNDECITRUS ã Fundo de Defesa da Citricultura
 FVO ã Food and Veterinary Office
 GAPCAFE ã Gestão e Administração do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeteira
 GAPSDC ã Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
 GAVEA ã Grupo de Atenção Veterinária Especial em Avicultura
 GEOAVES ã sinônimo de GEODSA
 GEODSA ã Sistema de Georeferenciamento de Dados da Suinocultura e Avicultura para cadastros, emissão e transmissão de dados de Guias de Trânsito Animal de Aves e Suínos utilizado por médicos veterinários habilitados e serviço oficial estadual
 GEOSUÍNOS ã sinônimo de GEODSA
 GTA ã Guia de Trânsito Animal
 GTQV ã Grupo Técnico da Qualidade Vegetal
 IAT ã Informe de Avaliação Toxicológica
 ID ã Indicador de Desempenho
 IG ã Indicações Geográficas
 IMA ã Instituto Mineiro de Agropecuária
 INATPENS ã Pagamento de Aposentadorias e Pensões
 INDGRAF ã Fomento à Indicação Geográfica de Produto Agropecuário
 INOVAGRO ã Fomento à Inovação no Agronegócio
 INPI ã Instituto Nacional da Propriedade Industrial
 INSPANIMAL ã Inspeção e Fiscalização de Produto Origem Animal
 IPVEGETAL ã Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
 LABANIMAL ã Laboratório Animal
 LANAGRO MG ã Laboratório Nacional Agropecuário em MG
 LAVEGETAL ã Laboratório de Apoio Vegetal
 MANUTCRH ã Administração da Unidade
 MANUTSFAS ã Administração da Sede
 MAPA ã Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 MCT ã Ministério da Ciência e Tecnologia
 MDIC ã Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
 MI ã Ministério da Integração Nacional
 MMA ã Ministério do Meio Ambiente

N/A ã Não se aplica
 OECD ã Organização Para Cooperação E Desenvolvimento Econômico
 OEM ã Orientação Estratégica do MAPA
 OGM ã Organismos Geneticamente Modificados
 OIE ã Organização Internacional de Epizotias
 ONG ã Organização Não Governamental
 PADCLASSIF ã Padronização e Classificação de Produtos Vegetais
 PAP ã Plano Agrícola e Pecuário
 PCEANIMAL ã Prevenção, Controle e Erradicação Doenças Animais
 PCEVEGETAL ã Prevenção Controle e Erradicação de Praga dos Vegetais
 PCSt ã Pomar de Sementes Testado
 PI ã Plano Interno
 PN ã Próprio Nacional
 PNCB ã Programa Nacional de Controle do Bicudo do Algodoeiro
 PNCEBT ã Programa Nacional de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose
 PNCRB ã Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura
 PNCRC ã Programa Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes
 PNCRH ã Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalotia Espongiforme Bovina
 PNSA ã Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças de Aves
 PNSE ã Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças dos Equídeos
 PNSS ã Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças dos Suídeos
 POPs ã Procedimentos Operacionais Padronizados
 PPA ã Plano Plurianual
 PROMOCOOP ã Desenvolvimento do Associativismo Rural e Cooperativismo
 PROTCULTIV ã Proteção e Fiscalização de Cultivares
 PSC ã Pomar Clonal de Sementes
 PSCH ã Pomar Clonal para Produção de Sementes Híbridas
 PSM ã Pomar de Sementes por Mudas
 PSMt ã Pomar de Sementes Testado
 PTRES ã Plano de Trabalho Resumido
 RASTREAB ã Desenvolvimento e Monitoramento de Sistema Rastreamento
 REF ã Regime Especial de Fiscalização
 REGENAGRO ã Fomento e Uso Sustentável de Recursos Genéticos
 RENASEM ã Registro Nacional de Sementes e Mudas
 RESÍDUOS ã Programa Nacional De Controle De Resíduos Contaminantes Nos Animais E Vegetais
 SDA ã Secretaria de Defesa Agropecuária
 SDC ã Secretaria De Desenvolvimento Agropecuário E Cooperativismo
 SEAP ã Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
 SEFIA ã Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas
 SEFIP ã Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
 SENASA ã Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar da Argentina
 SESAG ã Serviço De Suporte Agropecuário
 SFA/MG ã Superintendência Federal De Agricultura, Pecuária E Abastecimento Em Minas Gerais
 SGQ ã Sistema de Gestão da Qualidade
 SIAFI ã Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal
 SIDAGRO ã Sistema de Defesa Agropecuária
 SIF ã Serviço de Inspeção Federal
 SIOR ã Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras

SIORG ã Sistema de Informação Orçamentária e Gerencial
SIPLAN ã Sistema Integrado de Planejamento
SIPOA ã Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV ã Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SISBOV ã Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bufalina
SMP ã Setor de Manutenção Predial
SMR ã Sistema de Mitigação de Risco
SNCR ã Sistema Nacional de Crédito Rural
SPA ã Secretaria de Política Agrícola
SPAÊ ã Secretaria de Produção e Agroenergia
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPU ã Secretaria do Patrimônio da União
SRI ã Secretaria de Relações Internacionais
SSA ã Serviço de Saúde Animal
SSV ã Serviço de Sanidade Vegetal
TCU ã Tribunal de Contas da União
TE ã Transferência de Embrião
UF ã Unidade Federativa
UFLA ã Universidade Federal de Lavras
UFU ã Universidade Federal de Uberlândia
UFV ã Universidade Federal de Viçosa
UJ ã Unidade Jurisdicionada
UTLA ã Unidade Técnica Local de Agricultura
UTRA ã Unidade Técnica Regional de Agricultura
VIGIAGRO ã Serviço de Gestão de Vigilância Agropecuária
VIGIFITO ã Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ ã Relatório de Gestão Individual.....	13
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	19
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	19
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias.....	21
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes.....	21
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital	22
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	22
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	22
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	23
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	23
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ.....	24
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	24
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	25
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	25
Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	25
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	65
Quadro A.5.1 ã Força de Trabalho da UJ ã Situação apurada em 31/12	66
Quadro A.5.2 ã Situações que reduzem a força de trabalho da UJ ã Situação em 31/12.....	66
Quadro A.5.3 ã Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	67
Quadro A.5.4 ã Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12.....	67
Quadro A.5.5 ã Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	67
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	68
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	68
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	69
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	69
Quadro A.5.9 ã Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	70
Quadro A.5.10 ã Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	70
Quadro A.5.11 ã Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	70
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	71
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	71
Quadro A.6.1 ã Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	72
Quadro A.6.2 ã Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	73
Quadro A.6.3 ã Resumo dos instrumentos de transferência que vigoram em 2011 e exercícios seguintes.....	73
Quadro A.6.4 ã Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	74
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	74

Quadro A.7.1 ã Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV.....	76
Quadro A.8.1 ã Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	76
Quadro A.9.1 ã Estrutura de controles internos da UJ	77
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	79
Quadro A.11.1 ã Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	80
Quadro A.11.2 ã Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	81
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	82
Quadro A.12.1 ã Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada.....	84
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	85
Quadro A.13.2 ã Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	85
Quadro A.14.1 ã Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ	85
Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	85
Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia ã Pessoas Físicas	86
Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia ã Pessoas Jurídicas	86
Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia ã Pessoas Físicas	87
Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia ã Pessoas Jurídicas	88
Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ.....	88
Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	89
Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB	89
Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	22
Quadro A.14.11 - Ações da RFB	90
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	91
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	91
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	92
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	96
Quadro A.16.1 ã Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	98
Quadro A.16.2 ã Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	99

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS	02
LISTA DE QUADROS.....	06
SUMÁRIO.....	08
INTRODUÇÃO.....	10
PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	10
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	13
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	13
2. PARTE A, ITEM 2 DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	13
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	13
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	18
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	19
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	19
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	21
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	21
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	21
2.4.3 Programação de Despesas de Capital.....	22
2.4.4 Execução Orçamentária Da Despesa.....	23
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	25
2.4.7 Indicadores Institucionais	26
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	65
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	66
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	66
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	66
5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada.....	66
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada	67
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade.....	67
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade	67
5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	68
5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	68
5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.....	68
5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	69
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	69
5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	70
5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.....	70
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concursos públicos para substituição de terceirizados.....	70
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade.....	70
5.5.4 Informações Sobre A Locação De Mão De Obra Para Atividades Não Abrangidas Pelo Plano De Cargos Do Órgão.....	70
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	72
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	72
6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO	72

6.1.2	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS EXERCÍCIOS.....	72
6.1.3	Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes.....	72
6.2	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	74
6.2.1	Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	74
6.3	ANÁLISE CRÍTICA.....	75
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	76
7.1	MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	76
,8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	76
8.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	76
8.2	ANÁLISE CRÍTICA	77
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	77
9.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	77
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	79
10.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	79
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.	80
11.1	GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	80
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	84
12.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	84
13.	PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	85
13.1	DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	85
14.	PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	855
15.	PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	91
15.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	91
15.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	91
15.3	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	92
15.4	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	96
16.	PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	99
16.1	RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	98
16.2	RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO	99
	RESULTADOS E CONCLUSÕES	99
	ANEXOS	100

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 ã CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se ao Relatório de Gestão do exercício de 2011, da Superintendência Federal da Agricultura em Minas Gerais ã SFA/MG, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento ã MAPA.

Sua elaboração foi efetuada de acordo com a Decisão Normativa TCU Nºs 108 de 24/10/2011.

No âmbito da Administração Pública, a apresentação deste documento é de significativa importância no sentido de demonstrar, tanto para os órgãos reguladores, quanto para a Sociedade, as informações relativas à gestão e desempenho institucional da desta unidade jurisdicionada, a apreciação e julgamento dos resultados, de maneira que possa edificar de forma sustentável as ações de monitoramento da Administração Pública e o exercício pleno da cidadania.

Com intuito de facilitar a leitura e acompanhamento das peças e informações inseridas, abaixo são apresentados os itens em que não houve necessidade de preenchimento.

O item 2.3.1 ã Execução dos Programas de Governo sob responsabilidade da UJ.

Quadro A.2.1 não se aplica por ser de responsabilidade da Se em Brasília.

No item 2.4.1 ã Programação Orçamentária da Despesa.

Quadro A.2.3 ã Identificação das Unidades Orçamentárias, não se aplica tendo em vista a ausência destas situações na UJ.

Item 2.4.2 ã Programação de Despesas correntes

Quadro A.2.4 ã Programação de Despesas Correntes, A.2.5 ã Programação de Despesas Capital, Item 2.4.3.1 ã Quadro resumo da Programação de Despesas. Quadro A.2.6 ã Quadro Resumo da Programação de despesas e da Reserva de Contingência, não se aplicam tendo em vista a ausência destas situações na UJ.

Nota: Os quadros A.2.3, A.2.4, A.2.5, A.2.6 não se aplicam pois somente devem ser preenchidos pelas UJ que são UO que tenham, entre as unidades consolidadas ou agregadas, Unidade gestora UG na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos atribuídos originalmente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

Item 2.4.4.1 ã execução orçamentária de Créditos originários da UJ.

Quadro A.2.8 ã despesas por modalidade de contratação dos Créditos originários da UJ, não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

Quadro A.2.9 ã despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ, não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

Quadro A.2.10 ã despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ, não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

Item ã 2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos recebidos pela UJ por Movimentação, não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

Item 2.4.5 ã Despesas Correntes por grupo e elemento de Despesa dos Créditos recebidos por movimentação.

Quadro A.2.12 ã Despesas Correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação, não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.>

Item 2.4.6 ã Despesas de capital por Grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação não se aplica aos itens 5 e 6 tendo em vista a ausência destas situações na UJ.

Item 2.4.7.13 ã Ação 2277, Gestão e administração do Programa de desenvolvimento da Economia cafeeira ã GAPCAFE< não se aplica tendo em vista que as despesas desta ação não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, não é possível calcular matematicamente os indicadores de eficácia e eficiência.

Item 2.4.7.14 ã Ação 8598 ã apoio ao desenvolvimento das cadeias Produtivas Agropecuárias-APOIOPEC, não se aplica. Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA ã Sede (Brasília) que foram descentralizados para a SFA/MG para apoio da ação relacionada, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

Item 2.4.7.15 Ação 8622 ã Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo. PROMOCOOP2, não se aplica. Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA, sede (Brasília) que foram descentralizados para a SFA/MG PA apoio da Ação relacionada, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

Item 2.4.7.16 ã Ação 4720 ã Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica. CERTORGAN1, não se aplica. Refere-se a PI que está sob a gerência direta da COAGRE/MAPA ã sede (Brasília), não havendo, desta forma, uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

2.4.17 ã Ação 2277 ã Gestão e Administração de Programa ã GAPSDS, não se aplica. Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA ã sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para SFA/MG para apoio das ações, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

Item 2.4.7.18 ã Ação 8593 ã Apoio ao uso e manejo sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas ã PI ORMANEJO 2. Não se aplica para o processo que se encontra em curso no momento de elaboração do Plano Estadual de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono em Minas Gerais, são necessários recursos financeiros.

Item 2.4.7.20 ã Ação 8949 ã Fomento à Conservação e uso Sustentável de recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação. REGENAGRO. Não se aplica. Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA ã sede (Brasília) que foram descentralizados recursos par a SFA/MG para apoio das ações, não havendo desta forma uma programação inicial. O cálculo dos índices de desempenho é construído pela gerência central.

Item 5.5 ã Terceirização de mão de obra empregada pela UJ.

Quadro A.5.9 ã Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada. Não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

Quadro A.5.10 ã relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados. Não se aplica tendo em vista a ausência destas situações na UJ.

Quadro A.5.11 ã Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados. Não se aplica, tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

Item 13 ã Parte A ã Item 13 do Anexo II da DN TCU nº 108 de 12/11/2010.

Item 13.1 ã Despesas com cartão de crédito Cooperativo. Quadro A.13.1 ã Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por portador. Não se aplica, tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

Item 14 ã Parte A ã Item 14 do Quadro II da DN TCU nº 108 de 24/11/2010. Não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

14.2 ã Valores renunciados e respectiva Contrapartida.

Quadro 14.2 ã valores renunciados e respectiva contrapartida. Não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

Quadro 14.3 ã Contribuintes beneficiados pela Renuncia ã Pessoas Jurídica e Física.

Quadro A.14.3 ã contribuintes beneficiados pela renuncia ã Pessoa Física. Não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

Item 14.4 ã Beneficiários da Contrapartida da renuncia Tributária ã Pessoas Física e Jurídica.

Quadro a.14.4 ã contribuintes Beneficiados pela renuncia ã Pessoas Jurídicas. Não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

Quadro A.14.5 ã beneficiários da Contrapartida da renuncia ã Pessoas Físicas. Não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

Quadro A.14.6 ã Beneficiários da Contrapartida da renuncia ã Pessoas Jurídicas. Não se aplica, tendo em vista a ausência destas situação na UJ.

Item 14.5 ã Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida da renuncia de receita Tributária.

Quadro A.14.7 ã Aplicação de recursos da renuncia da receita tributária. Não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

14.6 ã Prestação de contas da renuncia de Receitas.

Quadro A.14.8 ã Prestações de contas de renuncia de receitas. Não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

14.7 ã Comunicações à RFB

Quadro A.14.9 ã Comunicações à RFB, não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

14.8 ã Indicadores de gestão da renuncia de Receitas. Não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

14.10 ã Fiscalizações realizadas pela RFB. Não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

15 ã Parte A, Item 15 do Anexo II da DN TCU Nº 108, de 24/11/2010.

15.1 ã Deliberações do TCU atendidas no exercício.

Quadro A.15.1 ã Cumprimento das liberações do TCU Atendidas no exercício. Não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

15.2 ã Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

Quadro A.15.2 ã Não se aplica, tendo em vista a ausência desta situação na UJ.

15-4 ã Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.

Quadro A.15.4 ã Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício. OBS: Situações relacionadas nos quadros anteriores.

16 ã Parte A, item 16, do Anexo II da DN TCU nº 108, de 24/11/2010.

16.1 ã recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício.

Quadro A.16.1 ã Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício. Não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ. Não há unidade de auditoria interna na Superintendência. Somente na sede em Brasília.

Quadro A.16.2 ã Informações sobre recomendação da unidade da auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência. Não se aplica tendo em vista a ausência desta situação na UJ. Não há unidade de auditoria interna na Superintendência. Somente na sede em Brasília.

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ ã RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 002773
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais			
Denominação abreviada: SFA/MG			
Código SIORG: 002773		Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130056
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Fiscalização			Código CNAE: 8413
Telefones/Fax de contato:	(31) 3250-0300	(31) 3250-0306	(31) 3250-0314
E-mail: gab-mg@agricultura.gov.br			
Página na Internet: www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Av. Raja Gabaglia, 245 - Cidade Jardim - Belo Horizonte/MG - CEP: 30380-103			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 9, de 11/10/1962; Decreto nº 7.127, de 04/03/2010; Portaria nº 428, de 09/06/2010.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria nº 428, de 09/06/2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria nº 428, de 09/06/2010.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica.	Não se aplica.		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica.	Não se aplica.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica.		Não se aplica.	

2. PARTE A, ITEM 2 DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

No âmbito da atividade privada, a década de 1960 foi um marco para o planejamento empresarial, em razão da necessidade que as organizações tinham para identificar o seu nível de competitividade e de atuação perante seus competidores nos mercados em que atuavam. De forma contínua, surgiu a necessidade de definição dos objetivos organizacionais, bem como de tornar as coisas mais organizadas na mente dos gestores, por meio de um conjunto de instrumentos para a tomada de decisões.

A partir de então, a estratégia empresarial, tornou-se um instrumento de significativa importância, tendo em vista as turbulências e mudanças que sempre ocorreram no universo econômico, principalmente aquelas relacionadas aos ambientes nos quais essas organizações estivessem inseridas.

Entretanto, as transformações que ocorreram na década de 1990, caracterizada pela globalização da economia mundial, em que barreiras comerciais entre os países foram quebradas, proporcionaram uma maior integração entre as nações. Nesse contexto, mudanças radicais foram

sendo implementadas, tanto no âmbito empresarial, quanto na área pública que, neste caso particular, envolveu o processo de gestão pública.

Assim, no âmbito da administração pública brasileira, em função dessa nova configuração, o papel do Estado deveria ser repensado, uma vez que a crise ocorrida no aparato estatal brasileiro em 1980, juntamente com a globalização da economia, demandava a sua reconstrução, no sentido de proporcionar que a economia nacional se sustentasse em condições estruturais para competir em escala global.

Historicamente, o Estado brasileiro passou por quatro grandes reformas administrativas, iniciando-se em 1934, que culminou com a criação do DASP, na constituição de 1937. Em 1967 outra reforma foi protagonizada, promovendo a institucionalização de práticas do planejamento estratégico, orçamento, coordenação e delegação, alterando totalmente os princípios de organização da administração pública federal. A Constituição Federal de 1988 pode ser considerada, em parte, uma reforma administrativa, pois criou condições para uma ampla alteração na administração pública.

As condições institucionais emanadas da Constituição Federal de 1988 apresentaram desdobramentos e rearranjos, de acordo com tendências mundiais que ocorreram em 1995, época que iniciou-se uma nova reforma, que teve como principal foco o desenvolvimento de novas visões e metas para o Estado, por meio de orientações no sentido de introduzir no governo, parâmetros de trabalho próprios do setor privado, como a própria lógica de resultados; o fortalecimento de carreiras estratégicas e gerenciais; a formulação de um processo de descentralização, delegação e devolução; revisão de princípios hierárquicos do funcionalismo público e redução do tamanho do Estado empreendedor, por meio de privatização e transferência de funções executivas de interesses sociais, com exceção das atividades exclusivas do Estado, com a utilização instrumentos de contratualização.

Assim, pode-se inferir que, a partir da reforma iniciada em 1988, fundamentada no artigo 165 da CF/88, que institucionalizou o Plano Plurianual do Governo Federal, potencializada sete anos mais tarde com a reforma de 1995, o planejamento estratégico governamental foi efetivamente incorporado na Administração Pública Federal.

No contexto do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, o processo de gestão estratégica foi institucionalizado por meio do decreto 5351/2005, revogado posteriormente, estando em vigência no momento, o decreto 7127 de 04/03/2010.

Nesses dois normativos, foi instituída, em seus artigos 5º, a Assessoria de Gestão Estratégica - AGE, órgão de assistência direta ao Ministro de Estado, tendo como competências a promoção da gestão estratégica e coordenação e elaboração do planejamento estratégico do Ministério da Agricultura.

Nesse sentido, a partir de sua instituição em 2005, a AGE passou a atuar de acordo com suas prerrogativas institucionais na implantação do Gestão Estratégica do Ministério.

Portanto, a implantação da AGE foi o marco que delineou o futuro do MAPA, no sentido do estabelecimento de sua missão, valores organizacionais, visão de futuro, etc, no contexto de um ambiente mundial em constante mutação. Destaca-se ainda, a representatividade do agronegócio brasileiro como um dos elementos propulsores da economia nacional, entretanto, há necessidade de que o poder público proporcione ao setor produtivo políticas e estruturas de serviços mais eficientes e eficazes, em tempo oportuno.

Assim, a Missão do Mapa foi delineada no sentido de **“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”**, ou seja, a missão do Ministério, em última análise, representa a razão de ser de sua existência, mas de suma importância para que ele possa cumprir suas responsabilidades institucionais perante a sociedade brasileira.

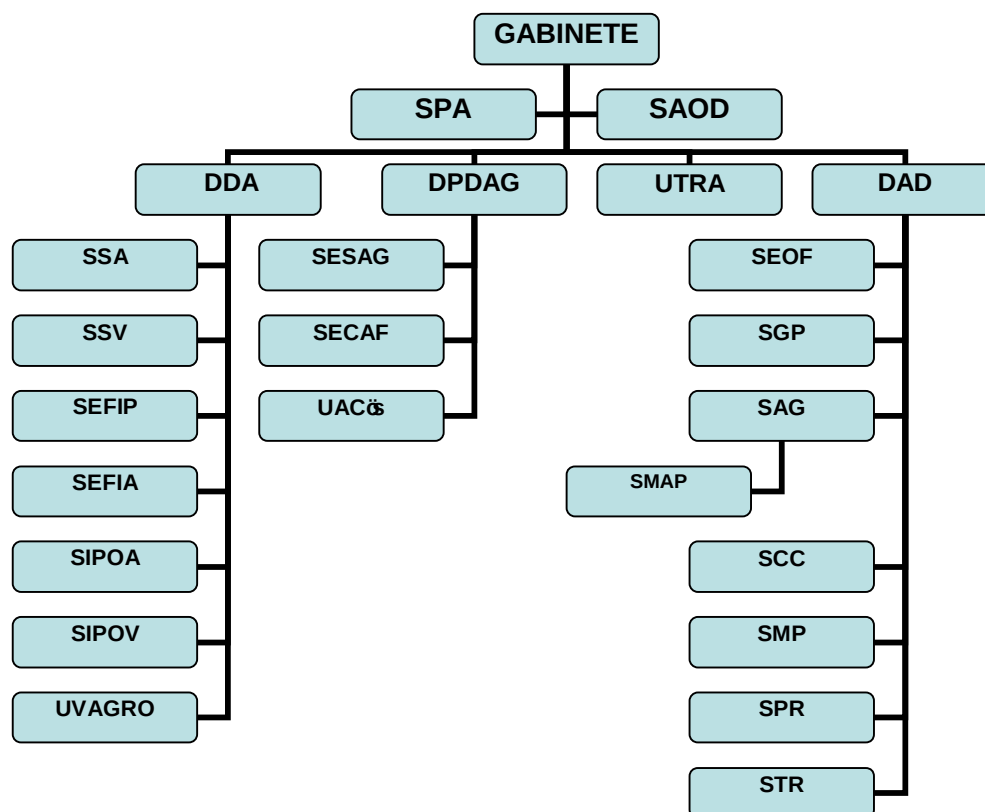
Entretanto, na busca de atendimento de sua missão, é imprescindível que o Mapa estabelecesse sua Visão de Futuro no intuito de demonstrar **“aquilo que ele quer ser”**, sua idealização de um futuro desejado. Essa visão, para o período de 2006-2015 foi definida como **“Ser**

reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

Para materialização e implementação da Gestão Estratégica em qualquer organização, há necessidade de se estabelecer um Plano Estratégico que, no caso do Mapa, abrange quatro importantes perspectivas: da sociedade, do agronegócio e parceiros envolvidos, dos processos internos e das pessoas, com seus aprendizados e conhecimentos. Em cada uma dessas perspectivas, foram identificados desafios que devem ser superados até o ano de 2015.

Entretanto, o Plano Estratégico está alinhado com dois tradicionais instrumentos de gestão do Governo Federal: o Plano Plurianual - PPA e a Lei Orçamentária Anual - LDO, por meio dos quais são programados recursos financeiros a serem liberados para atendimento dos programas e ações dos entes públicos para atendimento de seus objetivos estratégicos, traçados por meio de seu Plano Estratégico.

No âmbito da Superintendência Federal da Agricultura de Minas - SFA/MG, são desenvolvidas atividades institucionais por meio de sua estrutura organizacional assim constituída: Gabinete da Superintendência, que tem a ele subordinada duas unidades de assistência direta, duas unidades centrais de execução finalísticas, vinte unidades descentralizadas de execução finalísticas e uma unidade de apoio operacional. O organograma da SFA/MG está assim delineado:



As responsabilidades e competências dos componentes da SFA/MG foram institucionalizadas por meio da Portaria 428 de 09/06/2010. Abaixo, de forma sucinta são descritas as principais competências das unidades da SFA.

Ao Gabinete compete realizar a gestão da Unidade, do ponto de vista técnico, operacional e político, considerando as orientações emanadas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e de acordo com o Regimento Interno.

O Serviço de Planejamento e Acompanhamento - SPA, unidade de assistência direta ao Gabinete, se responsabiliza pela promoção do processo de gestão estratégica, gestão operacional, execução dos projetos e atividades constantes do Plano Plurianual, e da elaboração e consolidação do plano operativo anual, da programação físico-orçamentária, além de outras atividades previstas na Portaria 428.

A Seção de Apoio Operacional e Divulgação ã SAOD, unidade de assistência direta ao Gabinete, tem como responsabilidades, entre outras, promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, bem como apoiar o Superintendente, em relação à sua agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional e auxiliar na divulgação de notícias e informações e distribuição de publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio;

A Divisão de Defesa Agropecuária ã DDA, Unidade Central de Execução Finalística, tem como competências, entre outras, coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades relativas à vigilância zoossanitária e fitossanitária; implementar a operacionalização de ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários.

Assim, sob a coordenação técnica, hierárquica e institucional dessa Divisão, atuam as seguintes unidades:

- Serviço de Saúde Animal ã SSA, que tem como competências programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância sanitária e epidemiológica; prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais.

Outras competências visam orientar e acompanhar a aplicação das normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais.

- Serviço de Sanidade Vegetal ã SSV, ao qual compete programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância fitossanitária; prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais, aplicação das medidas de defesa fitossanitária, com vistas a evitar a disseminação de pragas dos vegetais e educação fitossanitária.

Outras competências envolvem o acompanhamento das atividades e realização de auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas com centros colaboradores e estações quarentenárias.

- Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal ã SIPOA, que tem como competências programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de inspeção *ante-mortem* e *post-mortem* de animais de açougue, inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que procedem ao abate de animais de açougue e que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, destinados ao comércio interestadual e internacional.

O Serviço realiza também a fiscalização da classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, bem como da tipificação de carcaças, inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal, inclusive resíduos de valor econômico, destinados ao comércio interestadual e internacional.

Outras competências do SIPOA envolvem o acompanhamento e orientação, quando necessário, das atividades da inspeção sanitária de produtos de origem animal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência.

- Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal ã SIPOV, ao qual compete programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias-primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal, inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho para o mercado nacional. Executa também atividades de controle higiênico-sanitário dos produtos vegetais oriundos da produção interna, da importação e destinados à exportação.

Na área de bebidas, orienta, acompanha e audita as atividades de inspeção e fiscalização de vinhos, de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de classificação de produtos de origem

vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, de competência estadual outorgada pela legislação específica, bem como os acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção de produtos e derivados de origem vegetal e da classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico.

➤ Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas ã SEFIA, tem como competências, a programação, promoção, orientação, controle e execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos agrícolas, relativas à produção, importação e exportação de agrotóxicos e afins; da produção, comercialização, importação e exportação de fertilizantes, corretivos e inoculantes e biofertilizantes, produção, certificação, comercialização, utilização, importação e exportação de sementes e mudas, bem como a pesquisa, produção, utilização, comercialização e importação de organismo geneticamente modificado, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/MAPA;

➤ Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários ã SEFIP, suas competências estão direcionadas para a programação, promoção, orientação e controle da execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos pecuários, relativas à produção, importação e exportação de produtos de uso veterinário; à produção, importação e exportação de produtos destinados à alimentação animal; à produção, comércio, importação e exportação de material genético animal e à prestação de serviços de reprodução animal e de inseminação artificial. Além de outras competências o Serviço acompanha e orienta, quando necessário, as atividades de fiscalização de insumos pecuários desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência.

➤ Unidade de Vigilância Agropecuária ã UVAGRO, tem como competências executar as atividades de fiscalização agropecuária em aeroportos internacionais e aduanas especiais, examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças animais ou de pragas vegetais, que constituem ameaça à agropecuária nacional.

A Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário ã DPDAG, tem competências que visam promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário; orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas. Orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com registro genealógico, competições e demais atividades turfísticas e hípcas; credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade - OAC; cadastramento de Organismos de Controle Social - OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação; atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG; dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica; mecanização e aviação agrícola.

A Divisão busca também estimular a organização do setor agropecuário, em especial, na implantação de cooperativas e instituições associativas rurais; cadeias produtivas do agronegócio; empresas e produtores de sementes e mudas; empresas, organizações e iniciativas voltadas à assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia, inclusive o credenciamento de profissionais, autônomos ou não; empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários; e certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária.

Na sua estrutura, a Divisão é segmentada no Serviço de Suporte Agropecuário ã SESAG e na Seção do Café ã SECAF, que são responsáveis pelas seguintes atividades/ações:

O SESAG coleta, processa e mantém os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário, além de prestar apoio ao Chefe do DPDAG na elaboração do Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário, na promoção e organização dos fóruns

consultivos às cadeias de produção e no planejamento e acompanhamento das atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A SECAF coordena e acompanhar a atividades executadas pelas Unidades Armazenadoras de Café, além de apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões relacionadas às atividades de suas competências.

Às Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- UTRAôs competem executar as atividades de defesa agropecuária, no âmbito da respectiva jurisdição, em cumprimento às instruções técnico-normativas oriundas da Secretaria de Defesa Agropecuária, sob coordenação, orientação e programação específicas da Divisão de Defesa Agropecuária bem como executar as atividades de desenvolvimento agropecuário, no âmbito da respectiva jurisdição, em cumprimento às instruções técnico-normativas oriundas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, sob coordenação, orientação e programação específicas da Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário.

A estrutura da SFA/MG conta com uma Unidade de Apoio Administrativo constituída por meio da Divisão de Apoio Administrativo ñ DAD cujas competências, entre outras, envolvem a coordenação e execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, consoante orientações dos órgãos setoriais.

Para consecução de suas atividades, essa Divisão tem em sua estrutura os seguintes serviços/setores:

- Serviço de Execução Orçamentária e Financeira ñ SEOF;
- Serviço de Gestão de Pessoas ñ SGP;
- Setor de Compras e Contratos ñ SCC;
- Seção de Atividades Gerais ñ SAG
- Setor de Protocolo ñ SPR
- Setor de Manutenção Predial ñ SMAP
- Setor de Transporte ñ STR
- Setor de Material e Patrimônio ñ SMP.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

À Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério compete a execução das atividades e programas de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural. A SFA tem suas atribuições pautadas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria nº 428 de 09/06/2010.

Dessa forma, sua missão é: ópromover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileiraô. E a visão de futuro prevista para 2015 é: óser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócioô.

Para cumprir suas funções finalísticas e atender às demandas da sociedade e do Governo, a SFA/MG está diretamente vinculada aos programas e objetivos estabelecidos no Plano Plurianual ñ PPA 2008-2011 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo objetivo é servir de elemento pavimentador da trajetória que o MAPA se propôs trilhar, coerentemente com a sua missão, onde as áreas técnicas finalísticas mantêm um constante canal de comunicação com os coordenadores de cada PI ñ Plano Interno, distribuídos em Programas, que são gerenciados em Brasília.

Por meio desta interlocução, são planejadas as metas, formas e ações visando o alcance eficaz e eficiente de suas finalidades. Também, por meio desta sistemática, são encaminhadas as programações para os desembolsos financeiros necessários.

A atuação dos serviços que integram a estrutura da SFA-MG, no ano de 2011, foi diretamente influenciada por eventos externos e internos e internos inerentes à Administração Pública ocorridos nos últimos anos, impulsionando, de um lado, o aumento considerável da demanda por serviços prestados pelo MAPA e, por outro lado, levando a um maior controle dos gastos públicos por parte do Governo.

No âmbito externo, ocorreu o crescimento da economia mundial em 20% nos últimos 4 anos, aumentando o consumo de alimentos em países emergentes como China, Índia e Brasil, onde vive uma parcela de mais de 30% da população mundial, levando à uma mudança de padrão de consumo alimentar, tornando necessário que se produzam mais alimentos em larga escala para atender a essa demanda cada vez mais crescente.

Um outro aspecto é o comportamental, uma vez que a globalização de mercados, consolidada a partir da década passada, aliada às correntes e demandas de uma população mundial cada vez mais conscientizada e ativa na busca de seus direitos, faz com que o consumidor passe a cobrar mais das empresas, e até do setor, no que se refere à segurança dos alimentos (para a saúde e para o meio ambiente), no controle da sua produção, certificação de sua qualidade, garantia de sua origem (rastreado-se a sua produção), rotulagem, entre outros. Nesse contexto, os Serviços de Inspeção, Fiscalização e Defesa Agropecuária e atividades fim do MAPA ganham destaque e importância cada vez maior em sua contribuição no desenvolvimento da economia brasileira. Acrescentamos ainda que no ano de 2011 tivemos o contingenciamento de recursos destinados ao Ministério, como parte do plano de ajuste fiscal do Governo Federal através do Decreto Presencial 7446/2011. Assim a diminuição da disponibilidade financeira levou à readequação de estratégias para a execução dos Planos Operativos por parte das atividades meio e fim.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob Responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

NOTA: NÃO SE APLICA Ver complemento no Anexo

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
Agricultura	Defesa Sanitária Animal	0357	2134/201	Atividade	3	Fiscalização Realizada (Unidade)	79.166	85.682	85.000
Agricultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	8572	Atividade	3	Área (ha)	615.000	615.000	615.000
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0356	4738	Atividade	4	Área (ha)	55.428	55.428	55.428
Agricultura	Normatização e Fiscalização	0356	4745	Atividade	4	Número de Fiscalizações (Unidade)	150	184	236

Agri- cultura	Normatiza- ção e Fiscalização	0375	2019	Atividad e	4	Fiscaliza- ções Realizada s	65	67	65
Agri- cultura	Fiscalização	0375	2124	Atividad e	4	Fiscaliza- ções Realizada s	290	588	360
Agri- cultura	Normatiza- ção e Fiscalização	0375	2140	Atividad e	4	Fiscaliza- ções Realizada s	85	123	117
Agri- cultura	Normatiza- ção e Qualidade	0356	8938	Atividad e	3	Unidade	720	711	715
Agricultu ra	Defesa Sanitária Animal	0357	2181	Atividad e	3	Unidade	6.455	6.223	Meta a ser definida pela cord. Geral BSB
Agri- cultura	Defesa Sanitária Vegetal	0357	2180	Atividad e	3	Unidade	29.350	31.530	Meta a ser definida Pela coord. Geral BSB
Agri- cultura	Normaliza- ção e Qualidade	0393	2B47	Atividad e	4	Unidade	700	185	Meta a ser definida p/ coord. Geral BSB
Agri- cultura	Normaliza- ção e Qualidade	1426	8606	Atividad e	4	Unidade	4.000	1.044	Meta a ser definida p/ coord. Geral BSB
Agri- cultura	Normatiza- ção e Fiscalização	0375	2177	Atividad e	4	Fiscaliza- ções Realizada s	40	15	Meta a ser definida p/ Coord. BSB
Agri- cultura	Defesa Sanitária Animal	0357	4842	Atividad e	3	Km ²	586.528	586.528	586.528
Agri- cultura	Defesa Sanitária Animal	0357	8658	Atividad e	3	Proprieda- de Atendida (Unidade)	48.000	49.496	40.000
Agri- cultura	Defesa Sanitária Animal	0357	2181/2 139	Atividad e	3	Fiscaliza- ção Realizada (Unidade)	1.284.000	1.022.301	1.200.000
Agri- cultura	Normatiza- ção e Fiscalização	1442	8592	Atividad e	3	Unidade	60	239	Indetermina do
Agri- cultura	Normatiza- ção e Qualidade	0356	8939	Atividad e	3	Unidade	450	667	450
Agri- cultura	Normatiza- ção e Qualidade	0356	4746	Atividad e	3	Tonelada	22.500	24.165	Meta a ser definida p/ Coord. BSB
Agri- cultura	Normatiza- ção e Fiscalização	0375	2179	Atividad e	4	Fiscaliza- ções Realizada s	2.399	2.438	2.252

Agri- cultura	Normatiza- ção e Fiscalização	0375	2141	Atividad e	4	Fiscaliza- ções Realizada s	1.300	1.019	1.300
Agri- cultura	Normatiza- ção e Fiscalização	0375	2909	Atividad e	4	Fiscaliza- ções Realizada s	70	51	168

Fonte: SIPLAN, PPA e Plano Operativo Anual.

Análise crítica

As atividades de Inspeção e Fiscalização desenvolvidas no âmbito da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais no ano de 2011, visando o cumprimento de ações finalísticas discriminadas nos programas Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários, Segurança da Sanidade na Agropecuária e Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, incluídas no PPA 2008-2011 foram executadas dentro das expectativas, portanto as metas físicas foram plenamente atingidas.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
	99999	999999
	99999	999999

NOTA: NÃO SE APLICA

NOTA: Os quadros A.2.4, A.2.5 e A.2.6 **NÃO SE APLICAM** pois somente devem ser preenchidos pelas UJ que são UO ou que tenham, entre as suas unidades consolidadas ou agregadas, Unidade Gestora (UG) na qual tenham sido registrados contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 º Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 ñ Pessoal e Encargos Sociais	2 ñ Juros e Encargos da Dívida	3 ñ Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	110008				180.971,39
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 ñ	5 ñ Inversões	6 ñ

		ou recebedora		Investimentos	Financeiras	amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial.

Análise crítica

Movimentação do Ministério da Pesca que tem suas despesas executadas pela SFA-MG. Necessária fazer a desvinculação dos dois ministérios.

2.4.4 Execução Orçamentária Da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 ã Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 ã Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 ã Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 ã Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 ã Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 ã Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

NOTA: NÃO SE APLICA

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	2.388.697,74	9.272.431,56	2.315.858,24	3.720.948,37
Convite				
Tomada de Preços		1.004.885,44		17.189,44
Concorrência				
Pregão	2.388.697,74	8.267.546,12	2.315.858,24	3.703.758,93
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	1.202.593,96	1.172.830,45	1.091.173,80	1.028.952,25
Dispensa	980.969,95	955.772,70	905.135,14	844.405,31
Inexigibilidade	221.624,01	217.057,75	186.038,66	184.546,94
Regime de Execução Especial				

Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	1.415.673,97	2.247.083,99	1.415.673,97	2.247.083,99
Pagamento em Folha		132.006,55		132.006,55
Diárias	1.415.673,97	2.115.077,44	1.415.673,97	2.115.077,44
Outras	6.521.707,79	254.238,59	6.509.884,54	249.373,91

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 ã Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 ã Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

2.4.6 DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Val
ores
em
R\$
1,00

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 ã Investimentos		6.752.480,66		6.752.480,66		5.214.402,40		1.437.869,58
449051		1.004.885,44		1.004.885,44		915.806,32		17.189,44
449052		5.747.595,22		5.747.595,22		4.298.596,08		1.420.680,14
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 ã Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								

3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 ã Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial.

Análise crítica

Em decorrência do Decreto Presencial 7446/2011, observa-se a redução nos valores pagos de diárias na ordem de 33,07%, em relação ao exercício de 2010, com os impactos relatados pelos serviços técnicos neste relatório.

As despesas fixas inadiáveis foram cumpridas. As aquisições de bens e serviços programadas para melhoria da gestão da unidade, objetivando redução de custo a longo prazo não foram executadas por insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, pelo corte sofrido no MAPA, repassados às Superintendências nos estados, impedimento para o alcance dos resultados pretendidos pela SFA/MG, adiados e reprogramados para o próximo exercício.

As despesas pagas de 2011 registrada na coluna ô outras ô estão representadas pela parcela de 2011 do convênio IMA no valor de R\$6.480.283,92; despesas de exercícios anteriores reconhecidas no exercício de 2011 no valor de R\$1.341,92; despesas Patronal INSS 20% - parte do empregador referente a prestação de serviços pessoa física no valor de R\$2.100,25 e despesas com restituições a servidores em viagens no valor de R\$ 26.158,45 (pedágios, passagens rodoviárias, eventuais reparos nos veículos durante as viagens).

2.4.7 Indicadores Institucionais

2.4.7.1 Ação 2134-2201: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual e Internacional de Vegetais, Seus Produtos e Insumos ã VIGIFITO1

EFICÁCIA

Metas	Unidade	Programado 2011	Executado 2011	Eficácia (%)	Programado 2012
Supervisão do processo CFO/CFOC	nº	43	32	74,41	40
Supervisão dos trabalhos de fiscalização e controle de trânsito interestadual	nº	16	13	81,25	16
Fiscalização de material importado em depósito	nº	72	82	113,88	72
Fiscalização de material em quarentena	nº	06	04	66,66	06
Certificação fitossanitária na origem	nº	130	98	75,38	96
Parecer fitossanitário nas autorizações de importação	nº	156	102	65,38	100
Parecer fitossanitário nas autorizações de exportação	nº	96	119	123,95	120

Fiscalização de Empresas de Tratamento Fitossanitário	nº	57	57	100,00	43
Partida inspecionada no trânsito interestadual	nº	79.166	80.136	101,22	85.000
Fiscalização realizada	nº	519	493	94,99	493

EFICIÊNCIA

Valor Aplicado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
304.164,72	80.136	Fiscalização Realizada	3,79

EFETIVIDADE

A fiscalização e controle de trânsito internacional e interestadual de vegetais e produtos vegetais são as principais medidas de prevenção e controle de pragas regulamentadas visando garantir a sanidade das populações vegetais.

Destacamos o trabalho como uma das principais medidas fitossanitárias na prevenção e controle das pragas Sigatoka-Negra, Cancro Cítrico, Moko da Bananeira, Vespa da Madeira, Mosca da Carambola e outras pragas regulamentadas.

O trabalho também foi muito importante na prevenção das pragas quarentenárias ausentes, que representam grande risco para a agricultura brasileira, e no atendimento as exigências fitossanitárias no Comércio Internacional de Produtos Vegetais, possibilitando acesso a novos mercados, a exemplo do Programa de Exportação de Cucurbitáceas para a Argentina e Uruguai. Foi alcançado o objetivo do Plano de Ação de garantir a Sanidade Vegetal no Estado evitando a entrada de novas pragas, controlando as pragas regulamentadas presentes e contribuindo dessa forma para a expansão do Agronegócio Brasileiro.

Análise Qualitativa/Indicador de Desempenho

Indicador de Desempenho na Fiscalização do Trânsito Interestadual de Produtos de Origem Vegetal

$$\text{Indicador de Desempenho} = \frac{\text{Nº de partidas fiscalizadas}}{\text{Nº de partidas programadas}} \times 100$$

$$\text{Indicador de Desempenho} = \frac{80\ 136}{79\ 166} \times 100 = 101,22\%$$

79 166

2.4.7.2. Ação 8572: Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais ã PCEVEGETAL

EFICÁCIA

Meta	Unidade	Programado 2011	Executado 2011	Eficácia %	Programado 2012
Supervisão realizada	nº	247	163	65,99	139
Levantamento fitossanitário	nº	84	84	100,00	84
Área controlada	ha	615.000	615.000	100,00	615.000

EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
1.802.822,60	615.000	Área Controlada (ha)	2,93

EFETIVIDADE

Na ação de Prevenção, controle e erradicação de pragas dos Vegetais, foram realizadas as sub-ações de prevenção e controle das seguintes pragas: Sigatoka-Negra, Cancro Cítrico, Huanglongbing (Greening), Mancha Negra dos citros, Morte Súbita dos Citrus, Ferrugem Asiática da Soja, Bicudo do Algodoeiro, Cancro da Videira, Vespa da Madeira, Mosca-das-frutas e pragas do cafeeiro no Sistema de Avisos Fitossanitários.

Foram realizados trabalhos de Educação Sanitária com o objetivo de conscientizar e educar a todos os envolvidos no processo de controle e prevenção ao Greening. Os resultados da ação são demonstrados no detalhamento das sub-ações.

Destacamos a manutenção do estado na condição de Unidade da Federação sem ocorrência das pragas Moko-da-bananeira, Mosca da Carambola e Cancro da Videira e manutenção de áreas livres de Sigatoka-Negra. A praga Cancro Cítrico ocorre em apenas um município, está em processo de erradicação, o que possibilitará o reconhecimento do Estado como área livre.

Os trabalhos realizados permitiram o controle de pragas de grande importância econômica, como a Ferrugem Asiática da Soja, Bicudo do Algodoeiro e pragas do cafeeiro, o que foi fundamental para o resultado econômico das lavouras cultivadas.

2.4.7.3. Ação 4738: Erradicação da Mosca da Carambola

EFICÁCIA

Metas	Unidade	Programado 2011	Executado 2011	Eficácia (%)	Programado 2012
Manutenção de armadilhas	und	10	10	100	10
Inspeção de armadilhas	nº	240	240	100	240
Área prevenida	ha	55.428	55.428	100	55.428

EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
(*)	55.428	Área Prevenida	...

(*) A programação orçamentária é feita pela Coordenação Central.

EFETIVIDADE

A ação alcançou o objetivo proposto contribuindo para evitar a disseminação da mosca da carambola no País, mantendo o Estado de Minas Gerais na condição de Unidade da Federação sem ocorrência da praga, favorecendo o desenvolvimento da fruticultura pela abertura de novos mercados que tem restrição fitossanitária quanto à mosca da carambola.

Indicador de Desempenho = $\frac{\text{Nº de municípios com registros de focos}}{\text{Nº de municípios do Estado}} \times 100$
(% de ocorrência da praga)

Indicador de desempenho = $\frac{0}{863} \times 100 = 0\%$
(% de ocorrência da praga)

2.4.7.4. Ação 4745: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados ã FISCORGEN

EFICÁCIA

Metas	Unidade	Programado 2011	Executado 2011	Eficácia (%)	Programado 2012
Fiscalização	nº	150	184	122,6	236
Reunião Técnica	nº FFA	2	2	100	-

EFICIÊNCIA

Valor Aplicado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
34.701,83	184	Número de Fiscalizações	188,59

Foram gastos R\$ 21.796,70 em diárias e R\$ 12.455,62 em combustíveis, para a realização de 69 fiscalizações em experimentos de plantas transgênicas liberadas em campo e mais 115 em lavouras comerciais plantadas com milho geneticamente modificado para verificação do cumprimento da norma de coexistência determinada pela Resolução Normativa CTNBio 04/07.

Os FFAs Gilvino Westin Cosenza e Augusto Carlos dos Santos Pinto participaram de Curso sobre Métodos de Detecção de Organismos Geneticamente Modificados, realizado pela CBIO/SDA/MAPA, no Lanagro de Pedro Leopoldo, no período de 12 a 16/09/2011.

EFETIVIDADE

No ano de 2011 foram realizadas 69 fiscalizações de liberações planejadas no meio-ambiente de OGMs, em onze estações experimentais, ligadas a seis diferentes empresas de pesquisas agropecuárias. Outras 115 fiscalizações foram realizadas em lavouras comerciais plantadas com milho geneticamente modificado, para verificação do cumprimento da norma de coexistência determinada pela Resolução Normativa CTNBio 04/07. Essas fiscalizações foram realizadas em cinco regiões distintas do Estado, a saber: região de Uberaba, região de Uberlândia, de Patos de Minas, Sul de Minas e região de Unaí. Assim, foram realizadas, no total, 184 fiscalizações, superando em 22% a meta programada para o ano.

2.4.7.5. Ação 2019: Fiscalização de Material Genético Animal ã FISCGENE

EFICÁCIA

Atividade Produto	Programado 2011	Executado 2011	Eficácia (%)	Programado 2012
Fiscalização de Estabelecimentos	65	67	103	65

EFICIÊNCIA

Valor descentralizado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
21.619,33	67	Fiscalização realizada	322,67

EFETIVIDADE

A melhoria da produtividade e aumento da produção de leite, carne, ovos, com a diminuição dos custos de produção, dependem muito do ganho genético do material utilizado, além dos aspectos sanitários, de manejo e nutrição.

Nos últimos anos o Brasil passou de importador de leite e carne para grande exportador.

Grande parcela desta conquista é devido à melhoria genética dos nossos rebanhos, conquistada com os Testes de Progenie, com os Programas Nacionais de Melhoramento das raças no Brasil, num trabalho conjunto do Ministério da Agricultura, Embrapa, Universidades, Colégio Brasileiro de Reprodução Animal, Sociedade Brasileira de Tecnologia de Embriões e Fundações de Pesquisas Agropecuárias, juntamente com as Centrais de Sêmen e Embriões e Associações dos Criadores entre outros, e o controle da importação de material genético de alta performance .

A demanda de genética de alta qualidade, na área bovina, suína, ovina e de outras espécies domésticas, está aumentando consideravelmente, e com isto a responsabilidade da Fiscalização Federal Agropecuária. Todo esforço, com grande soma de recursos financeiros e humanos se faz necessário para uma boa fiscalização federal que garanta ao produtor rural a qualidade do material genético comercializado, com o mesmo padrão em todo o país.

Dentro do escopo da fiscalização de material genético animal, um conjunto de ações interna e externa são conduzidas, das quais destacam-se:

. 215 análises de requerimentos de importação, totalizando: 1.164 suínos; 900 doses de sêmen suíno; 3.860.216 doses de sêmen bovino; 644 embriões bovinos; 02 eqüinos e 70.324 pintos de um dia importados.

. Inscrição de 352 reprodutores para colheita de sêmen e baixa de 326 reprodutores, em 2011, nas Centrais de sêmen de Minas Gerais.

2.4.7.6. Ação 2124: Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal ã FISCINAN

EFICÁCIA

Ação/Subação I	Exec. 2007	Exec. 2008	Exec. 2009	Exec. 2010	Programado 2011	Executado 2011	Eficácia 2011 (%)
Fiscalização de estabelecimentos (nº)	598	732	830	653	683	588	86,09
Ação/Sub ação II	Exec. 2007	Exec. 2008	Exec. 2009	Exec. 2010	Programado 2011	Executado 2011	Eficácia 2011 (%)
Colheita amostras (nº)	464	428	751	676	506	627	123,91

EFICIÊNCIA

Sub-ação I			
Valor executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da ação (R\$)
\$ 113.187,84	588	Fiscalizações de fabricantes de produtos para alimentação animal	192,49
Sub-ação II			
Valor executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da ação (R\$)
\$ 113.187,84*	627	Colheitas de amostras de produtos para alimentação animal	180,52

* Os recursos empregados, na colheita de amostras, sub-ação II, são os mesmos recursos disponibilizados para a sub ação I ã fiscalização de estabelecimentos, ou seja, não são computados separadamente, visto que muitas vezes as sub ações I e II são executadas simultaneamente.

EFETIVIDADE

. Sub-ação I

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos para alimentação animal contribui para aumento da produtividade e saúde animal, para a inocuidade desses insumos e melhoria da sua qualidade, o que é de grande importância para o aumento da produção pecuária e a segurança alimentar dos consumidores de produtos de origem animal, visto que, os insumos em questão, representam um elo relevante na cadeia produtiva dos alimentos para consumo humano.

.Sub-ação II

A colheita de amostras possibilita a verificação da conformidade dos níveis de garantia, da presença de microrganismos patogênicos, contaminantes ou ingredientes proibidos. Desta forma, contribui, para melhoria da qualidade e para a inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal, o que é de grande importância para os animais de produção e dos animais de companhia e dos consumidores de produtos de origem animal.

O programa de pesquisa de subprodutos de origem animal (PSOA) em alimentos para ruminantes auxilia na redução dos riscos de ocorrência da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca), no país, mantendo-o com status de ólivre da doença, o que é essencial para a manutenção e o crescimento das exportações de carne bovina brasileira. Outras atividades do FISCINAM merecem destaque e seguem no anexo.

2.4.7.7. Ação 2140: Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário ã FISPROVET

EFICÁCIA

Atividade Produto	Programado 2011	Executado 2011	Eficácia (%)	Programado 2012
Fiscalização de Estabelecimentos Fabricantes	102	123	120,59	117

EFICIÊNCIA

Valor Descentralizado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação R\$
45.918,42	123	Fiscalização realizada	373,32

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário contribui para melhoria da qualidade dos medicamentos, vacinas e soros destinados aos animais, o que é de grande importância para a saúde animal, e contribui ainda com a melhoria da saúde da população que convive com animais domésticos e que consome produtos de origem animal, visto que os insumos em questão representam um elo relevante entre a saúde humana e animal.

Dentro do escopo da fiscalização dos produtos veterinários, um conjunto de ações internas e externas foram conduzidas, das quais, destacam-se:

- . colheitas de amostras de 100% das vacinas fabricadas sujeitas ao controle oficial, para análises fiscais, em estabelecimentos fabricantes do Estado de Minas Gerais, conforme produção das empresas, perfazendo 126 colheitas em 2011;

- . autorizações de transporte para a Central de Selagem em Vinhedo/SP, de 100% das vacinas contra raiva dos herbívoros e contra febre aftosa, para fins de colheita oficial naquela localidade, perfazendo um total de 104 Autorizações em 2011. O número foi expressivamente maior em 2011 que em 2010, quando foram autorizados 46 transportes;

- . análises para autorização de fabricação de partidas de Vacinas Autógenas: 525;

. tramitação de processos: 520 relativos a indústrias de produtos veterinários ou seus produtos e 1860 relativos aos julgamentos de infrações de comércio de produtos veterinários ;

. julgamentos de infrações de comércio de produtos de uso veterinário em primeira instância: 613. Foram arrecadados em 2011, pela aplicação de multas no PI FISPROVET, R\$ 231.300,00, representando 11,11% do total arrecadado pela SFA MG.

2.4.7.8. Ação 8938: Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal ã INSPANIMAL3

EFICÁCIA

Atividade	Executado 2010	Programado 2011	Executado 2011	Eficácia % 2010	Programado 2012
Fiscalizações, auditorias, supervisões, inspeções, laudos e vistorias técnicas em estabelecimentos	704	715	538	75,24 %	700

Comentários:

No ano corrente de 2011 o SIPOA/MG atingiu 75,24 % das metas traçadas para sua ações finalísticas.

Como já comentado, a limitação financeira imposta pelo Decreto 7.446 de 1º de março de 2011 foi o maior motivo pela queda desse índice.

EFICIÊNCIA

Atividade	Valor Executado 2011	Nº Ações Executadas 2011	Custo Individualizado da Ação R\$
Fiscalizações, auditorias, supervisões, inspeções, laudos e vistorias técnicas em estabelecimentos	517.634,54	538	R\$ 962,15

Comentários:

O custo individual da ação Inspanimal 3 foi reduzido neste ano de 2011 se comparado com 2010. Mas apesar da redução orçamentária em torno de 50 %, o nº de ações executadas não seguiu o mesmo padrão, alcançando índice de 75%.

EFETIVIDADE

Atividade	Executado 2010	Executado 2011	Variação%
Fiscalizações, auditorias, supervisões inspeções, laudos e vistorias técnicas em estabelecimentos	1.001.422,68	517.634,54	- 48,31

2.4.7.9. Ação 4723: Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos e Origem Vegetal e Animal ã RESÍDUO

EFICÁCIA

Atividade	Executado 2009	Programado 2010	Executado 2010	Eficácia % 2010	Programado 2011
Fiscalização/Amostragem de produtos animais e vegetais para verificar conformidade em níveis de resíduos e contaminantes	367	380	406	106,84	400

EFICIÊNCIA

Atividade	Valor Executado 2010	Nº Ações Executadas 2010	Custo Individualizado da Ação R\$
Fiscalização/Amostragem de produtos animais e vegetais para verificar conformidade em níveis de resíduos e contaminantes	109.950,72	406	270,81

Da Despesa Liquidada de R\$ 109.950,72 está o incluído o valor R\$ 100.000,00 do elemento de despesa 449052 (Investimento).

EFETIVIDADE

Atividade	Executado 2009	Executado 2010	Varição %
Fiscalização/Amostragem de produtos animais e vegetais para verificar conformidade em níveis de resíduos e contaminantes	23.536,75	109.950,72	367,14

Do Valor Executado, R\$ 100.000,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários ao seguir as diretrizes do DIPOA/SDA, e CCRC/SDA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem a responsabilidade de prevenir e controlar doenças e pragas animais e vegetais de interesse econômico e de importância para a saúde pública, assim como de assegurar a origem e a conformidade dos produtos de origem animal e vegetal destinados à alimentação humana e a outros fins e dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

Sua atuação é importante para assegurar a oferta de alimentos seguros para os mercados interno e internacional. A qualidade dos produtos de origem animal e de seus insumos depende da aplicação de procedimentos que garantam o cumprimento de normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e de identificação das características dos produtos. O objetivo é evitar riscos à saúde do consumidor e fraudes econômicas.

O agronegócio brasileiro cumpre com eficiência o papel de abastecer a mesa da população brasileira, em quantidade, com qualidade e preços baixos. O excedente da produção exportado tem revelado a extraordinária capacidade de competição internacional da agricultura do país, que se tornou o principal exportador mundial de alimentos.

Ressalte-se a importância do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários no que tange ao impacto social que exerce, uma vez que, ao melhorar a qualidade dos produtos da Agropecuária Mineira, principalmente nos aspectos de segurança alimentar e combate a fraude econômica, faz com que os produtos ofertados a população tenham um maior valor agregado, permitindo uma maior competitividade nos novos mercados internos e externos.

2.4.7.10.Ação 2181: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos ã FISCANIMAL

EFICÁCIA

Número de partidas inspecionadas em relação à meta física programada.

Fórmula de cálculo: $(5.383 : 6.455) \times 100 = 83,39\%$

Responsável pelo cálculo: DDA/SFA-MG

EFICIÊNCIA

Custo de uma inspeção de partida em relação ao recurso financeiro aplicado.

Fórmula de cálculo: $R\$ 1.927,40 : 5.383 = R\$ 0,35$ por inspeção.

Responsável pelo cálculo: DDA/SFA-MG

EFETIVIDADE

A ausência de notificação de novas doenças demonstra que os objetivos finalísticos da vigilância agropecuária do PI FISCANIMAL foram atingidos, pois todas as demandas foram devidamente atendidas. Apesar da diminuição da eficácia, já que o mesmo é fruto das demandas dos importadores, exportadores e passageiros em trânsito internacional, não houve qualquer surto de doenças que ameçam o patrimônio pecuário brasileiro.

2.4.7.11.Ação 2180: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos ã FISCPLANTA
EFICÁCIA

Número de partidas inspecionadas em relação à meta física programada.

Fórmula de cálculo: $(30.981: 21.658) \times 100 = 143,04\%$

Responsável pelo cálculo: DDA/SFA-MG

EFICIÊNCIA

Custo de uma inspeção de partida em relação ao recurso financeiro aplicado.

Fórmula de cálculo: $R\$ 34.954,60 : 30.981 = R\$ 1,12$ por inspeção.

Responsável pelo cálculo: DDA/SFA-MG

A Despesa Liquidada de R\$ 34.954,60 foi totalmente executada no elemento de despesa 449052 (Investimento).

EFETIVIDADE

Com a execução de fiscalização em 100% dos produtos agropecuários importados e exportados através das unidades de vigilância agropecuária localizadas no Estado de Minas Gerais afirmamos que os objetivos finalísticos da vigilância agropecuária executada pela SFA/MG foram alcançados, uma vez que não houve notificações de surgimento de novas pragas, tampouco recebemos notificações dos países importadores de interceptação de pragas em produtos expedidos pelas unidades do VIGIAGRO/DDA-MG, confirmando desta maneira a efetividade das ações propostas.

2.4.7.12.Ação 2b47: Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários ã INDGRAFI
EFICÁCIA

Atividade	Exec. 2010	Prog. 2011	Exec. 2011	Eficácia (%)	Prog. 2012
Número de produtores atendidos* com a indicação geográfica	340	500	500	100%	300
Diagnósticos de produtos com potencial IG realizados	9	3	0	0%	2
Número de pedidos de proteção protocolizados junto ao INPI	3	0	0	-	1
Número de reuniões com participação ou promovidas pelo SESAG com parceiros no processo de IG de produtos agropecuários	22	10	11	100%	10
Número de Eventos com apoio e participação de técnicos SESAG	5	3	2	66,6%	3
Número de Eventos promovidos pelo DEPDA	2	0	0	-	1
TOTAL	379	516	513	266,6%	317

EFICIÊNCIA

PI	Valor Executado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação
INDGRAF	1.643,68	513	Todas relacionadas ao PI INDGRAF	R\$ 3,20

Para considerar o baixo custo unitário descrito anteriormente, reiteramos o significativo apoio financeiro dos parceiros.

EFETIVIDADE

O processo de obtenção de IG é bastante demorado e depende de um nível de organização e conhecimento muito grande por parte dos produtores, associações e parceiros.

Um dos papéis do MAPA, através do SESAG, é divulgar a cultura de IG no meio rural e entre os consumidores, capacitar agentes, formalizar convênios e apoiar as organizações de produtores. O MAPA coordenou os processos de Indicação geográfica do queijo da Canastra, do queijo do serro e do café da região da Serra da Mantiqueira, que culminaram neste ano com a concessão do registro de indicação geográfica pelo INPI.

2.4.7.13. Ação 2277: Gestão e Administração do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira ã GAPCAFE

NOTA: NÃO SE APLICA Tendo em vista que as despesas desta ação não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, não é possível calcular matematicamente os indicadores de eficácia e eficiência.

2.4.7.14 Ação 8598: Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias ã APOIOPEC

NOTA: NÃO SE APLICA Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados para a SFA/MG para apoio da ação relacionada, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

2.4.7.15 Ação 8622: Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo ã PROMOCOOP2

NOTA: NÃO SE APLICA Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados para a SFA/MG para apoio da ação relacionada, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

2.4.7.16. Ação 4720: Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica ã CERTORGAN1

NOTA: NÃO SE APLICA Refere-se a PI que está sob a gerência direta da COAGRE/MAPA - Sede (Brasília), não havendo, desta forma, uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho

2.4.7.17 Ação 2272: Gestão e Administração do Programa ã GAPSDC

NOTA: NÃO SE APLICA Refere-se à PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

2.4.7.18. Ação: 8593 - Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas - PI ORMANEJO 2

NOTA: NÃO SE APLICA Para o processo que se encontra em curso no momento, de elaboração do Plano Estadual de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono em Minas Gerais, são necessários recursos financeiros.

2.4.7.19. Ação 8606: Desenvolvimento da Agricultura Orgânica ã Pró-orgânico ã DESENORG

EFICÁCIA

Atividade	Exec. 2009	Prog. 2010*	Exec. 2010	Eficácia (%)	Programado 2011
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica ã Pessoas beneficiadas	1.044	4.000	1.729	%	Meta a ser definida pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável / COAGRE
TOTAL	1.044	4.000	1.729*	%	

* indicador apurado não considerando o alcance de ações sem registro em listas de presença como programas de TV, matérias em jornais, e público atendido em feiras e exposições.

EFICIÊNCIA

PI	Valor Executado R\$	Nº de Pessoas atendidas	Atividade	Custo Individualizado da Ação
DESENORG	10.759,25	1.729	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica ã Pessoas beneficiadas	R\$ 6,22

Resultados

Número de pessoas beneficiadas:

- atendimento direto: 1.729
- atendimento indireto: 9.358 (considerando entrevistas no programa Minas Rural exibido na TV Alterosa, matérias no Jornal Hoje em Dia e revista Safra, ação na SuperAgro e algumas ações realizadas na VII Semana do Alimento Orgânico que não foram passíveis de registro de presença em lista)

EFETIVIDADE

Houve restrição orçamentária do Governo Federal imposta, especialmente no primeiro semestre do ano. A indefinição nacional dos recursos financeiros disponíveis, que sejam efetivamente significativos para o bom cumprimento da atividade, prejudica um planejamento anual eficiente e fragiliza as parcerias estabelecidas.

2.4.7.20 Ação 8949: Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação ã REGENAGRO

NOTA: NÃO SE APLICA Refere-se à PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações, não havendo desta forma uma programação inicial. O cálculo dos índices de desempenho é construído pela gerência central.

2.4.7.21 Ação 8611: Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário ã APPRODUTOR

EFICÁCIA

Nº vistorias efetuadas (26) x meta física programada.

Ação realizada por demanda, sem meta física programada.

EFICIÊNCIA

Custo da fiscalização em relação ao recurso financeiro aplicado.

Custo total: R\$ 7.307,36/26 fiscalizações = R\$281,05 por fiscalização

EFETIVIDADE

Executadas 100% das fiscalizações/vistorias óin locoô, podemos considerar que os objetivos da ação foram alcançados, não se registrando fatores intercorrentes que prejudicassem seu desempenho

2.4.7.22 Ação 2B17: Fiscalização de Contratos de Repasse ã FISCOFRATO**EFICÁCIA**

Nº de fiscalização em relação à meta física programada.

37 fiscalizações demandadas / 37 fiscalizações realizadas = 100%

03 fiscalizações para apuração de denúncias/03 fiscalizações realizadas = 100%

EFICIÊNCIA

Custo da fiscalização em relação ao recurso financeiro aplicado.

Custo total: R\$ 10.212,96 / 40 fiscalizações = R\$ 255,32 por fiscalização realizada.

EFETIVIDADE

Com a realização de 100% das fiscalizações demandadas, pode-se afirmar que os objetivos da ação foram alcançados, com vistorias e consequentes emissão de relatórios nos municípios de Abaeté (02 contratos), Alfredo Vasconcelos (02 contratos), Alvinópolis (01 contrato), Bias Fortes (03 contratos), Bom Despacho (04 contratos), Coronel Xavier (03 contratos), Crucilândia (05 contratos), Luz (03 contratos), Maravilhas (02 contratos), Paraopeba (01 contrato), Piracema (01 contrato), Pitangui (02 contratos), São Tiago (02 contratos) e Sete Lagoas (06 contratos), totalizando de 37 (Trinta e sete) Contratos de Repasse.

Quanto a apuração de denúncias:

Recebemos durante o exercício de 2011, 03(três) denúncias, que foram imediatamente fiscalizadas nos Municípios de São Vicente de Minas (contrato de repasse nºs 0078822-44, 0166236-30, 0244906-99), Estrela do Indaiá (contrato de repasse 0027118-07) e em Joanésia (contrato de repasse 260979-16).

2.4.7.23 Ação 2177: Fiscalização de serviços agrícolas ã FISCAGR1**EFICÁCIA**

Atividades	Unid	Exec. 2009	Exec. 2010	Prov. 2011	Exec. 2011	Eficácia (%)	Prog. 2012
Registro de Empresa de Aviação Agrícola	Nº	5	03	03	1	33,3	02
Autorização para Empresa de Aviação Agrícola operar em MG	Nº	21	17	17	23	135,3	19
Registro de Engenheiro Agrônomo Responsável	Nº	04	03	03	3	100,0	03
Registro de Aeronave Agrícola	Nº	08	03	03	3	100,0	03
Fiscalização de Empresa Operadora em Aviação Agrícola (Sede e Campo)	Nº	30	41	* 42	8	19,04	42

OBS: A meta de fiscalização do PI FISCAGR1, no que se refere a sub-ação óFiscalização de Empresa Operadora em Aviação Agrícolaô, não foi atingida, em virtude de diversos fatores, como a restrição orçamentário e a restrição do nº de fiscalizações que cada fiscal pode executar, além da morosidade em definir como seria o operacional das emissões de diárias e outras dificuldades administrativas.

No Estado há seis FFAs treinados com o curso de Coordenação em Aviação Agrícola, porem somente um desenvolveu atividades de campo, Quanto ao Registro de Empresa de Aviação Agrícola, trata-se de demanda eventual, sendo o parâmetro utilizado como dado comparativo o histórico de exercícios anteriores.

EFICIÊNCIA

Valor (R\$) Executado	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da Ação (R\$)
6.425,50	8	Fiscalização de Empresa Operadora em Aviação Agrícola (Sede e Campo)	803,20
Observações: 1. Os valores descentralizados foram destinados exclusivamente para ações de campo (3390-14 e 3390-30, que agora será na rubrica 3390-39) não houve treinamento e nem reunião de equipe para planejamento e harmonização de procedimentos, o que é lamentável, assim como treinamento.			

EFETIVIDADE

Pela natureza da atividade Aero Agrícola observamos que há uma maior concentração das ações durante a safra agrícola, que na nossa região se concentra nos meses de outubro a março para as culturas do milho e da soja principalmente, as quais demandam fortemente os serviços de pulverizações aéreas. Assim se faz necessária a descentralização de recursos no início do ano, garantindo uma maior presença da fiscalização no período em que ela é mais necessária. Convém salientar que no período compreendido entre abril e setembro as atenções se voltam para as áreas de reflorestamento e de cana-de-açúcar onde há também demanda crescente pelos serviços de pulverizações aéreas.

Em função dos percalços pelos quais passou o serviço público como um todo no exercício de 2011, com restrições severas no orçamento e mudanças nas regras de concessão de diárias, que estabeleceu restrições as FFAs, com relação as atividades fiscalizadoras, em muito contribuiu para dificultar a atividade atingir a meta estabelecida. A Coordenação a nível Nacional sofreu alterações, assim como na SFA-MG, houve mudança de setor, pois a atividade era desenvolvida pelo SEFIA foi transferido em função do Decreto Ministerial 428, para o SESAG. Buscou-se então, apoio dos fiscais já treinados, porém por força de compromissos com outras atividades e somando-se as restrições administrativas já elencadas, não puderam contribuir com o DPDAG, que não dispõem de técnico habilitado na área. Essa situação acarretou uma grande dificuldade por parte do serviço em executar sua missão, comprometendo o resultado obtido.

Para que a atividade possa ser realizada com maior eficácia e eficiência no próximo ano, se fará necessário uma reestruturação nos recursos principalmente na força de trabalho que no momento não existe, devendo ser treinados novos técnicos para compor uma equipe de trabalho.

Entendemos que para fiscalizar as empresas prestadoras de serviços agrícolas e proprietários de aviões agrícolas, de forma a assegurar a adequada prestação de serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental, se faz necessário treinar uma nova equipe de trabalho, assim como a descentralização de recursos adequados e ao seu devido tempo.

2.4.7.24 Ação 4842: Erradicação da Febre Aftosa ã FEBREAFTOSA

EFICÁCIA

Atividade Produto	Programado 2011	Executado 2011	Eficácia (%)	Programado 2012
Área Livre (Km ²)	586.528	586.528	100	586.528

EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
36.877,53	586.528	Km ² de Área Livre	0,06

Não foi levado em consideração o valor da despesa liquidada, em Eficiência, de R\$ 3.558.801,92 do elemento de despesa 4430.42 e R\$ 379.980,00 do 3330.41 referentes ao repasse através de convênio ao órgão executor estadual.

EFETIVIDADE

A manutenção da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação é de fundamental importância na manutenção e para a conquista de novos mercados consumidores de produtos de origem animal e vegetal, tanto para o Estado de Minas Gerais como também para todo o país. A ocorrência de focos de Febre Aftosa em qualquer Estado do País afeta as relações comerciais de toda a Zona considerada Livre.

Para dar cumprimento a Ação 4842: Erradicação da Febre Aftosa ã FEBREAFTOSA, certas atividades foram programadas e realizadas e que se encontram em Anexos.

2.4.7.25 Ação 8658: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais ã PCEANIMAL

EFICÁCIA

Produto Propriedades Atendidas	Programado 2011	Executado 2011	Eficácia (%)	Programado 2012
TOTAL	30.000	49.496	164,97	40.000

EFICIÊNCIA

Valor executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
171.156,92	49.496	Propriedade Atendida	3,46

Não foi levado em consideração o valor da despesa liquidada, em Eficiência, de R\$ 563.642,40 do elemento de despesa 3330.41 referente ao repasse através de convênio MAPA e órgão executor estadual.

EFETIVIDADE

Para atingir o produto da ação óPrevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animaisô, as atividades de campo são executadas em sua maior pelo órgão executor estadual de defesa animal, acompanhadas pela equipe do SSA. Na sede, 13 FFAs atuaram neste trabalho e nas Unidades Técnicas Regionais da SFA/MG localizadas no interior, 10 FFAs médicos veterinários.

Assim, os valores financeiros correspondem apenas aos custos da execução realizada pelo SSA, o que justifica o custo encontrado.

A Ação 8658: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais ã PCEANIMAL possui Sub-Ações e as mesmas são descritas em Anexo.

2.4.7.26. Ação 2181 e 2139: Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional e do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos

EFICÁCIA

Atividade	Programado 2011 *	Realizado 2011	Eficácia %	Programado 2012
1-Análises e despacho requerimento Importação realizadas	Indeterminado	214	100	Indeterminado
2-Análises de requerimento de Exportação realizadas	Indeterminado	99	100	Indeterminado
3-Fiscalização de Quarentenário de Animais Importados	Indeterminado	8	100	Indeterminado
4-Bovinos importados sacrificados	Indeterminado	1	100	Indeterminado
5-Auditorias em barreiras sanitárias	Indeterminado	7	100	Indeterminado
6-Méd. Veterinário Habilitado GTA	Indeterminado	33	100	Indeterminado
7-Méd. Veterinário Credenciado Cis E	Indeterminado	4	100	Indeterminado
8- Méd. Veterinário com Habilitação	Indeterminado	17	100	Indeterminado

Cancelada				
10-GTA Transito TOTAL Fiscalizado	700.000	1.020.713	145,82	700.000
11- GTA Transito Interestadual Fiscalizado	60.000	61.441	102,40	60.000
12- Cis E Fiscalizados	1.000	1.588	158,80	1.000

* A programação (metas de atividades de importações e exportações) para o ano é estabelecida de acordo com as estatísticas de anos anteriores e perspectivas subjetivas que se intui para o ano a ser trabalhado. É impossível estabelecer o real número de importações e exportações que ocorrerão e este dado pode ou não aproximar do montante sugerido. Sendo assim, a partir de 2011 estabeleceu-se que não mais se usará a projeção dos números dos anos anteriores para previsão do número de atividades para o ano seguinte.

** Foram cinco (5) requerimentos de importação para aves de companhia para Minas Gerais em 2010. As respectivas quarentenas foram realizadas na EQC-SP, portanto não foram aqui computadas.

EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividade	Custo individualizado da ação (R\$)
(1)	61.441	GTA de Transito Interestadual Fiscalizados ã	...

(1) ã As ações 2181 e 2139 executadas pelo SSA/MG foram realizadas com recursos do PCEANIMAL.

EFETIVIDADE

No que se refere à Legislação Zoossanitária básica relativa à Importação e Exportação de animais vivos, produtos de multiplicação animal, produtos de origem animal de consumo humano, produtos de origem animal não comestíveis, produtos de origem animal utilizados em ração animal, produtos biológicos, materiais científicos (microorganismos etc) pode ser sintetizada da seguinte forma:

I) LEGISLAÇÃO ZOOSSANITÁRIA DE IMPORTAÇÃO: são documentos básicos:

A) Decreto 24548 de 1934

B) INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 14 DE JANEIRO DE 2004. GABINETE DO MINISTRO ãLegislação básica de importação de animais vivos e produtos de multiplicação animal (sêmen, embriões, ovos férteis).

II) LEGISLAÇÃO ZOOSSANITÁRIA DE EXPORTAÇÃO - Leis e acordos estabelecidos com os diversos países importadores ou bloco de países, sendo os requisitos zoossanitários estabelecidos pelos parceiros comerciais importadores dos animais/produtos do Brasil.

Documentos básicos emitidos:

1) CERTIFICADO ZOOSSANITÁRIO INTERNACIONAL ou

2) CERTIFICADO DE ORIGEM.

As ações do Programa de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos objetivam a redução dos riscos de introdução e disseminação de doenças animais em Minas Gerais, além da manutenção de um Sistema de Vigilância Epidemiológica, capaz de dar suporte a todos os programas relacionados, garantindo a sanidade de nossos rebanhos.

Os sistemas informatizados para emissão de GTA, tais como o SIDAGRO (Sistema de Defesa Agropecuária) utilizado por funcionários do IMA para ruminantes e GEODSA utilizados por profissionais habilitados para aves (GEOAVES) e suínos (GEOSUÏNOS), modernizou e aprimorou o controle da Guia de Trânsito Animal ãGTA, que é uma das ferramentas mais importantes para o controle epidemiológico de doenças. Os cursos de treinamentos de médicos veterinários visando novas habilitações capacitaram 67 profissionais e foram realizados nas datas, locais e para as espécies a seguir relacionadas:

08/04/2011 - IMA ã Aves, Suídeos e Animais Aquáticos - Participantes 19 MV;

05/09/2011 ã IMA ã Aves ã Participantes 17 MV;

25 à 28/04/2011 ã EVUFMG ã Equídeos - Participantes 14 MV;

08 à 11/08/2011 ã EVUFMG ã Equídeos - Participantes 17 MV.

Visando atender a Portaria Conjunta nº 03 de 24.11.2009, foram realizados ainda, três treinamentos para habilitar 121 médicos veterinários autônomos, para emissão de GTA de saída de Eventos Pecuários para municípios do estado de Minas Gerais. Todos foram realizados em Belo Horizonte, na sede do IMA, nos seguintes dias:

29/04/2011 - 60 participantes;
 01/07/2011 - 45 participantes;
 30/09/2011 - 16 participantes.

2.4.7.26. Ação 8592: Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar ã RASTREAB1

EFICÁCIA

Número de certificadoras auditadas

Nº programado: 2

Nº realizado: 2

Eficácia: 100%

Justificativa:

As auditorias em certificadoras têm como principal objetivo avaliar a conformidade dos procedimentos técnicos, administrativos e operacionais no gerenciamento das atividades de certificação pela empresa a ser credenciada pela IN 17/2006, bem como elencar não conformidades encontradas, sugerindo correções para adequação e atendimento às normas do SISBOV.

Todas as certificadoras do SISBOV foram auditadas no ano de 2009, sendo que a maioria delas apresentou um Plano de Ação visando corrigir as não conformidades apontadas. Com isso, no ano de 2010, visando avaliar os planos de ação apresentados pelas certificadoras, os auditores aplicaram um questionário no momento da auditoria dos Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV. No ano de 2010, a avaliação do trabalho das certificadoras foi feito basicamente através da análise dos óFormulários para Avaliação do Plano de Ação das Certificadoras, preenchidos pelos fiscais agropecuários estaduais quando em auditoria nas propriedades rurais. Já no ano de 2011, o trabalho de auditoria em certificadoras foi retomado, sendo que o planejamento dessas auditorias é sempre feito sempre pela Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade ã CSR . As demandas da CSR para FFA da SFA-MG foram:

. Uma auditoria na sede da certificadora TRACER, foi realizada dos dias 5 a 9 de dezembro de 2011, por um FFA do SSA/SFA-MG e dois FFA da CSR, tendo sido aberto o processo administrativo de nº 21028.007709/2011-69.

. Uma auditoria documental relacionada ao ERAS 1028 com o envolvimento da certificadora SBC, em Cuiabá ã MT, que foi realizada por um FFA da SFA-MG, um FFA da SFA-MT e um FFA da CSR, dos dias 11 a 13 de julho de 2011.

Número de Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV ã ERAS - auditados de Janeiro a Dezembro de 2011

Nº programado: 350 *

Nº realizado: 300

Eficácia: 85,71%

Dos 300 ERAS auditados em Minas Gerais neste período foi obtido o seguinte resultado:

- . 244 foram considerados óconformes para exportação para a União Européia - UE;
- . 56 foram considerados ónão conformes para exportação para a UE.

Justificativa:

A realização de auditoria oficial continua sendo condição essencial para que um estabelecimento rural seja considerado apto a fornecer bovinos para produção de carne a ser exportada para a EU.

Porém, a adesão ao SISBOV é voluntária e a demanda por auditorias oficiais no ano de 2011 foi menor do que a planejada, pois, por questões de mercado, muitos produtores rurais desistiram de

manter seus rebanhos rastreados. Por isso, apesar do estado ter capacidade de realizar em média 60 auditorias/mês, o número de auditorias realizadas foi menor do que o planejado.

Ressalta-se que as auditorias realizadas por fiscais estaduais do IMA foram feitas com recurso daquela autarquia. Apenas nas semanas de 03 a 07 de outubro e de 07 a 11 de novembro, houve a necessidade do MAPA disponibilizar recurso para Fiscais do IMA, que trabalharam na condição de colaboradores eventuais, diante da necessidade de realização de auditorias em ERAS novos sem que a autarquia tivesse recurso para atender à demanda existente. Nestas duas semanas foram realizadas 18 auditorias oficiais. Coube a SFA/MG coordenar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pelo IMA, atendendo a metodologia traçada pela CSR.

Ressalta-se aqui que no SIPLAN consta apenas a meta de REAUDITORIAS estabelecida pela CSR. A meta corresponde a 10% dos ERAS de Minas Gerais que estavam na lista TRACES, o que correspondia a 60 ERAS a serem reauditados. Tendo em vista a capacidade de atuação do IMA para realização das reauditorias e diante do fato de que o IMA havia firmado um compromisso com o Governo Estadual de que iria auditar 300 ERAS no ano de 2011, a meta estabelecida para reauditoria foi superada. Dos 300 ERAS auditados em 2011, 239 se referem a REAUDITORIAS, sendo 186 com resultado conforme e 53 com resultado não conforme.

Número de treinamentos realizados pela SFA/MG

Nº programado: 3

Nº realizado: 1

Eficácia: 33,33%

Em 2011 foi necessário apenas 1 treinamento para repasse da versão 08/2011 do relatório de auditoria que passou a ser utilizado nacionalmente a partir de agosto de 2011. Foi realizado um treinamento na sede do IMA, no dia 21 de junho de 2011, para auditores estaduais. O evento contou com a participação de 33 fiscais estaduais e foi ministrado por uma FFA da SFA-MG.

Acompanhamento de Missão Européia

Nº programado: 1

Nº realizado: 1

Eficácia: 100%

Em março de 2011, dos dias 30 de março a 01 de abril de 2011, uma equipe da FVO realizou auditoria no estado de Minas Gerais. A missão no estado de Minas Gerais foi acompanhada por dois FFA da CSR/Brasília, e também por um FFA da SFA/MG. A equipe da FVO era composta pelos seguintes técnicos: Andre Evers, Laura Milanese e Pauline Stanley da DGSANCO.

No dia 31 de março foi auditado pela Missão Européia o ERAS 9947 no município de Patos de Minas, quando foram verificados os procedimentos realizados pela certificadora e auditores oficiais, bem como todo o arquivo documental relacionado ao SISBOV do Estabelecimento Rural.

Atuação do Comitê Estadual de Assessoramento ao SISBOV ã CEAS/MG

O Comitê Estadual de Assessoramento ao SISBOV ã CEAS/MG tem os seguintes objetivos:

- a. Analisar os relatórios de auditoria de propriedades ERAS, ratificando ou retificando o resultado da avaliação das propriedades;
- b. Instruir os processos de apuração de irregularidades nas propriedades ERAS, dando subsídios à elaboração da relatoria do processo e propondo penalidades aos autores de irregularidades;
- c. Dar suporte técnico ao Responsável pelo SISBOV no estado para definições de estratégias de atuação nas atividades pertinentes ao SISBOV no estado.
- d. Avaliar os auditores, identificando a necessidade de treinamentos.

A análise de 100% dos Relatórios de Auditoria com resultado conforme do ano de 2011 foi realizada pelos membros do Comitê, sendo que para cada relatório sempre havia um parecer

emitido por um membro da SFA/MG e outro parecer emitido por um membro do IMA. Após análise criteriosa dos relatórios de auditoria foram emitidos 247 pareceres de relatório de auditoria oficial em ERAS por FFA lotado no SSA/SFA-MG, referentes às 244 auditorias de resultado conforme e 3 de resultado não conforme menor que após apresentação de documentação comprobatória, foi considerado conforme pelos membros do CEAS. Após a posse de dois pareceres conformes (um do IMA e outro da SFA) os relatórios e documentos anexos foram digitalizados e incluídos no FTP para envio à União Europeia.

No caso de detecção de alguma pendência no relatório de auditoria, os membros do CEAS foram responsáveis em entrar em contato com os auditores, certificadora e/ou produtores envolvidos, no sentido de anexar os esclarecimentos e/ou documentos necessários ao melhor entendimento dos pontos que poderiam gerar dúvidas na análise dos mesmos por técnicos da União Europeia.

Para os relatórios de auditoria com resultado não conforme maior não foi emitido parecer da SFA-MG, seguindo orientações repassadas pela CSR, e nestes casos foram instaurados processos administrativos para apuração de responsabilidade das certificadoras responsáveis pelos ERAS auditados.

Número de Processos Administrativos para apuração de responsabilidade pelas não conformidades encontrados nos ERAS em auditorias oficiais.

Para os relatórios de auditoria com resultado não conforme não é emitido parecer pelos membros do CEAS. Nestes casos, são abertos processos administrativos para apuração de responsabilidade das certificadoras. Diante disso, foram instruídos 18 processos administrativos para apuração de não conformidades encontradas em 53 ERAS que foram considerados não conformes maior em auditorias oficiais. Os processos são abertos por certificadora, sendo que cada processo contém os relatórios não conformes dos ERAS certificados por cada empresa durante o período analisado. Os processos foram instruídos e analisados por FFA lotados na SFA-MG. Os Autos de Infração e as relatorias em primeira instância dos processos foram realizadas por FFA lotada no SSA, para posterior julgamento pelo Divisão de Defesa Agropecuária ã DDA/SFA-MG, notificação e envio a CSR para julgamento em 2ª instância. Diversos processos abertos no ano de 2010 foram analisados em 2011, sendo necessária a participação de FFA do Serviço de Saúde Animal para instrução, relatoria e emissão de pareceres relacionados a esses processos. Além dos 18 processos para apuração de não conformidades em ERAS, foi aberto um processo relacionado à auditoria de conformidade realizada na certificadora TRACER em dezembro de 2011.

Atendimento a convocações da CSR

No ano de 2011 houve a participação de FFA da SFA-MG em três eventos. São eles:

- Reunião sobre novo modelo de relatório de auditoria em Brasília no mês de junho (13 a 17/06/2011);
- Curso sobre o Processo Administrativo decorrente do Poder de Polícia em Belo Horizonte, com a participação do Dr. Olavo da Silva Oliveira Neto, Advogado da Consultoria Jurídica da União em Mato Grosso do Sul, no período de 30 de agosto a 01 de setembro de 2011;
- Reunião da CSR com responsáveis pelo SISBOV nas SFA's em Brasília no mês de novembro (28 a 30/11/2011);

EFICIÊNCIA

Recurso executado: R\$ 17.088,06

Nº de ações executadas: 24 (excluiu-se desse item as ações realizadas com recurso e pessoal do IMA). Para este item considerou-se: 18 auditorias pagas pela SFA-MG para colaboradores eventuais, 1 treinamento, 2 auditorias em certificadoras, 2 reuniões e um curso, no qual houve pagamento do deslocamento do palestrante.

Custo unitário: R\$ 712,00

EFETIVIDADE

A atuação do estado, através do órgão executor de defesa sanitária no estado, continua sendo imprescindível para o êxito do SISBOV, tendo em vista a continuidade da obrigatoriedade da auditoria oficial para inclusão de um ERAS na lista de aptos a exportar para a União Européia. O comprometimento dos fiscais estaduais do IMA e dos fiscais federais da SFA/MG com o programa de rastreabilidade refletiu no resultado obtido pelo estado, que terminou o ano com 22% dos Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV do País.

Para garantir o êxito do SISBOV em Minas Gerais, pretende-se para o ano de 2012 manter o número de auditores do órgão estadual para realizar auditoria em ERAS, bem como garantir a participação do MAPA nos processos de auditoria de certificadoras e acompanhamento das ações de campo realizadas pelo IMA.

Complementação dos Indicadores de Desempenho poderão ser conferidos em Anexos.

2.4.7.27. Ação 8939: Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal ã IPVEGETAL-1

EFICÁCIA

Atividade	Executado 2010	Programado 2011	Executado 2011	Eficácia % 2011	Programado 2012
Inspeção/fiscalização de estabelecimentos de vinhos e bebidas	520	450	667	148,22	450

EFICIÊNCIA

Atividade	Valor Executado 2011	Nº Ações Executadas 2011	Custo Ind. da Ação (em Reais)
Inspeção de estabelecimentos de vinhos e bebidas	214.005,83	667	320,85

Da Despesa Liquidada de R\$ 285.447,95 está o incluído o valor R\$ 19.985,00 do elemento de despesa 449052 (Investimento).

EFETIVIDADE

Atividade	Executado 2010	Executado 2011	Variação%
Inspeção de estabelecimentos de vinhos e bebidas	285.447,95	214.005,83	(25,03)

Em se tratando de produtos utilizados diretamente pela sociedade como alimentos e bebidas é de fundamental importância a atuação efetiva do SIPOV/DDA/SFA-MG no sentido de assegurar a conformidade destes produtos ofertados ao consumidor final.

Os trabalhos realizados demonstram que as metas programadas foram atingidas, porém os indicadores da Classificação Vegetal e de Vinhos e Bebidas não são eficazes em demonstrar os reais benefícios à sociedade, há vista vez que são índices quantitativos e não qualitativos.

Em 2011, foram inspecionados 667 estabelecimentos, sendo 262 (duzentos e sessenta e dois) com aplicação da Lista de Verificação, aprovada por meio da Portaria SDA/MAPA nº 272/2010, e 110 (cento e dez) vistorias com finalidade de registro ou renovação de registro de estabelecimentos.

2.4.7.28. Ação 4746: Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais ã PADCLASSIF

EFICÁCIA

Atividade	Executado 2010	Programado 2011	Executado 2011	Eficácia % 2011	Programado 2012
Fiscalização da qualidade dos vegetais	20.536	22.500	24.165	107,4	A ser definida pela Coordenação

De acordo com o SIPLAN, o Produto e a Unidade de Medida mudaram em 2010, sendo Produto Fiscalizado e Tonelada, respectivamente. Anteriormente, era Unidade de Fiscalização Realizada.

EFICIÊNCIA

Atividade	Valor Executado 2011	Nº Ações Executadas 2011	Custo Ind. da Ação (em Reais)
Fiscalização da qualidade dos vegetais	67.847,99	24.165	2,81

Da Despesa Liquidada de R\$ 210.041,80 está o incluído o valor R\$ 40.000,00 do elemento de despesa 449052 (Investimento).

EFETIVIDADE

Atividade	Executado 2010	Executado 2011	Varição%
Fiscalização da qualidade dos vegetais	210.041,80	67.847,99	(67,70)

A meta estabelecida para a atividade PADCLASSIF foi alcançada totalizando mais de 24.000 (vinte e quatro mil) toneladas de produtos padronizados fiscalizados, bem como foram realizadas inspeções em todas as entidades credenciadas para executar a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

Em 2011, o Laboratório de Classificação Oficial/LACO desse Serviço se destacou ao analisar 475 (quatrocentas e setenta e cinco) amostras de classificação e realizar 97 (noventa e sete) perícias em amostras de contraprova, demonstrando a forte ação fiscal desempenhada pelos fiscais federais agropecuários ao longo do ano.

Acrescentam-se ainda os esforços para implementar o atendimento às solicitações da Coordenação Geral de Qualidade Vegetal/CGQV/DIPOV/SDA-MAPA, resultando na execução pelos técnicos do SIPOV das seguintes ações:

Atuação como instrutores nos cursos de qualificação de classificadores homologados pelo MAPA e destinados à formação de técnicos habilitados a executar a atividade e à atualização de classificadores registrados para os produtos cujos padrões oficiais foram reformulados;

Participação ativa nos trabalhos de normatização do Decreto 6.268/2007, em atendimento às diretrizes estabelecidas na Portaria MAPA 1073/2008, que criou o Grupo Técnico da Qualidade Vegetal - GTQV, para propor regulamentos técnicos e projetos normatizadores que estabelecerão procedimentos e instruções para a execução do Decreto Nº 6.268/2007, e Portaria MAPA 1186/2008 que designou os integrantes do referido Grupo Técnico

Participação e atuação junto aos setores competentes do agronegócio nacional na realização de estudos e pesquisa para elaboração ou revisão de Padrão Oficial de Classificação dos produtos: mamão, manga, milho, milho pipoca, trigo, azeite, batata e farinha de mandioca.

Participação na elaboração da IN MAPA nº 54/2011, que aprovou os requisitos, critérios e prazos para autorizar por meio de credenciamento as pessoas jurídicas de direito público ou privado a prestar ou executar serviços de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, com base nos Padrões Oficiais de Classificação.

2.4.7.29. Ação 2179: Fiscalização de Sementes e Mudanças FISCALSEM 1

EFICÁCIA

Atividades Desenvolvidas Metas	Unid.	Exec. 2009	Exec. 2010	Prog. 2011	Exec. 2011	Eficácia (%)	Prog. 2012
INSCRIÇÃO / CREDENCIAMENTO NO RENASEM							
Produtor de Sementes	Nº	129	88	-	77	-	-
Armazenador de Sementes	Nº	38	30	-	25	-	-
Beneficiador de Sementes	Nº	35	19	-	24	-	-
Reembalador de Sementes	Nº	32	26	-	28	-	-
Produtor de Mudanças	Nº	304	447	-	451	-	-
Reembalador de Mudanças	Nº	0	0	-	01	-	-
Responsável técnico	Nº	438	193	-	209	-	-
Comerciante de Sementes	Nº	30	20	-	17	-	-
Comerciante de Mudanças	Nº	3	4	-	2	-	-
Entidade de Certificação	Nº	0	2	-	1	-	-
Certificador da Própria Produção	Nº	4	4	-	3	-	-
Laboratório de Análise de Sementes	Nº	7	3	-	15	-	-
Laboratório de Análise de Mudanças	Nº	0	0	-	0	-	-
Amostrador	Nº	0	6	-	5	-	-
Vistoria Prévia - RENASEM	Nº	20	9	-	11	-	-
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO / ENTIDADE							
Produtor de Sementes	Nº	332	246	127	239	188,18	328
Produtor de Mudanças	Nº	495	514	521	425	81,57	468
Armazenador de Sementes	Nº	42	25	34	5	14,70	16
Beneficiador de Sementes	Nº	30	10	0	7	100	0
Reembalador de Sementes	Nº	21	36	46	24	52,17	39
Reembalador de Mudanças	Nº	0	0	0	0	0	25
Comerciante de Sementes	Nº	22	20	0	8	100	0
Comerciante de Mudanças	Nº	0	1	0	0	0	0
Usuário de Sementes	Nº	63	92	10	60	600	4
Usuário de Mudanças	Nº	54	44	71	36	50,70	65
Entidade Certificadora de Sementes	Nº	2	1	2	2	100	2
Entidade Certificadora de Mudanças	Nº	0	6	0	0	0	0
Certificadora da Própria Produção de Sementes	Nº	0	0	7	1	14,28	8
Certificadora da Própria Produção de Mudanças	Nº	0	0	0	0	0	0
Laboratório de Análise de Sementes	Nº	1	1	0	0	0	0
Laboratório de Análise de Mudanças	Nº	0	0	0	0	0	0
Responsável Técnico	Nº	32	29	9	18	200	0
Amostrador	Nº	0	0	0	0	0	0
Coletor	Nº	-	-	-	-	-	-
FISCALIZAÇÃO DE CAMPOS DE SEMENTES							
Semente Genética	Nº	0	0	0	0	0	0
	ha	0	0	0	0	0	0
Semente Básica	Nº	9	2	9	3	33,33	9
	ha	227	126	100	77	77	100
Semente Certificada ã C1	Nº	22	22	6	27	450	24
	ha	492	1.294	240	1360,06	566,69	1380
Semente Certificada ã C2	Nº	8	4	8	10	125	8
	ha	300,2	529,15	270	289	107,03	270
Semente S1	ha	180	79	207	147	71,01	217

Nº		15.332,0 0	3.808,026	13438	6002,12	44,66	13175
Semente S2	Nº	293	255	265	319	120,37	193
	ha	19.053,0 0	14.068,43	12473	17584,35	140,97	12135
OECD	Nº	7	0	-	-	-	0
	ha	299	0	-	-	-	0
TOTAL DE CAMPOS	Nº	512	362	495	506	102,22	451
	ha	35.404,2	19.825,60 6	26521	25312,35	95,44	27060
FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS (Cap. XII Dec. 5.153/04), VIVEIROS, E UNIDADES DE PROPAGAÇÃO <i>IN VITRO</i>							
Planta Básica	Nº	3	4	2	0	(100)	3
	Und	35.650	321.000	30.010	0	(100)	138.000
Planta Matriz	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Jardim Clonal	Nº	15	14	5	15	300	6
	Und	673.502	1.317.000	200.090	730.348	365,00	210.000
Borbulheira	Nº	0	1	0	0	0	0
	Und	0	27	0	0	0	0
Planta Sem Origem Genética Comprovada	Nº	120	10	0	7	100	5
	Und (x 1000)	689.318	188.500	0	656	100	80
Campo de Planta Sem Origem Genética Comprovada	Nº	104	21	0	17	100	8
	Und	1.878.22 2	1.551.026	0	1084019	100	410500
Área Natural de Coleta Sementes (ACS ñ NS)	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Área Natural de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas (ACS ñ NM)	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Área Alterada de Coleta de Sementes (ACS ñ AS)	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Área Alterada de Coleta de Sementes com Matrizes Marcadas (ACS ñ AM)	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Área de Coleta de Sementes com Matrizes Selecionadas (ACS ñ MS)	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Área de Produção de Sementes (APS)	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Pomar de Sementes por Mudas (PSM)	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Pomar Clonal de Sementes (PSC)	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Pomar Clonal para Produção de Sementes Híbridas (PSCH)	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Pomar de Sementes Testado (PSMt)	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Pomar de Sementes Testado (PCSt)	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Matrizes Marcadas de Espécies Nativas nas ACS ñ NM	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Matrizes Marcadas de Espécies Nativas nas ACS ñ AM	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Matrizes Marcadas de Espécies Nativas nas ACS ñ MS	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Muda Certificada	Nº	0	0	0	0	0	0
	Und	0	0	0	0	0	0
Viveiros	Nº	324	362	516	511	99,03	468
Mudas	Und (x1000)	122.225, 997	94.873.79 5,72	23700000	72251320	304,85	70526000
Unidade de Propagação <i>in vitro</i>	Nº	1	1	0	0	0	1

	Und	250.000	10.000	0	0	0	5000000
	Nº	567	413	562	550	97,86	491
Total	Und	125.752.689	98.261.348,72	24380330	74066343	303,95	76284580
INSCRIÇÃO							
DE CAMPOS DE SEMENTES / VIVEIROS E MUDAS / PLANTA BÁSICA, MATRIZ, JARDIM CLONAL, BORBULHEIRA							
Campos de Sementes	Nº	-	-	-	2280	100	-
	ha	-	-	-	102580,97	100	-
Viveiro	Nº	567	4	-	744	100	-
Mudas	Nº	234.498.	670.000	-	49431411	100	-
	(x1000)	848			7,9		
PLANTA BÁSICA, MATRIZ, JARDIM CLONAL, BORBULHEIRA	Nº	-	-	-	153	100	-
	(x1000)	-	-	-	1519536	100	-
COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTES							
De Fiscalização da Produção	Nº	298	256	343	433	126,23	395
	t	2.979,2	2.046,5	3430	4685,1541	136,59	3400
De Fiscalização do Comércio	Nº	24	4	0	0	0	0
	t	27,4	6,305	0	0	0	0
De importação	Nº	85	153	148	180	121,62	160
	t	22,334	3,652	55	249,3256	453,31	160
Para Fins de Certificação pelo MAPA	Nº	6	3	10	2	20	0
	t	52,360	10,74	82	0,76	0,86	0
Total de Sementes Amostradas	Nº	413	413	491	613	124,84	555
	t	3.081,368	2.056,53	3485	4934,4797	141,59	3560
COLETA DE AMOSTRAS DE MUDAS							
De Fiscalização da Produção	Nº	0	4	0	0	0	0
	Nº de Mudas	0	670.000	0	0	0	0
De Fiscalização do Comércio	Nº	0	0	0	0	0	0
	Nº de Mudas	0	0	0	0	0	0
De importação	Nº	0	0	0	0	0	0
	Nº de Mudas	0	0	0	0	0	0
Para Fins de Certificação Pelo MAPA	Nº	0	0	0	0	0	0
	Nº de Mudas	0	0	0	0	0	0
Total de Mudas Amostradas	Nº	0	4	0	0	0	0
	Nº de Mudas	0	670.000	0	0	0	0
INSCRIÇÃO DE CAMPO DE SEMENTE CERTIFICADA PELO MAPA							
INSCRIÇÃO DE CAMPO	nº	18	11	-	3	100	-
	ha	81,24	74,58	-	64,3	100	-
CERTIFICAÇÃO REALIZADA PELO MAPA							
Vistoria de Campo de Semente Básica	Nº	17	20	-	0	0	-
	ha	91,18	141,03	-	0	0	-
Vistoria de Campo de Semente C1	Nº	0	12	-	1	100	-
	ha	0	52,3	-	5	100	-
Vistoria de Campo de Semente C2	Nº	1	1	-	2	100	-
	ha	37,5	5	-	111,6	100	-
Vistoria de Campo de Semente OECD	Nº	7	0	-	0	0	-
	ha	299	0	-	0	0	-
Total Vistorias de Campos de Sementes (nº)	nº	25	33	-	3	100	-
Total de Campos de Sementes Vistoriados (Área)	ha	427,68	198,33	-	116,6	100	-
Vistoria de Planta Básica	nº	-	0	-	0	0	-

	Und	53.474	0	-	0	0	-
Vistoria de Planta Matriz	nº	-	0	-	0	0	-
	Und	-	0	-	0	0	-
Vistoria de Jardim Clonal	nº	-	0	-	0	0	-
	Und	-	0	-	0	0	-
Vistoria de Borbulheira	nº	-	0	-	0	0	-
	Und	-	0	-	0	0	-
Vistoria de Viveiro de Muda Certificada	nº	-	0	-	0	0	-
	Und	-	0	-	0	0	-
Vistoria de Unidade de Propagação <i>In Vitro</i>	nº	-	0	-	0	0	-
	Und	-	0	-	0	0	-
Total Mudas Vistoriadas	nº	-	0	-	0	0	-
	Und	53.474	0	-	0	0	-
CERTIFICAÇÃO DE SEMENTES POR CERTIFICADORA							
Inscrição de Campo	nº	412	521	-	433	100	-
	ha	7.593,317	20.900	-	16592,05	100	-
FISCALIZAÇÃO / PRODUTORES DE OUTROS ESTADOS							
Campo de Semente - Classe Certificada	nº	0	19	-	4	100	-
	ha	0	545	-	343,52	100	-
Campo de Semente - Classe Não Certificada	nº	23	86	-	24	100	-
	ha	1.462,5	17.070	-	2063,7	100	-
Vistoria Campo de Semente - Classe Certificada	nº	0	2	-	0	100	-
	ha	0	10	-	0	100	-
FISCALIZAÇÃO DE CULTURAS COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS							
FISCALIZAÇÃO	Nº	21	8	-	32	100	-
	ha	2.270	1.781	-	4402	100	-
Amostras Coletadas	Nº	-	0	-	0	100	-
	Representatividade (t)	-	0	-	0	100	-
PRODUÇÃO DE BATATA SEMENTE							
ESTABELECIMENTO PRODUTOR	Nº	12	14	13	7	53,85	13
Inscrição de Campo	ha	346,4	497,49	400	35,26	8,82	400
CERTIFICAÇÃO DE BATATA SEMENTE							
ESTABELECIMENTO PRODUTOR	Nº	12	14	12	25	208,33	25
Inscrição de Campo	ha	346,4	485,29	325	314,40	96,74	325
Vistoria de Campo	ha	61,86	98	20	5,6	28,00	20
Coleta de Amostras	Nº	41	60	20	4	20	20
	Representatividade Área (ha)	61,86	305,17	100	5,6	5,6	100
FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE BATATA SEMENTE							
Estabelecimento Produtor	Nº	0	0	26	4	15,38	8
Certificação da Própria Produção	Nº	-	-	3	2	67	3
Estabelecimento Armazenador	Nº	-	-	10	1	10	10
Fiscalização de Campo	ha	-	-	115	0	0	115
Coleta de Amostras de Fiscalização	Nº	0	0	8	0	0	4
	Representatividade Área (ha)	0	0	40	0	0	20

FISCALIZAÇÃO DO USO DE BATATA SEMENTE							
USUÁRIO	Nº	-	-	4	2	50	50
Fiscalização de Área	ha	-	-	100	40,6	40,6	50
EVENTOS							
REUNIÃO	Nº	5	36	-	-	-	-
Treinamento	Nº	0	15	0	0	100	0
REUNIÃO NACIONAL	Nº	0	12	5	12	240	12
Curso/Treinamento: Nacional	Nº	1	11	1	2	200	2
Reunião Estadual*	Nº	1	25	32	4	12,50	20
Curso/Treinamento: Estadual	Nº	1	3	0	0	100	2
Congresso	Nº	0	0	1	2	200	2
Seminário	Nº	1	2	2	1	50	1
Curso	Nº	1		0	0	100	2
Workshop	Nº	-	1	0	1	100	1
Outros	Nº	-	-	5	0	0	2

OBS.: 1. No Campo INSCRIÇÃO/CREDENCIAMENTO NO RENASEM, não é feito o indicador eficácia devido ao fato das atividades não serem programadas, haja vista tratar-se de atividades eventuais, servindo como dados comparativos de inscrições durante os exercícios anteriores.

2. Programações de parâmetros por estimativa são passivas de lançamento, considerando variação nos valores a programar levando em conta exercícios anteriores, fatores como comportamento do mercado sementeiro quanto a sementes certificadas e, ou, não certificadas, o consecutivo aumento ou redução de área para produção de sementes, lançamento de novas cultivares no mercado, produtividade, aumento de certificadora da própria produção e, ou, entidade de certificação, condições climáticas.

3. No campo FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO / ENTIDADE, no parâmetro Produtores de Sementes, a programação foi mal dimensionada e foi providenciada a correção para o ano de 2012, no parâmetro Usuários de Sementes estão incluídas as ações de fiscalização para coleta de amostras de sementes de forrageiras e nos parâmetros produtor de mudas, usuários de mudas, armazenador, reembalador e certificador da própria produção de sementes a limitação das diárias devido à publicação do Decreto 7446/2011 contribui para o não cumprimento desta programação..

4. No parâmetro FISCALIZAÇÃO DE CAMPOS DE SEMENTES houve variação entre o programado e realizado em cada categoria, mas no somatório de todas as categorias houve o cumprimento da programação

5. No campo FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS (Cap. XII Dec. 5.153/04), VIVEIROS e JARDINS CLONAIIS. Os Números e Unidades no segmento de mudas são de grande variação. A demanda por mudas é crescente na atualidade, haja vista elevação do preço do café e programas para atendimento aos setores energéticos, celulose, madeira, daí a corrida para a conformidade e o incremento na fiscalização de jardins clonais e mudas para atendimento à esses setores. A redução da fiscalização das Plantas Fornecedoras de Material de Propagação sem Origem Genética Comprovada ocorreu em função de mudança na legislação, permitindo ao Responsável Técnico elaborar o Laudo validando a identidade das plantas, para que estas pudessem ser inscritas.

6. No campo COLETA DE AMOSTRA DE SEMENTES, estão contabilizados os dados de coleta da produção e certificação de espécies certificadas pelo MAPA,.Com relação ao número de Amostras Coletadas, existe a dificuldade de encontrar lotes acabados em espécies de forrageiras, por isto repetiu-se -se a estratégia do ano anterior de recolher Notas Fiscais nos produtores de sementes para identificar os usuários e realizar as amostragens nas propriedades rurais.

7. No campo COLETA DE AMOSTRA DE MUDAS, a não programação, deve-se ao fato de não existir ainda Laboratório de Análise de Mudas Credenciado e ainda Falta de Padrão de Identidade e Qualidade, sendo a falta da quase totalidade de padrão para espécies de maior importância econômica, não sendo viável executar esse tipo de atividade, muito embora esteja no quadro, isso demandado da Coordenação de Sementes e Mudas.

8. Nos campos de CERTIFICAÇÃO REALIZADA PELO MAPA, por existirem Entidades de Certificação e Certificadoras da Própria Produção inscritas no RENASEM, apenas algumas espécies com poucos lotes ainda são certificados pelo SEFIA/DDA/SFA-MG.

9. Quanto a organismos geneticamente modificados, na atualidade, dentro do regimento da SFA/MG, as atividades de fiscalização são conjuntas com o SSV, sob aquela coordenação, logo não se programa essa atividade no PI, sendo que em 2011 as fiscalizações realizadas ocorreram às custas daquele serviço .

10. Justifica-se o não atingimento das metas programadas para o ano de 2011 relativas à fiscalização da produção e do uso de batata-semente tendo em vista a redução nas atividades programadas para o 1º semestre devido à publicação do Decreto 7446/2011 que restringiu o número de diárias por servidor. Esclareça-se que a programação relativa à fiscalização da produção e do uso de batata-semente foi concentrada no primeiro semestre por ter neste período maior concentração de campos plantados e para que no segundo semestre os Fiscais envolvidos nesta atividade estivessem disponíveis para fiscalizar as outras espécies conforme programação. Acrescente-se a isto o fato de que o coordenador desta atividade foi muito demandado pela Coordenação de Sementes e Mudas participando do grupo que elaborou as normas e padrões para produção e comercialização de batata semente de grupo de trabalho instituído pela Portaria nº136/2011 para propor as alterações no Decreto nº 5.153/2004.

11. Observar quando da ausência de dados, ou variação nos mesmos, dá-se ao fato de que as planilhas montadas através e demandas da atividade de sementes e mudas estão passando por mudanças a partir de determinação da Coordenação de Sementes e Mudas da SDA/DFIA/MAPA, haja vista a necessidade de nivelamento e modificação dessas demandas de fiscalização nas Unidades Descentralizadas, ou seja, são parâmetros que não são dimensionados pelo serviço.

12. Não foram realizadas todas as reuniões programadas para o plenário e para as subcomissões da Comissão de Sementes e Mudas em Minas Gerais devido às limitações orçamentárias impostas ao Ministério da Agricultura no primeiro semestre e as consequentes dificuldades para se realizar as reuniões ordinárias das subcomissões e à falta de pautas consistentes que justificassem as reuniões programadas.

13. Embora tenha havido uma redução nas atividades programadas para o 1º semestre devido à publicação do Decreto 7446/2011 que restringiu o número de diárias por servidor, no 2º semestre, após devida autorização, foram emitidas diárias com objetivo de alcançar a meta de fiscalização inicialmente programada.

14. No presente quadro o Índice de Eficácia foi dimensionado sobre as atividades desenvolvidas de acordo com a programação do Plano Operativo Anual 2011 e sua interface com as ações estabelecida no Plano Plurianual ã PPA 2008-2011.

EFICIÊNCIA

Valor executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da Ação (R\$)
265.028,97	2.438	Fiscalização em Estabelecimentos Produtores de Sementes e de Mudanças e de Certificação para Obtenção de Inscrição e Credenciamento no RENASEM	108,70
		Fiscalização de Estabelecimentos Produtores de:	
		Sementes	
		Mudas	
		Vistoria de Campo de Produção de Sementes para Certificação	
		Vistoria de Campo de Produção de Sementes Não Certificadas	
		Vistoria de Campo de Produção de Sementes no esquema OECD	
		Fiscalização de Sementes Geneticamente Modificadas	

Obs.: 1. O Custo Individualizado da Ação reduziu em relação ao exercício 2010, podendo observar que, no levantamento do montante de recursos a serem utilizados nos cálculos desse indicador, foram utilizados valores dentro de Elementos Despesa que melhor expressam gastos para o cômputo final desse custo e foram realizadas fiscalizações na sede das unidades regionais e em municípios limítrofes.

Fonte dos Recursos: 150013038 (Elemento Despesa = ED) (Indicador de Desempenho = ID)

1. Recursos destinados ao SEFIA/DDA/SFA-MG para atender despesas para custeio para execução das atividades de fiscalização de sementes e mudas, com pagamento de diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens, serviços e ressarcimento; ainda para pagamento de despesas com colaborador eventual e investimento, dentre outras compatíveis à finalidade, sendo que valores de equivalência serão utilizados nos cálculos do **Indicador de Desempenho, Eficiência**.

1.1. Gastos no ED 3390.14. Valor R\$ 228.652,20 (duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos), para pagamento de diárias:

1.1.1. Diárias para Fiscalização: R\$ 174.445,45 (cento e setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos). **(ID)**

1.1.2. Diárias pagas para participação em Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, outros eventos: R\$ 54.760,59 (cinquenta e quatro mil, setecentos e sessenta reais e cinquenta e nove centavos).

1.2. Gastos no ED 3390.30 (Material de Consumo): Valor Total: R\$ 52.775,24 (cinquenta e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), para pagamento de:

1.2.1. Gastos com Material Elétrico: Valor R\$ 6.059,96 (seis mil e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos).

1.2.2. Gastos com Material - Suprimentos de Informática. Valor: R\$ 20.058,18 (Vinte mil e cinquenta e 8 reais e dezoito centavos).

1.2.3. Gastos com Material de Expediente. Valor R\$ 15.554,33 (quinze mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos). **(ID)**

1.2.4. Manutenção de Veículos - peças, pneus. Valor R\$ 8.903,13 (oito mil, novecentos e três reais e treze centavos). **(ID)**

1.3. Despesas no ED 3390.33 (Passagens): Valor R\$ 47.381,25 (quarenta e sete mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos).

1.4. Gastos no ED 3390.36 (Colaborador Eventual). Para pagamento de diárias. Valor R\$ 6.301,00 (seis mil e trezentos e um reais).

1.5. Gastos no ED 3390.39 (Serviços de Terceiros.): Valor Total: R\$ 68.428,76 (sessenta e oito mil, quatrocentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos), para pagamento de:

1.5.1. Manutenção de Veículos ã Mão-de-obra. Valor R\$ 6.234,91 (seis mil, duzentos e trinta quatro reais e noventa e um centavos). **(ID)**

1.5.2. Serviços de Postagem. Valor R\$ 10.264,31 (dez mil, duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos). **(ID)**

1.5.3. Telefonia: Valor R\$ 17.107,19 (dezessete mil, cento e sete reais e dezenove centavos). **(ID)**

1.5.4. Manutenção - Equipamentos de Informática. Valor R\$ 3.421,43 (três mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos).

1.5.5. Manutenção de Bens Móveis. Valor R\$ 2.052,88 (dois mil, cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

1.5.6. Combustíveis. Valor R\$ 27.371,50 (vinte e sete mil, trezentos e setenta e um reais e cinquenta centavos). **(ID)**

1.5.7. Cópias Xerográficas. Valor R\$ 1.368,57 (hum mil, trezentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos). **(ID)**

1.6. Gastos no ED 3390.93 (Ressarcimento), com despesas de pronto (necessário) pagamento em viagens. Valor R\$

3.779,58 (três mil, setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos). **(ID)**

Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência:

ED: 3390.14	R\$ 174.445,45
ED: 3390.30	R\$ 24.457,46
ED: 3390.39	R\$ 62.346,48
ED: 3390.93	R\$ 3.779,58
TOTAL:	R\$ 265.028,97

2. Recursos destinados a atender demandas com pagamento de servidores de outros órgãos que integram o sistema de produção de sementes direta e, ou, indiretamente, participando nas Reuniões da CSM-MG, bem como em Grupos de Trabalho para identificação de plantas; outras participações eventuais apropriadas.

3. **Recursos destinados a atender com despesas investimento para aquisição de bens móveis eletroeletrônicos, mobiliário, veículos), ED 4490.52, de modo a incrementar a Infra-estrutura do PI na Sede e em Unidades Descentralizadas.**

5. **Outros tipos de despesas necessárias ao regular andamento das atividades do Serviço foram compartilhadas com a SFA/MG, nos Elementos Despesas 3390.30 e 3390.39.**

4. Serviços Terceirizados (Recepcionista, Publicidade, Vigilância, Limpeza e Conservação, Tecnologia da Informação, Energia Elétrica, Água e Esgoto, outros), não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.

EFETIVIDADE

A atividade de Fiscalização de Sementes e Mudanças vem sofrendo modificações estruturais desde o exercício 2005, com reflexo imediato nas ações das SFA's nos Estados, em detrimento da edição das normas vigentes e complementos, agindo especificamente nas atividades de produção, atuando parcialmente na certificação de sementes e mudas, ainda em inscrições de campos de produção e suas respectivas ações de inspeções dos campos inscritos, seu devido rito da parte burocrática, assim como inscrições de produtores e credenciamento de responsáveis técnicos, entidades de certificação e certificadoras de produção própria, no Registro Nacional de Sementes e Mudanças RENAME, informações ao SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento) e administração do SIOR (Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras).

Uma das prioridades da atividade de fiscalização dentro do Sistema é a investigação fiscal do uso indevido de sementes e mudas.

No desenvolvimento das atividades inerentes ao Plano Interno RENAME 1, existem dificuldades de Infraestrutura Técnico Operacional e Logística como, necessidade de equipamentos de informática suficientes e atualizados, dentre outros de menor vulto, falta de fiscais e continuidade de treinamentos. O Serviço através da Coordenação e Departamento correlatos vêm a cada ano suprimindo essas deficiências. De acordo com a leitura de Relatórios de Gestão e Planos Operacionais anteriores, pode se observar a evolução desse quadro.

Informamos que muitas vezes Fiscais da equipe da atividade de sementes e mudas são solicitados a prestarem serviços externos ao SEFIA/DDA/SFA-MG, junto à Coordenações da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA e mesmo em outras Superintendências, dessa forma diminuindo a capacidade de ações de fiscalização, em contrapartida às necessidades demandadas de fiscalização no Estado, além de participarem ativamente da Comissão Estadual de Sementes e Mudanças/MG e suas respectivas Subcomissões e participação relevante em eventos ligados ao segmento. Além disso, vários Fiscais Federais Agropecuários atuam em um ou mais Planos Internos em Unidades Descentralizadas da SFA/MG.

Com relação aos recursos financeiros programados para o exercício de 2012, estes estão dispostos no Plano Operativo Anual - Exercício 2012 para atender as demandas básicas do PI no Estado de Minas Gerais.

2.4.7.30. Ação 2141: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes ã FISFECOI

EFICÁCIA ã Sub-ação I e II

Ação / Sub-ação	Unidade	Exec. 2009	Exec. 2010	Prog. 2011	Exec. 2011	Eficácia (%)	Prog. 2012
I Fiscalizações realizadas	Fiscalização	1.270	1.185	1.300	1.019	78,38	1.100
II Amostras coletadas	Amostra	1.076	793	850	815	116,42	750

EFICIÊNCIA

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
Sub-ação I			
162.190,24	1.019	Fiscalizações realizadas	159,16
Sub-ação II			
162.190,24	815	Amostras Coletadas	199,00

Obs.: Conforme disposto no Plano Operativo Anual - POA 2012 encontra-se programada a realização de 1.100 fiscalizações, sendo 350 fiscalizações em estabelecimentos e 750 fiscalizações em produtos (coleta de amostras). Tal fato se traduz na redução do número de fiscalizações, comparativamente ao ano anterior, justificada através da opção em se adotar um novo modelo de fiscalização, que se caracterize pela adoção de ações mais pontuais, mais eficientes e de maior alcance regulatório. A essa estratégia denominou-se fiscalização inteligente, e estima-se que seus resultados venham a se traduzir no alcance de maior eficiência, juntamente com significativa melhoria nos índices de conformidade dos produtos fiscalizados.

Fonte dos Recursos: 150013038 (Elemento Despesa = ED) (Indicador de Desempenho = ID)

1. Recursos destinados ao SEFIA/DDA/SFA-MG para atender despesas para custeio para execução das atividades de fiscalização de fertilizantes, inoculantes e corretivos, com pagamento de diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens, serviços e ressarcimento; ainda para pagamento de despesas com investimento, dentre outras compatíveis à finalidade, sendo que valores de equivalência serão utilizados nos cálculos do Indicador de Desempenho, Eficiência.

1.1. Gastos no ED 3390.14, para pagamento de diárias:

1.1.1. Diárias para Fiscalização: R\$ 91.815,67,73 (noventa e um mil, oitocentos e quinze reais e sessenta e sete centavos). (ID)

1.1.2. Diárias pagas para participação de Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, Força Tarefa em outras UF, outros eventos: R\$ 47.931,61 (quarenta e sete mil, novecentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos).

1.2. Gastos no ED 3390.30 (Material de Consumo). Valor R\$ 26.604,00 (vinte e seis mil e seiscentos e quatro reais), para pagamento de:

1.2.1. Gastos com Material Elétrico: Valor R\$ 2.660,40 (dois mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta centavos).

1.2.2. Gastos com Material - Suprimentos de Informática. Valor: R\$ 15.962,40 (quinze mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

1.2.3. Gastos com Material de Expediente. Valor R\$ 6.931,20 (seis mil, novecentos e trinta e um reais e vinte centavos). (ID)

1.3. Despesas no ED 3390.33 (Passagens) Pagamento de deslocamento com fins de participação em Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, Força Tarefa em outras UF. Valor R\$ 39.047,52 (trinta e nove mil, quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).). Do valor acima R\$ 2.346,78 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos), foram gastos com Passagens Aéreas para participação em Força Tarefa de Fiscalização de 3 (três) FFA no Estado de Tocantins .

1.4. Gastos no ED 3390.36 (Colaborador Eventual), para pagamento de diárias: Sem provimento para essa demanda.

1.5. Gastos no ED 3390.39 (Serviços de Terceiros), para pagamento de:

1.5.1. Telefonia: Valor R\$ 15.624,65 (quinze mil, seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos). (ID)

1.5.2. Combustíveis. Valor R\$ 24.999,44 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos). (ID)

1.5.3 Manutenção de Veículos. Valor R\$ 6.249,86 (seis mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos). (ID)

1.5.4. Serviços de Postagem. Valor R\$ 9.374,79 (nove mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos). (ID)

1.5.5. Manutenção - Equipamentos de Informática. Valor R\$ 3.124,93 (três mil, cento e vinte e quatro reais e noventa e três centavos).

1.5.6. Manutenção de Bens Móveis. Valor R\$ 1.874,96 (hum mil, oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

1.5.7. Cópias Xerográficas. Valor R\$ 1.249,97 (hum mil, duzentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos). (ID)

1.6. Gastos no ED 3390.93 (Ressarcimento), com despesas de pronto pagamento (necessárias) em viagens. Valor R\$ 3.597,88 (três mil, quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos). (ID)

***Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência:**

ED: 3390.14	R\$ 91.815,67
ED: 3390.30	R\$ 6.931,20
ED: 3390.33	R\$ 2.346,78
ED: 3390.39	R\$ 57.498,71
ED: 3390.93	R\$ 3.597,88
TOTAL:	R\$ 162.190,24

2. Recursos destinados a atender com despesas investimento para aquisição de bens móveis (informática e mobiliário), ED 4490.52, de modo a incrementar a infraestrutura do PI na Sede e em Unidades Descentralizadas.

3. Outros tipos de despesas necessárias ao regular andamento das atividades do Serviço foram compartilhadas com a SFA/MG, nos Elementos Despesas 3390.30 e 3390.39.

4. Serviços Terceirizados (Recepcionista, Publicidade, Vigilância, Limpeza e Conservação, Tecnologia da Informação Energia Elétrica, Água e Esgoto, outros), não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização Unidades Descentralizadas

EFETIVIDADE - Sub-ação I e II

Ação / Sub-ação	Unid	Eficácia 2009	Eficácia 2010	Eficácia 2011	Exec. 2009	Exec. 2010	Exec. 2011	Prog. 2012
I Fiscalizações realizadas	Fiscalização	83,93	103,04	78,38	1.270	1.185	1.019	1.100
II Amostras coletadas	Amostras	96,76	113,28	116,42	1.076	793	815	750

De todo o exposto é possível afirmar que através das ações desenvolvidas não se verificou o alcance de resultados que expressem a melhoria dos níveis de conformidade e qualidade dos produtos disponibilizados para o mercado agrícola nacional, relativamente a produção e ao comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes. Ao contrário, o que se constata é que esses resultados apontam para um retrocesso na qualidade desses insumos.

Contudo, é oportuno frisar que mesmo diante das restrições impostas ao PI FISFECOI no decorrer do exercício para o desenvolvimento das ações de fiscalização os quantitativos alcançados encontram-se bastante próximos àqueles realizados em exercícios anteriores, fato esse que corrobora para o entendimento de que, não havendo restrições ao pleno desenvolvimento da atividade, saberá esta ofertar os resultados almejados para o alcance de indicadores favoráveis a melhoria dos níveis de conformidade e qualidade dos produtos disponibilizados para o mercado agrícola nacional, proporcionando também o alcance de maiores produtividades agrícolas e contribuindo para a sustentabilidade e competitividade do agronegócio brasileiro.

Salienta-se que os indicadores de desempenho alcançados ao longo de 2011 traduzem com confiabilidade a perda de qualidade representada pelos insumos fiscalizados em virtude, principalmente, da menor intensidade de fiscalização sobre os estabelecimentos produtores e importadores, conforme programação originalmente concebida. Dessa maneira faz-se imperiosa a adoção como meta para o próximo exercício a implementação de ações destinadas a promover o comércio responsável desses insumos agrícolas, coibindo de forma sistemática toda atividade que resulte em dano ou que possa vir a lesar o consumidor final.

Para essa finalidade necessário se faz o esforço conjunto e a maior integração entre CFIC/DFIA - Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos e SFA/MG, com vistas a condução do planejamento fiscal, bem como da disponibilização de recursos orçamentários destinados a execução dessas ações, objetivando sua realização de modo célere e oportuno.

2.4.7.31 Ação 2909: Fiscalização de Agrotóxicos e Afins ã FISAGROTOX

EFICÁCIA

PI	Atividade	Exec. 2008	Exec. 2009	Exec. 2010	Prog. 2011	Exec. 2011	Eficácia 2011	Prog. 2012
F I S A G R O T O X X	Produtos fiscalizados*	112	127	122	66	43	65,15	66
	Amostras de agrotóxicos coletadas**	0	3	18	27	27	100	27
	Fiscalizações realizadas (estabelecimento produtor)	10	10	23	27	16	59,25	27
	Fiscalizações realizadas (empresas credenciada)	11	49	34	16	5	31,25	16
	Vistoria em estabelecimento para credenciamento	08	4	8	32	3	9,37	32
* Número de diferentes produtos (agrotóxicos) fiscalizados, sem amostragem sendo conferidos os componentes utilizados na formulação, comparando o mapa de produção com o I.A.T.(Anvisa). Este valor não foi lançado no SIPLAN. ** Coleta de amostras por orientação da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins/DFIA - Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento. Na fiscalização dos produtos nas unidades produtoras, a(s) análise(s) do(s) produto(s) feita(s) pelos laboratórios das empresas, é (são) conferida(s) conforme limites máximos e mínimos de teor de i.a. (ingrediente ativo) apresentado(s) no registro.								

EFICIÊNCIA

Calculada segundo dados do SIPLAN.

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividade		Custo individualizado da ação (R\$)
		Descrição	Quantidade	
21.671,05	51	Produtos fiscalizados	51	424,92
		Amostras de agrotóxicos coletadas	27	
		zações realizadas (estabelecimento produtor)*	16	
		Fiscalizações realizadas (empresas credenciadas)*	5	
		Vistoria em estabelecimento para credenciamento	3	

No SIPLAN, não foram lançados os Produtos Fiscalizados (51). *As ações contabilizadas foram 51 (Amostras Coletadas (27) + Fiscalizações em Estabelecimento Produtor (16) + Fiscalizações em Empresas Credenciadas (5) + Vistorias para Credenciamento (3) conforme programado no POA 2010, dentro das metas fornecidas pela CGAA/DFIA/SDA/MAPA, o que resultou num custo individualizado de fiscalização de R\$ 424,92 (quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos).

EFICIÊNCIA

Calculada contabilizando os parâmetros do SIPLAN, e demais parâmetros de relatório.

Cálculo contabilmente os parâmetros do SIPLAN, e demais parâmetros de relatório.				
Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividade		Custo individualizado da ação (R\$)
		Descrição	Quantidade	
21.671,05	102	Produtos fiscalizados	51	212,46
		amostras de agrotóxicos coletadas	27	
		fiscalizações realizadas (estabelecimento produtor)	16	
		Fiscalizações realizadas (empresas credenciadas)	5	
		Vistoria em estabelecimento para credenciamento	3	
Obs. Neste quadro foram lançadas todas as ações realizadas e não somente os estabelecidos pela CGAA/DFIA/SDA/MAPA no SIPLAN, onde o custo de uma fiscalização foi bem inferior, ou seja, de R\$ 212,46 (duzentos e doze reais e quarenta e seis centavos).				

Fonte dos Recursos: 100000000 (Elemento Despesa = ED) (Indicador de Desempenho = ID)

1. Recursos destinados ao SEFIA/DDA/SFA-MG para atender despesas para custeio para execução das atividades de fiscalização de agrotóxicos e afins, com pagamento de diárias, aquisição bens de consumo/expediente, passagens, serviços e ressarcimento; ainda para pagamento de despesas com colaborador eventual, dentre outras compatíveis à finalidade, sendo que valores equivalentes serão utilizados nos cálculos do Indicador de Desempenho / EFICIÊNCIA.

1.1. Gastos no ED 3390.14, para pagamento de diárias:

1.1.1. Diárias para Fiscalização: R\$ 9.604,30 (nove mil, seiscentos e quatro reais e trinta centavos). (ID)

1.1.2. Diárias pagas para participação de Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, outros eventos: R\$ R\$ 7.114,10 (sete mil, cento e quatorze reais e dez centavos).

1.2. Gastos no ED 3390.30 (Fontes: 100 e 150) (Material de Consumo). Valor R\$ 6.634,50 (seis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos), para pagamento de:

1.2.1. Peças para Manutenção de Veículos. Valor R\$ 1.842,20 (hum mil reais, oitocentos e quarenta e dois reais e vinte centavos). (ID)

1.2.2. Material para Suprimento de Informática. Valor R\$ 3.321,90 (três mil reais, trezentos e vinte um reais e noventa centavos).

1.2.3. Material de Expediente. Valor R\$ 1.470,40 (hum mil reais, quatrocentos e setenta reais e quarenta centavos). (ID)

1.3. Despesas no ED 3390.33 (Passagens): Valor R\$ 3.732,23 (três mil, setecentos e trinta e dois reais e vinte e três centavos), para pagamento s servidor do SEFIA/DDA/SFA-MG para participação em Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, outros eventos (ID); e Valor R\$ 4.762,55 quatro mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos, utilizados para pagar passagens para colaborador eventual (Servidor do IMA) para participação em Cursos, Treinamentos, Reuniões Técnicas, outros eventos.

1.4. Gastos no ED 3390.36 (Colaborador Eventual), para pagamento de diárias a servidores do IMA em parceria com a SFA/MG na fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos no Estado de Minas Gerais e participação em eventos.

1.4.1. Valor R\$ 4.260,00 (quarenta mil e duzentos e sessenta reais).

1.5. Gastos no ED 3390.39 (Serviços de Terceiros), para pagamento de:

1.5.1. Serviços Telefônicos: Valor R\$ 2.416,96 (dois mil, quatrocentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos). (ID)

1.5.2. Aquisição de Combustível: Valor R\$ 4.902,50 (quatro mil, novecentos e dois reais e cinquenta centavos). (ID)

1.5.3. Serviços de Postagem. Valor R\$ 966,78 (novecentos e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos). (ID)

1.5.4. Cópias Xerográficas. Valor R\$ 241,69 (duzentos e quarenta e um reais e sessenta e nove reais). (ID)

1.6. Gastos no ED 3390.93 (Ressarcimento), com despesas de pronto (necessário) pagamento em viagens. Valor R\$ 326,22 (trezentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos). (ID)

*Valor de Custeio para Cálculo do Indicador Eficiência:

ED: 3390.14 R\$ 9.604,30

ED: 3390.30 R\$ 3.312,60

ED: 3390.39 R\$ 8.527,93

ED: 3390.93 R\$ 226,22

TOTAL: R\$ 21.671,05

2. Recursos destinados a atender com despesas investimento para aquisição de bens móveis (informática e mobiliário), ED 4490.52, de modo a incrementar a infraestrutura do PI na Sede e em Unidades Descentralizadas.

3. Outros tipos de despesas necessárias ao regular andamento das atividades do Serviço foram apropriadas com a SFA/MG, nos Elementos Despesas 3390.30 e 3390.39.

4. Serviços Terceirizados (Recepcionista, Publicidade, Vigilância, Limpeza e Conservação, Tecnologia da Informação, Energia Elétrica, Água e Esgoto, outros), não incorrem em despesas de custeio para a atividade de fiscalização.

EFETIVIDADE

As ações desenvolvidas no PI FISAGROTOX envolvem a fiscalização de agrotóxicos, de empresas produtoras de agrotóxicos e de entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos. Estas ações têm um impacto óbvio na saúde da população e na atividade agrícola, que terá à disposição um insumo de qualidade, possibilitando maior eficiência produtiva, melhor rentabilidade para o produtor e maior oferta de produtos a custos menores. Além disso, tais ações são de suma importância no comércio internacional, pois o rechaço de partidas exportadas pelo país devido a questões de resíduos podem trazer sérias consequências econômicas.

As mudanças qualitativas para o cidadão que este PI proporciona são, então, decorrentes do uso de insumos com qualidade controlada e, conseqüentemente, mais eficientes (e, com isso, há possibilidade de uso de menores quantidades no processo produtivo de modo a ter menores teores de resíduos nos alimentos); e os benefícios da maior competitividade das exportações brasileiras. Deve-se lembrar que as barreiras fitossanitárias ou rechaços por resíduos de agrotóxicos são os argumentos mais utilizados atualmente, como forma de protecionismo comercial.

Não há Fiscais Federais Agropecuários específicos para atender este segmento em todas as UTRAs e nem treinados adequadamente para exercer essa função.

Devido à grande demanda de trabalho administrativo e técnico, se torna necessário para o bom andamento do serviço, somar ao quadro funcional mais Fiscais Federais Agropecuários para a atividade de fiscalização, além da disponibilização de agente administrativo e estagiário.

A restrição na emissão de diárias comprometeu a meta prevista para fiscalização no ano de 2011, uma vez que o servidor responsável pela fiscalização atingiu a meta para emissão de diárias conforme Decreto nº 7446, de 1º de março de 2011, que estabeleceu limites e procedimentos para gastos com passagens e diárias para o exercício de 2011. Isto só foi resolvido a partir de 14 de outubro de 2011.

Quanto à disponibilidade de recursos financeiros, foi feita no tempo oportuno e adequada, sendo suficientes

Indicadores Estratégicos

As atividades relativas à implantação da Gestão Estratégica na SFA/MG iniciaram-se em 2009, com a realização de oficinas na Sede da Superintendência e nas unidades finalísticas, localizadas no interior do estado, com o objetivo de apresentar aos servidores essa nova ferramenta de gestão, cujos impactos refletirão de forma significativa em toda a comunidade do MAPA.

Em 2010, iniciou-se a realização das reuniões de análise estratégica RAEs que prosseguiram em 2011.

Por meio de realização das RAEs são apresentados os indicadores de resultados estratégicos conforme orientações emanadas da Assessoria de Gestão Estratégica - AGE.

Deve-se ressaltar que, para cada resultado estratégico de uma unidade organizacional (Gabinete, Divisões e Serviços) poderá haver um ou mais indicadores.

Os indicadores estratégicos e suas respectivas fórmulas são os seguintes:

Unidade Organizacional	Resultado Estratégico	Indicadores
Gabinete GAB	Processo de Gestão Estratégica Consolidado	Média das respostas à seguinte questão <i>Qual o grau de entendimento sobre a Gestão Estratégica que você acha que tem?</i>
Divisão Administrativa DAD	Gestão por Competência implantada Processo de Gestão Estratégica Consolidado	Número total de horas cursadas em eventos de curta e média duração (até 360h) *2 + Número total de horas cursadas em eventos de longa duração (acima 360h) *1:3 : Número total de servidores ativos na SFA
Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário DPDAG	SDC.R1 - Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantado	SDC.R1.1 - Variação relativa da área de produção agropecuária em Sistemas Sustentáveis Fórmula: { Variação da produção agropecuária de orgânicos / área total de produção agropecuária } * 100

	SDC.R2 - Ampliação do capital intelectual protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio	SDC.R2.3 - Percentual de Indicações Geográficas do Agronegócio Apoiadas Fórmula: $\{n^{\circ} \text{ projetos de IG apoiados} / n^{\circ} \text{ total de IG identificadas no diagnóstico}\}$
	SDC.R4 - Minimizar os problemas de infraestrutura e logística	SDC.R4.4 - Percentual de contratos de repasse regulares Fórmula: $\{\text{número de contratos regulares} / \text{número total de contratos}\} * 100$
Serviço de Saúde Animal SSA	SDA.R1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo o Território Nacional	1 - Percentagem de propriedades cadastradas no sistema eletrônico para emissão de GTA e em conformidade com o manual de padronização Fórmula: $\{ \text{Propriedades cadastradas} / \text{total de propriedades} \} * 100$
		2 - Percentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24 horas da notificação (Síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves) Fórmula: $\{ \text{suspeitas atendidas em 24 h} / \text{total de notificações} \} * 100$
		3 - Percentagem de Bovinos em Áreas Livres de Febre Aftosa Fórmula: $\{n^{\circ} \text{ bovinos em áreas livres de Febre Aftosa} / \text{total de bovinos}\} * 100$
Serviço de Sanidade Vegetal SSV	SDA.R8 - Qualificar e Melhorar o Status Fitossanitário Nacional	Taxa de Fitossanidade Fórmula: $(n^{\circ} \text{ de Municípios no Estado sem ocorrência de pragas regulamentadas} \div n^{\circ} \text{ Total de Municípios do Estado}) * 100$
Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas SEFIA	SDA.R2a - Conformidade dos insumos agrícolas assegurada	Índice de conformidade dos insumos agrícolas ã Agrotóxicos Fórmula: $\{ 0,50 * n^{\circ} \text{ amostras conformes} / \text{total de amostras analisadas} \} * 100 + \{ 0,50 * n^{\circ} \text{ ocorrências no padrão} / \text{total de ocorrências} \} * 100$
		Conformidade dos registros de insumos agrícolas ã Sementes e mudas Fórmula: $\{n^{\circ} \text{ BOAS na garantia} / \text{total de BOAS}\} * 100$
		Índice de conformidade de insumos agrícolas - Fertilizantes

		Fórmula: $\{n^{\circ} \text{ CAFs na garantia} / \text{total de CAFs}\} * 100$
<i>Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários</i> <i>SEFIP</i>	SDA.R3a - Conformidade dos insumos pecuários assegurada	Índice de conformidade dos insumos pecuários Fórmulas: Índice de conformidade de material genético animal ñ ICMGA $\{n^{\circ} \text{ estabelecimentos produtores conformes} / n^{\circ} \text{ de estabelecimentos produtores fiscalizados}\} * 100$ Índice de conformidade de produtos p/ alimentação animal ñ ICPAA $\{n^{\circ} \text{ produtos conformes} / n^{\circ} \text{ produtos fiscalizados}\} * 100$ Índice de conformidade de produtos de uso veterinário ñ ICPUV $\{n^{\circ} \text{ estabelecimentos fabricantes conformes} / n^{\circ} \text{ de estabelecimentos fabricantes fiscalizados}\} * 100$
<i>Serviço de Inspeção Produtos de Origem Vegetal</i> <i>SIPOV</i>	,SDA.R4a - Qualidade dos produtos de origem vegetal assegurada (conformes e seguros)	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal Fórmula: $IC = \{ 0,5 * n^{\circ} \text{ estabelecimentos. Inspeccionados vinhos e bebidas.} / n^{\circ} \text{ estabelecimentos programados LOA} + 0,5 * n^{\circ} \text{ amostras prod. conformes qualidade vegetal} / \text{total amostras analisadas qualidade vegetal} \}$
<i>Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal</i> <i>SIPOA</i>	SDA.R5a - Sistema de inspeção animal revisado e implantado SDA.R6a - Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal $0,70 \text{ (Supervisões conformes MG / Supervisões totais MG)}$ $+ 0,30 \text{ (Amostras conformes MG / Total de Amostras MG)}$ SDA.R6a.1 - Número de atividades de combate à clandestinidade executadas pelo DIPOA e pelos SIPAG. Não há metas definidas. A atividade é desenvolvida em função das denúncias que são realizadas.

No quadro **Painel de Resultados dos Indicadores de Gestão Estratégica ñ SFA/MG ñ 2011**, abaixo apresentado, estão consolidados os resultados estratégicos de 2011.

A apuração dos resultados levou-se em consideração os seguintes parâmetros:

Para cada indicador há uma meta a ser cumprida.

Ao resultado obtido será atribuída uma coloração que corresponde a uma pontuação da seguinte forma:

Verde ñ se foi alcançada uma proporção acima de 90% da meta, com atribuição de 3 pontos.

Amarela - se foi alcançada uma proporção de 60 a 90% da meta, com atribuição de 2 pontos.

Vermelha - se foi alcançada uma proporção abaixo de 60% da meta, com atribuição de 1 pontos.

Cinza ã se não foi possível a obtenção dos dados, sem atribuição de pontos.

O somatório dos pontos de cada unidade organizacional será uma proporção em relação ao total dos pontos 49 (100%).

Para apuração dos 49 pontos foram desconsiderados os indicadores marcados com a cor cinza

PAINEL DE RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO ESTRATÉGICA ã SFA/MG - 2011

UNIDADE OPERACIONAL		INDICADORES		RESULTADOS ESTRATÉGICOS				
				Metas	Apurados	Variação % sobre a meta		Pontos
GABINETE		1	Número RAEs executadas	4	1	25,00%	56,00%	1,00
		2	Grau de entendimento dos gerentes sobre Gestão Estratégica	3 , 8	3 , 3	86,84%		
DAD	SGP	3	Índice de Capacitação em Competência	Dados não disponibilizados				1,00
DDA	SSA	4	Porcentagem de propriedades cadastradas p/ emissão GTA	100%	100%	100%	100,94 %	3,00
		5	Porcentagem de suspeitas atendidas em 24 horas	90%	92,64%	102,83 %		
		6	Erradicação e prevenção Febre Aftosa/área livre	100%	100%	100%		
	SSV	7	Taxa de Fitossanidade	100%	87,70%	87,70%	87,70%	2,00
	SIPOA	8	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal	0,73	0,70	95,89%	79,50%	2,00
		9	Número de atividades de combate à clandestinidade	27	17	62,96%		
	SIPOV	10	Índice de Conformidade de produtos de origem vegetal	0,84	1,27	151,60%	151,60 %	3,00
	SEFIP	11	Índice de conformidade material genético animal	90,00%	94,72%	105,24%	105,24 %	3,00
		12	Índice de conformidade produtos alimentação animal					
		13	Índice de conformidade produtos uso veterinário					
	SEFIA	14	Índice de conformidade de fertilizantes	95%	74,50%	78,42%	97,34%	3,00
		15	Índice de conformidade agrotóxicos	95%	100%	105,26%		
		16	Índice de conformidade sementes e mudas	85%	92,10%	108,35%		
DPDAG		17	Variação relativa na área de produção agropecuária sistemas sustentáveis	3,1%				0,00
		18	Percentual de indicações geográficas agronegócio apoiadas	30%				0,00
		19	Percentual de contrato de repasses regulares	85%	82,35	97,00%	97,00%	3,00
Total de pontos SFA/MG								21,00

Assim, como foram apurados 21 pontos de um total de 49, verifica-se que o resultado da SFA foi de 42,90%.

Análise crítica:

O Índice de Capacitação em Competência, que mensura o percentual de horas cursadas por servidor, cuja meta é de 40 horas/servidor/ano é significativamente baixo. Em 2010, esse resultado foi de 0,37 hora/servidor, referente às capacitações de servidores das áreas administrativas, haja vista que aquelas realizadas nas áreas técnicas não foram informadas ao Setor de Gestão de Pessoas.

Nesse sentido, foi atribuído ao exercício de 2011 o mesmo resultado de 2010.

Com relação aos indicadores vinculados ao DPDAG, a Variação relativa da área de produção agropecuária em Sistemas Sustentáveis e o Percentual de indicações geográficas do agronegócio apoiadas não são passíveis de obter resultados de forma consistente, pois eles dependem da atuação de produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas), associações, cooperativas, sindicatos, etc.

A atuação do MAPA nessas áreas tem como escopo apoiar as iniciativas desses agentes.

No caso da produção agropecuária em Sistemas Sustentáveis, envolve aqueles sistemas produtivos vinculados à Produção Orgânica. Para tanto, a atuação do Ministério é realizada por meio de Comissões de Produção Orgânica, CPORGs, que são instaladas em todos os estados da Federação. Essas comissões são constituídas por representantes de órgãos governamentais e não governamentais, sendo que a Coordenação dessas Comissões é de responsabilidade de técnico integrante do de servidores do Ministério.

Assim, a participação dessa Comissão é apoiar e disseminar e estimular a produção orgânica nos estados de atuação. Entretanto, os dados de produção, evolução de área cultivada, etc não são consistentes.

No caso do indicador Percentual de Indicações Geográficas do Agronegócio Apoiadas, a atuação do MAPA também se restringe no apoio e fomento, coordenação e apoio àquelas organizações, sindicatos, cooperativas, associação civis produtores rurais, etc, que se mobilizam na busca dessas Indicações Geográficas. Em Minas Gerais, encontram-se em processo de desenvolvimento, sete iniciativas que buscam reconhecimento de Indicação Geográfica, mas que ainda não foram concluídas.

Nesse sentido, foi atribuída a cor cinza a esse indicador.

O indicador, Percentual de Repasses Regulares mensura os contratos de repasses de recursos que são disponibilizados para prefeituras por meio de emendas parlamentares.

A fiscalização desses instrumentos ficam a cargo do MAPA. Entretanto, essas fiscalizações são solicitadas por meio do Departamento de Infraestrutura e Logística - DIEL, sendo realizadas por amostragem. Em 2011 foram realizadas fiscalizações, conforme demanda do DIEL em 17 contratos, dos quais, 04 apresentavam-se com pendências, cujas regularizações foram solicitadas.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

NOTA: NÃO SE APLICA

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	11.546,21			11.546,21
2010		96,71	276.100,67	0
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	198.945,99			198.945,99
2010		126.491,39	5.297.537,01	0
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial.

4.2 Análise Crítica

Ocorrências geradas para o cancelamento de RP não processados, no valor de R\$ 126.491,39:
53% - Processo de tomada de preços 0004/2010, em favor da Construtora Nogueira. Acréscimo solicitado nas obras do PN19, Valor: R\$ 65.970,04, acréscimo não autorizado pela CONJUR.

25% - Aquisição de materiais não recebidos dos fornecedores vencedores dos processos licitatórios (pregão e cotação eletrônica). Empenhos anulados com penalidades aplicadas aos fornecedores. Valor: R\$ 30.979,08 e advertências registradas no SIASG.

22% - Cancelamento de despesas variáveis de manutenção inscritas por estimativa, executadas abaixo da média anual. Valor: R\$ 29.542,27.

Evento negativo:

As despesas inscritas em restos a pagar, representam a tardia descentralização dos créditos orçamentários previamente programados para o primeiro semestre, liberados no 3º trimestre do exercício, acumulando os trabalhos na área de gestão de compras e contratos, retardando a entrega dos bens necessários ao desempenho das atividades, prejudicando assim, os bons resultados da gestão da unidade.

Para a gestão dos recursos, as dificuldades maiores é a falta do planejamento do órgão em disponibilizar os limites orçamentários para o exercício com agilidade após a aprovação do orçamento anual, permitindo que a unidade faça uma readequação e priorização da programação, buscando alcançar uma execução planejada dentro do exercício, preferencialmente sem Restos a Pagar.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1 ã FORÇA DE TRABALHO DA UJ ã SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		763		1
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		760		1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		2		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)		763		1

Fonte: SIAPE

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.2 ã SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ ã SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	7
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	5
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	

Fonte: SIAPE e arquivos do serviço de Gestão de Pessoas - SGP/DAD/SFA-MG.

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.3 ã DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		20		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		1		
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		63		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)				

Fonte: SIAPE

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 ã QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	38	81	121	377	151
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1			
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	38	82	121	377	151

Fonte: SIAPE e controle do Serviço
de Gestão de Pessoas -
SGP/DAD/SFA-MG

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 ã QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		14	26	54	226	449			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1			
2.3. Funções gratificadas									
3. Totais (1+2)		14	26	54	226	450			

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 ã Mestrado; 9 ã Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e controle do Serviço de Gestão de Pessoas - SGP/DAD/SFA-MG

Quantidade de pessoas por nível de escolaridade: para a quantificação das pessoas em cada nível de escolaridade, a UJ deve considerar sempre o nível mais alto de escolaridade de cada pessoa.

Os níveis de escolaridade correspondem a:

- 1 - Analfabeto;
- 2 - Alfabetizado sem cursos regulares;
- 3 - Primeiro grau incompleto;
- 4 - Primeiro grau;
- 5 - Segundo grau, ensino médio ou técnico;
- 6 - Superior;
- 7 - Aperfeiçoamento, Especialização ou Pós-Graduação;
- 8 - Mestrado;
- 9 - Doutorado (inclui PhD, Livre Docência e Pós Doutorado);
- 10 - Não Classificada.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	833	
1.1 Voluntária		32
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		1
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		1
2.2 Compulsória		1
2.3 Invalidez Permanente		2
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	833	37

Fonte: SIAPE e controle do Serviço de Gestão de Pessoas - SGP/DAD/SFA-MG

Obs. O sistema não possibilita a estratificação dos dados da forma solicitada no quadro óQuantidade de servidores aposentados até 31/12, portanto somente foi lançado o total de aposentadorias.

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	1.485	26
1.1. Integral		18
1.2. Proporcional		8
2. Em Atividade		3
3. Total (1+2)	1.485	29

Fonte: SIAPE

Obs. O sistema não possibilita a estratificação dos dados da forma solicitada no quadro óQuantidade de Beneficiários de Pensão Acumulada até 31/12, portanto somente foi lançado o total de aposentadorias.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	33	33	33	33	171.600
1.1 Área Fim	26	26	26	26	131.664,00
1.2 Área Meio	7	7	7	7	39.936,00
2. Nível Médio	20	20	20	20	66.684
2.1 Área Fim	13	13	13	13	42.456
2.2 Área Meio	7	7	7	7	24.228
3. Total (1+2)	53	53	53	53	238.284,00

Fonte: Controle do Serviço de Gestão de Pessoas - SGP/DAD/SFA-MG

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Em R\$ 1,00

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios		Vencimen- tos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retri- buições	Gratifi- cações	Adicio- nais	Indeniza- ções	Benefícios Assistenciais e previden- ciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	43.375.206,30	-	50.135.702,42	8.526.248,91	8.526.248,91	700.889,00	526.571,09	-	79.952,83	106.711.710,93
	2010	40625.183,84	-	46.519.464,03	7.629.241,99	3.392.556,52	405.171,00	517.158,60	218.970,11	309.081,85	99.616.827,94
	2009	35.657.941,16	-	39.583.459,69	8.105.976,43	1.934.149,59	-	507.742,51	14.875,31	495.701,62	86.299.846,31
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	125.223,41	-	10.478,17	4.420,14	10.905,30	1.409,43	134,43	-	-	152.652,33
	2010	112.609,53	-	9.825,09	4.029,50	11.059,70	1.392,78	3.618,32	-	-	142.534,92
	2009	101.324,58	-	7.702,21	-	7.777,87	-	549,06	-	-	117.353,72
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	1.715.622,88	381.378,46	1.617.175,40	155.601,09	97.989,15	28.501,01	6.168,32	-	14.003,45	4.070.439,76
	2010	1.439.696	318.575,88	1.373.666,75	122.160,29	77.226,78	15.479,50	8.952,52	1.304,61	22.378,02	3.379.440,90
	2009	1.333.636,35	334.306,95	1.129.305,46	199.344,13	47.348,19	6.512,71	23.224,88	14.852,41	26.215,84	3.114.746,92
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	3.637.874,54	390.403,90	2.420.369,19	347.043,81	320.972,67	65.882,32	22.997,81	11.065,87	25.600,50	7.242.210,61
	2010	3.637.874,54	390.403,90	2.420.369,19	347.043,81	320.972,67	65.882,32	22.997,81	11.065,87	25.600,50	7.242.210,61
	2009	3.293.819,25	398.112,12	2.129.136,47	444.077,97	204.926,31	16.563,10	29.389,13	-	43.644,72	6.559.669,07

Fonte: SIAPE, situação em 31/12/2011

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.10 ã CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

QUADRO A.5.11 ã RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

QUADRO A.5.12 ã AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A UJ faz o controle do Absenteísmo pela análise das folhas de ponto de todo o seu corpo funcional, as ausências são lançadas no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE. A UJ possui também controle de servidores com afastamento por acidentes de trabalho, que são monitorados durante o período de afastamento e também de doenças ocupacionais em conjunto com o SIASS. Quanto à rotatividade de servidores, o serviço não possui um controle informatizado específico, possui um controle geral de servidores de todo o órgão. O serviço possui controle informatizado de aposentadorias, mas não possui controle de reposição do quadro. Quando à Educação continuada, a UJ possui um controle físico de processos individuais dos servidores que passaram por capacitação.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

QUADRO A.6.1 ã CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais									
CNPJ: 00.396.895/0026-83					UG/GESTÃO: 130056				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumula do até exercício	Início	Fim	
1	755398/2011	Associação dos Cafeicultores de Araguari/MG	50.000,00	37.700,00	50.000,00		04/2011	06/2011	1
1	755426/2011	ABCZ/MG	200.000,00	20.020,00	200.000,00		04/2011	08/2011	1
1	755482/2011	Sindicato Rural de Santa Vitória	30.000,00	3.500,00	30.000,00		05/2011	09/2011	1
1	755465/2011	ACARPA	23.000,00	5.750,00	23.000,00		05/2011	06/2011	1
1	755503/2011	BSCA	109.100,00	27.300,00	109.100,00		06/2011	08/2011	1
1	755462/2011	Sindicato dos Produtores Rurais de Patos de Minas	50.000,00	35.000,00	50.000,00		06/2011	10/2011	1
1	755761/2011	Associação Brasileira dos Criadores de Girolando	100.000,00	9.810,00	100.000,00		06/2011	10/2011	1
1	756003/2011	EMATER	100.000,00	25.000,00	100.000,00		09/2011	01/2013	1

1	756157/2011	ACARPA	80.000,00	20.000,00	80.000,00		09/2011	10/2011	1
1	756223/2011	BSCA	342.500,00	86.000,00	342.500,00		09/2011	12/2011	1

LEGENDA**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Arquivo do Setor de Convênios/DPDAG/SFA-MG. SICONV.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferência celebrados e valores repassados nos três últimos anos exercícios

QUADRO A.6.2 ã RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais.					
CNPJ:	00.396.895/0026-83					
UG/GESTÃO:	130056					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	10	23	34	1.084.600,00	3.832.341,00	5.999.026,15
Contrato de Repasse	223	414	-	63.196.497,00	99.867.500,00	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	233	437	34	64.281.097,00	103.699.841,00	5.999.026,15

Fonte: Arquivo do Setor de Convênios/DPDAG/SFA-MG. SICONV.

6.1.3 .Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

QUADRO A.6.3 ã RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais.				
CNPJ:	00.396.895/0026-83		UG/GESTÃO: 130056		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	13	1.625.735,00	1.425.735,00	200.000,00	87,70
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	13	1.625.735,00	1.425.735,00	200.000,00	87,70

Fonte: Arquivo do Setor de Convênios/DPDAG/SFA-MG SICONV.

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO A.6.4 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UNIDADE NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais.					
CNPJ: 00.396.895/0026-83			UG/GESTÃO: 130056		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	05	-	-
		Montante Repassado	432.100,00	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	05	-	-
		Montante Repassado	652.500,00	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	09	-	-
		Montante Repassado	1.685.166,00	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	14	-	-
		Montante Repassado	2.147.175,00	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	07	-	-
		Montante Repassado	2.539.686,05	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	27	-	-
		Montante Repassado	3.459.340,10	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	12	-	-
		Montante Repassado	3.729.595,55	-	-
Fonte: SICONV					

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE - Valores em R\$ 1,00

NOTA: NÃO SE APLICA Este Setor não possui os dados necessários para preenchimento do quadro A.6.5.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais.					
CNPJ: 00.396.895/0026-83			UG/GESTÃO: 130056		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
			Montante repassado (R\$)	-	-
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-

2009	Quantidade de contas prestadas		-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
		Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-
Fonte:				

6.3 Análise Crítica

CONTRATOS DE REPASSE

O Setor de Convênios/DPDAG/SFA-MG tem como atribuição Orientar a elaboração de propostas, analisar, aprovar e proceder à fiscalização (por amostragem) da execução do plano de trabalho de Contratos de Repasse celebrados com órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural.

A fiscalização da execução é feita nos Contratos de Repasse selecionados pelo Programa de Fiscalização por amostragem. Esta verificação procura saber a eficácia no atendimento ao público beneficiário previsto no Plano de Trabalho/Proposta Aprovados por esta SFA.

Os Relatórios de Vistoria óin loco são encaminhados à CGPI/DIEL/SDC/MAPA.

As Questões relacionadas aos procedimentos licitatórios e prestações de contas são de responsabilidade da Interviente, a Caixa Econômica Federal, em função do Contrato de Prestação de Serviços MAPA/CAIXA.

A relação de Contratos de Repasse aprovados em 2011 seguirá em arquivo separado.

CONVÊNIOS

Os convênios são analisados e aprovados e pelo MAPA em Brasília. Este Setor tem como atribuição indicar os servidores incumbidos da fiscalização óin loco dos convênios celebrados que possuem metas no Estado de Minas Gerais.

Os Relatórios de Vistoria óin loco são encaminhados à CGPC/SE/MAPA, coordenadoria responsável pela prestação de contas dos convênios.

Os dados informados nos quadros A.6.1, A.6.2, A.6.3 e A.6.4 forma tirados do arquivo mantido por este Setor, referente aos convênios cuja celebração foi informada por Brasília e de informações contidas no SICONV até 06/02/2012.

Este Setor não possui os dados necessários para preenchimento do quadro A.6.5.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 ã MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO Eu, <u>GERALDO EMÍDIO JÚNIOR</u>, CPF nº <u>517.287.707-00</u>, <u>SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA</u>, exercido na <u>SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS</u>, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais ã SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria ã SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Belo Horizonte, 15 de março de 2012. <u>Geraldo Emídio Júnior</u> <u>CPF 517.287.707-00</u> <u>Superintendente Federal de Agricultura / Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais</u>

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 ã DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	84	-	-
	Entregaram a DBR	84	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SGP/SFA-MG

8.2 Análise Crítica

A UJ possui um controle físico de recebimento das DBR, que são recebidas e arquivadas. Não há controle informatizado. No caso de não cumprimento da obrigação de entregar, é expedido um memorando ao servidor informando-o de sua falta. Para este exercício será solicitada a autorização eletrônica para acesso a base de dados da Receita Federal. O órgão não faz análise de eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida. As DBR são arquivadas em ambiente fechado.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

No âmbito da SFA/MG, as atividades de Controle Interno são de responsabilidade do Serviço de Planejamento e Acompanhamento ã SPA, estatuídas por meio da Portaria 428 de 09/06/2010.

Assim, entre as atividades destacam-se, a promoção do processo de gestão operacional quanto à internalização do Plano Plurianual; orientação e acompanhamento de execução de projetos e atividades constantes do Plano Plurianual, inclusive daquelas que foram delegadas, bem como avaliação de desempenho, com base nos relatórios emitidos pelos sistemas de acompanhamento e de controle físico, orçamentário e financeiro; elaboração e consolidação do plano operativo anual, da programação físico-orçamentária; elaboração de relatórios periódicos e anuais, referentes à programação e ao monitoramento das execuções das ações, inclusive nos aspectos físico-orçamentário e financeiro.

Ao SPA compete também o acompanhamento de auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas às programações físico-financeiras das ações desempenhadas por unidades administrativas executoras das atividades de defesa, inspeção e fiscalização, vigilância e desenvolvimento agropecuários, bem como das demais atividades voltadas ao agronegócio; instâncias intermediárias e locais do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e de órgãos estaduais e municipais, bem como, entidades privadas, executores de ações delegadas pelo MAPA.

Acrescente-se ainda que, por meio de portaria interna de lavra do Superintendente da SFA/MG, foi designado um servidor para executar a função de interlocutor junto ao Assessor Especial de Controle Interno do MAPA em relação aos seguintes assuntos:

- a) Resultados qualitativos e quantitativos da gestão;
- b) Qualidade e confiabilidade dos indicadores de gestão;
- c) Transferências voluntárias;
- d) Regularidade das licitações e contratos;
- e) Regularidade na gestão de recursos humanos;
- f) Cumprimento das recomendações da do TCU, SFC/CGU-PR e do MPF;
- g) Cumprimento das diligências e recomendações da Auditoria Interna;
- h) Cumprimento das diligências da Polícia Federal;
- i) Programas e projetos financiados com recursos externos e/ou com cooperação técnica de organismos internacionais;
- j) Concessão de diárias e de suprimentos e fundos.

Ao SPA compete também a composição o Relatório de Gestão da SFA/MG.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 ã ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	

8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. u Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. u Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). u Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). u Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. u Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). u Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. u Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. u Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
Considerações Gerais:					
01 - Com relação a sustentabilidade ambiental e atendendo a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01,					

DE 19 DE JANEIRO DE 2010, estamos solicitando em nossas contratações nas UASG 130160 e 130056, (limpeza e conservação), o uso da coleta seletiva, conforme Dec. 5.940/2006;

05 ñ Lâmpadas econômicas;
Menor consumo de energia:

12 ñ Reuniões trimestrais, palestras e distribuição de um questionário para avaliação do nível de conhecimento de todos os servidores sobre a forma correta de reciclagem dos materiais descartados na SFA/MG, e sua destinação;

13 ñ Reuniões trimestrais, com palestras educativas, exibição de vídeos sobre economia de água e energia elétrica, com todos os servidores, estagiários e funcionários da empresa de limpeza e conservação, distribuição de folders.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 ñ DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF MINAS GERAIS	–	–
	Município Andradas	1	1
	Município Barbacena	1	1
	Município Belo Horizonte	1	1
	Município Campos Altos	1	1
	Município Caratinga	1	1
	Município Conceição do Rio Verde	1	1
	Município Divinópolis	1	1
	Município Governador Valadares	1	1
	Município Juiz de Fora	2	2
	Município Manhumirim	1	1
	Município Patos de Minas	1	1
	Município Perdões	1	1
	Município Pouso alegre	1	1
	Município São Sebastião do Paraíso	1	1
	Município Teófilo Otoni	1	1
	Município Varginha	1	1
	Município Caxambu	1	0
	UF ónô	–	–

	Município 1	-	-
	Município 2	-	-
	Município ónô	-	-
Subtotal Brasil		18	17
Fonte: SPU/SPIUnet, SMP/SFA/MG.			
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	Cidade 1	Não se aplica. A SFA/MG não	Não se aplica. A SFA/MG não
	Cidade 2	possui imóveis no exterior sob	possui imóveis no exterior sob
	Cidade ónô	sua jurisdição.	sua jurisdição.
	PAÍS ónô	-	-
	Cidade 1	-	-
	Cidade 2	-	-
	Cidade ónô	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		17	17

Fonte: SPU/SPIUnet, SMP/SFA/MG.

QUADRO A.11.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF Minas Gerais	-	-
	Município Almenara	1	1
	Município Curvelo	1	1
	Município Lavras	1	1
	Município Montes Claros	1	1
	Município Muriae	1	1
	Município Paracatu	1	1
	Município Passos	1	1
	Município Poços de Caldas	1	1
	Município Uberaba	1	1
	Município Uberlândia	1	1
	Município Viçosa	1	1
	UF ónô	-	-
	Município 1	Não se aplica. A SFA/MG não	Não se aplica. A SFA/MG não
	Município 2	possui imóveis locados de	possui imóveis locados de
	Município ónô	terceiros sob sua Jurisdição	terceiros sob sua Jurisdição
		em outras Unidades da	em outras Unidades da
		Federação	Federação
Subtotal Brasil		11	12
Fonte: SMP/SFA/MG.			
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	Cidade 1	Não se aplica. A SFA/MG não	Não se aplica. A SFA/MG não
	Cidade 2	possui imóveis locados de	possui imóveis locados de
	Cidade ónô	terceiros sob Jurisdição no	terceiros sob Jurisdição no

	Exterior.	Exterior.
PAÍS ónô	-	-
Cidade 1	-	-
Cidade 2	-	-
Cidade ónô	-	-
Subtotal Exterior	-	-
Total (Brasil + Exterior)	12	12
Fonte: SMP/SFA/MG.		

QUADRO A.11.3 ã DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130056	4051.00008.500-2	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	156.890,96	31/12/2011	156.890,96	-	Não se aplica.
130056	4111.00061.500-9	Entrega- Adm. Fed. Direta	Muito Bom	472.591,80	31/12/2011	898.829,33	-	não houve
130056	4123.00081.500-1	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	7.429.066,46	31/12/2011	24.962.517,85	17.979,57	despesas com
130056	4229.00003.500-1	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	1.187.818,60	31/12/2011	1.187.818,60	-	instalações neste
130056	4267.00005.500-5	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	749.541,06	31/12/2011	3.353.869,91	-	período.
130056	4353.00001.500-0	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	1.377.309,81	31/12/2011	1.377.309,81	-	-
130056	4445.00006.500-2	Entrega- Adm. Fed. Direta	Ruim	150.278,46	31/12/2011	5.437.790,64	-	-
130056	4553.00134.500-6	Entrega- Adm. Fed. Direta	Ruim	47.031,15	31/12/2011	282.445,21	-	-
130056	4733.00113.500-0	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	6.027.101,64	31/12/2011	5.977.638,06	-	-
130056	4733.00152.500-2	Entrega- Adm. Fed. Direta	Muito Bom	353.509,19	31/12/2011	353.509,19	-	-
130056	4789.00004.500-2	Entrega- Adm. Fed. Direta	Ruim	1.112.564,09	31/12/2011	2.188.471,65	-	-
130056	4959.00003.500-8	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	593.123,68	31/12/2011	9.933.728,15	-	-
130056	4997.00005.500-1	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	531.460,04	31/12/2011	531.460,04	-	-
130056	5040.00027.500-0	Em regularização / Cessão	Bom	-	-	-	-	-
130056	5293.00006.500-5	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	1.122.087,02	31/12/2011	1.122.087,02	-	-

13005 6	5371.00010. 500-2	Em regularização / Cessão	Bom	-	-	-	-	-
13005 6	5413.00007. 500-5	Entrega- Adm. Fed. Direta	Bom	9.756.249, 57	31/12/20 11	9.756.249,57		-
Total							17.979, 57	-

Fonte: SPU/SPUnet; SMP, SEOF/SFA/MG.

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

UG: É o código da unidade gestora (UG) constante do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal ã SIAFI que se utiliza do imóvel.

RIP: É o código de Registro Imobiliário Patrimonial ã RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU.

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 ã Aquicultura | 12 ã Em regularização ã Outros |
| 2 ã Arrendamento | 13 ã Entrega ã Adm. Federal Direta |
| 3 ã Cessão ã Adm. Federal Indireta | 14 ã Esbulhado (Invadido) |
| 4 ã Cessão ã Outros | 15 ã Imóvel Funcional |
| 5 ã Cessão ã Prefeitura e Estados | 16 ã Irregular ã Cessão |
| 6 ã Cessão Onerosa | 17 ã Irregular ã Entrega |
| 7 ã Comodato | 18 ã Irregular ã Outros |
| 8 ã Disponível para Alienação | 20 ã Locação para Terceiros |
| 9 ã Em processo de Alienação | 21 ã Uso em Serviço Público |
| 10 ã Em regularização ã Cessão | 22 ã Usufruto Indígena |
| 11 ã Em regularização ã Entrega | 23 ã Vago para Uso |

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 ã Novo | 5 ã Reparos Importantes |
| 2 ã Muito Bom | 6 ã Ruim |
| 3 ã Bom | 7 ã Muito Ruim (valor residual) |
| 4 ã Regular | 8 ã Sem Valor |

Análise crítica:

Há dezessete imóveis sob responsabilidade da SFA-MG, compreendendo prédios administrativos, armazéns e laboratórios.

Houve melhorias em três imóveis: Juiz de Fora, Barbacena e Patos de Minas, que foram reformados e adaptados às necessidades da SFA-MG.

Houve reversão de parte dos imóveis de Juiz de Fora e Teófilo Otoni. As Unidades Armazenadoras dessas cidades foram revertidas para a SPU. Essas unidades foram entregues à CONAB.

Recebemos da SPU um imóvel em Caxambu, o qual será usado para sediar a Unidade Técnica Local de Agricultura naquela cidade. Porém o imóvel necessita de reparos importantes.

A SFA-MG possui 21 Unidades Técnicas Regionais / Locais. Apenas 10 delas têm sede própria.

Todos os imóveis sob responsabilidade da SFA-MG foram vistoriados no ano de 2011. A grande maioria dos imóveis é muito antiga e poucos passaram por manutenção ou reformas completas. Há necessidade de maior alocação de recursos para que sejam feitas reformas nesses imóveis.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 ã GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais: A SAOD, no que concerne especificamente ao suporte à área de TIC, conta atualmente com 4 técnicos de informática erceirizados e internos, 2 estagiários de nível superior e 1 estagiário de nível médio, cujas funções englobam o atendimento aos usuários da SFA Sede, assim como também aos usuários das regionais(Utras e Utlas), no que diz respeito a suporte à rede ísica, equipamentos de processamento de dados, impressoras e periféricos em geral, ressalvando-se as limitações impostas pela infra-estrutura existente. Nossa rede de dados possui 245 usuários na Sede, além de aproximadamente 300 usuários lotados nas 20 unidades técnicas localizadas no interior do Estado e nas unidades Uvagro instaladas no Aeroporto Internacional Tancredo Neves , em Confins-MG e em Betim-MG Considerando o número de usuários, unidades técnicas e equipamentos envolvidos, a SFA se ressent de pelo menos um Analista de Suporte (profissional da área de informática), de nível superior, servidor efetivo ou, alternativamente, um técnico de informática de nível médio (também servidor efetivo), para que pudessem administrar os processos inerentes à gestão da tecnologia, tais como especificações, recomendação nas aquisições, controle de identidades, senhas de acesso, gerenciamento e planejamento adequado para o setor. A rotatividade de técnicos terceirizados é relativamente alta, o que pode expor a segurança e o gerenciamento dos sistemas públicos instalados. A maior parte desses processos é executada pela CGTI em Brasília, cujos conhecimentos das particularidades da SFA são efetivamente desconhecidos, fator esse que contribui para o não atendimento total das conformidades e requerimentos de toda a Superintendência. Também não temos, no atual estágio, embasamento técnico suficiente para propormos melhoras para as redes das unidades técnicas do interior, haja vista a falta de incursões a essas unidades por pessoal qualificado da área de TI da SFA, considerando ainda que os requerimentos somente sejam obtidos por ocasião de solicitações emergenciais formuladas pelos usuários daquelas unidades. A configuração e manutenção da rede e equipamentos, utilização de meios adequados, acessos aos dados constantes da rede MAPA e outras peculiaridades técnicas são necessárias ao pleno funcionamento da rede de dados nessas unidades, tão necessárias quanto à rede da Sede, o que atualmente não acontece.					

Legenda de Nível

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.**13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo****QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR**Valores em
R\$ 1,00

Código da UG 1		Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Total utilizado pela UG					
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ					

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.**14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ****QUADRO A.14.1 ã RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ**

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida**QUADRO A.14.2 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA**

Valores	2011		2010		2009	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia						
Contrapartida						
Medidas de Compensação						

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia ã Pessoa Jurídica e Física

QUADRO A.14.3 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA ã PESSOAS FÍSICAS

UF	2011		2010		2009	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

QUADRO A.14.4 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA ã PESSOAS JURÍDICAS

UF	2011		2010		2011	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						

PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

QUADRO A.14.5 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA ã PESSOAS FÍSICAS

UF	2011		2010		2009	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

QUADRO A.14.6 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA ã PESSOAS JURÍDICAS

UF	2011		2010		2009	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC						
AL						
AP						
AM						
BA						
CE						
DF						
ES						
GO						
MA						
MT						
MS						
MG						
PA						
PB						
PR						
PE						
PI						
RJ						
RN						
RS						
RO						
RR						
SC						
SP						
SE						
TO						
Σ						

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

QUADRO A.14.7 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ

Renúncia	Programas	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		2011	2010	2009	2011	2010	2009

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

O Quadro A.14.8 abaixo contempla a situação das prestações de contas referentes à aplicação dos recursos oriundos da contrapartida financeira da renúncia, quando a legislação exigir prestação de contas, no exercício em análise e nos dois anteriores, nas seguintes situações: não apresentadas; aguardando análise (em estoque); em análise; não aprovadas; aprovadas. Se aplicável a mais de uma renúncia de receitas gerida pela UJ, deverá ser elaborado um quadro para cada renúncia.

QUADRO A.14.8 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Situação	2011		2010		2009	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas						
PC Aguardando Análise						
PC em Análise						
PC não Aprovadas						
PC Aprovadas						

Fonte:

NOTA: NÃO SE APLICA

14.7 Comunicações à RFB

QUADRO A.14.9 - COMUNICAÇÕES À RFB

Renúncia	2011				2010				2009			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.

NOTA: NÃO SE APLICA

14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

QUADRO 2. 14.10 INDICADORES DE GESTÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA

Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.		Diretos	Indiretos
2011							
2010							
2009							

NOTA: NÃO SE APLICA

14.9 Declaração

DECLARAÇÃO

Eu, **(gestor responsável pela concessão, pelo acompanhamento e fiscalização do benefício tributário)**, CPF nº _____, **(cargo ocupado pelo responsável)**, declaro para os devidos fins, que na concessão e na renovação do benefício tributário previsto na(o) **(normativo que disciplina a concessão e a fruição do benefício fiscal, com o seu número e data de edição)**, foi verificada a situação de regularidade dos beneficiários com relação aos pagamentos dos tributos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e FGTS - e à Seguridade Social, em consonância com o disposto na Constituição Federal, art. 195, § 3º; na Lei nº 9.069/1995, art.60; na Lei nº 8.036/1990, art. 27, alínea óco; e na Lei nº 8.212/1991, art. 47, inciso I, alínea óco.

Destaco que os beneficiários abaixo relacionados não cumpriram tais dispositivos, razão pela qual as seguintes medidas saneadoras foram adotadas: **(medidas adotadas para o cumprimento dos normativos acima mencionados)**.

Brasília, ____ de ____ de 20__.

(Gestor)

(CPF)

(Cargo/Unidade Jurisdicionada)

NOTA: NÃO SE APLICA

14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

QUADRO A.14.11 - AÇÕES DA RFB

Renúncia	Fiscalizações	Autos de Infração		Recolhimento	
		Qtd. Empresas	Valor (R\$)	Qtd. Empresas	Valor (R\$)
TOTAL					

NOTA: NÃO SE APLICA

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
NOTA: NÃO SE APLICA					

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

NOTA: NÃO SE APLICA

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201109020	008	Of. 0077/2012/CGU-MG/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA-MG			
Descrição da Recomendação:			
Falhas na atualização das informações relativas à gestão de bens imóveis de uso especial.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Material e Patrimônio ã SFA-MG			
Síntese da providência adotada:			
A avaliação dos imóveis foi concluída no dia 30/12/2011, e na ocasião, os valores atualizados foram lançados no SPIUnet e SIAFI.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação cumprida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Tivemos dificuldades de técnicos específicos para atender a recomendação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	2011090020	017	Of. 0077/2012/CGU-MG/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA-MG			
Descrição da Recomendação:			
Inexistência de controles acerca da entrega de cópias das declarações de bens e rendas exigida pela Lei nº 8.730/93.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas ã SFA-MG			
Síntese da providência adotada:			
O Serviço de Gestão de Pessoas desta SFA está de posse de todas as declarações bens e renda e/ou das autorizações de			

acesso eletrônico dos servidores listados e exerce controle anual quanto àqueles que não enviaram suas autorizações de acesso eletrônico.

Síntese dos resultados obtidos

Recomendação Atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Dificuldades em virtude de processo manual de controle. Não tínhamos autorização eletrônica.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	224903	022/02	Of. 0077/2012/CGU-MG/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA-MG			
Descrição da Recomendação:			
Atraso na efetivação de providências quanto à adequação dos proventos de pensionistas e ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas SFA-MG			
Síntese da providência adotada:			
Estão sendo feitos os cálculos de reposição ao erário da Matrícula SIAPE 6661. Os demais beneficiários de pensão já estão recolhendo ou estão com o ressarcimento suspenso por processo judiciário, que é acompanhado pela Procuradoria da União no Estado de Minas Gerais.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendido parcialmente			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A demora na elaboração dos cálculos advém de diversos fatores, como a falta de servidores para elaboração dos cálculos (só possuímos um servidor apto a elaborá-los) e a grande quantidade de solicitação de cálculos advindas de decisões judiciais.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	224903	022/03	Of. 0077/2012/CGU-MG/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA-MG			
Descrição da Recomendação:			
Acompanhar o processo judicial impetrado pela pensionista do instituidor matrícula SIAPE nº 0005587. Caso a pensionista não logre êxito, tomar as providências cabíveis quanto ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, observadas as condições do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Serviço de Gestão de Pessoas	
Síntese da providência adotada:	
Todos os processos administrativos são acompanhados por este SGP, os processos judiciais são acompanhados pela Procuradoria da União em Minas Gerais, uma vez que este órgão não possui corpo jurídico próprio.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendido	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Acompanhamento pela AGU.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	224903	026	Of. 0077/2012/CGU-MG/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA-MG			
Descrição da Recomendação:			
Providenciar o ressarcimento ao Erário dos valores pagos como remuneração ao servidor matrícula SIAPE nº 0006972, cedido com ônus à Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa e as condições estabelecidas no artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Desenvolvimento de Pessoas			
Síntese da providência adotada:			
A PUMG nos informou que tramita o processo judicial nº 51749-88.2010.01.3800 em que o servidor SIAPE nº 0006972 é réu conjuntamente com o Município de Teófilo Otoni. O mesmo já apresentou contestação, e o processo atualmente se encontra na fase de especificação de provas. O Advogado da União informou que, neste caso: <i>ó(...) há, portanto, a possibilidade dele ser condenado a devolver à União os valores recebidos indevidamente</i> O acompanhamento deste processo está sendo feito pela Procuradoria da União em Minas Gerais, uma vez que este órgão não possui corpo jurídico próprio.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação Atendida			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O controle é feito pela AGU.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	224903	29	Of. 0077/2012/CGU-MG/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

SFA-MG	
Descrição da Recomendação:	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Providenciar o ressarcimento dos valores recebidos indevidamente pelos servidores matrícula SIAPE nº 0006612, 0005974 e 0006302, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa e as condições estabelecidas no artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.	
Síntese da providência adotada:	
Providências a serem Implementadas: O servidor matrícula SIAPE 5974 já quitou totalmente seu débito com a União, o servidor matrícula SIAPE 6612 teve decisão proferida determinando o retorno do pagamento da vantagem e suspendendo a reposição ao erário e o servidor matrícula SIAPE 6302 possui processo na justiça e este processo está sendo acompanhado pela Procuradoria da União, uma vez que este órgão não possui corpo jurídico próprio.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendida	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O acompanhamento dos processos é feito pela AGU.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	224903	29/02	Of. 0077/2012/CGU-MG/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA-MG			
Descrição da Recomendação:			
Acompanhar o processo judicial impetrado pelo servidor matrícula SIAPE nº 0005489. Caso o servidor não logre êxito, tomar as providências cabíveis quanto ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa e as condições estabelecidas no artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Desenvolvimento de Pessoas			
Síntese da providência adotada:			
O processo judicial está sendo acompanhado pela Procuradoria da União, uma vez que este órgão não possui corpo jurídico próprio.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendido			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O acompanhamento dos processos é feito pela AGU.			

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	224903	023/01	Of. 0077/2012/CGU-MG/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA-MG			
Descrição da Recomendação:			
Pagamentos indevidos de benefícios a aposentados e pensionistas falecidos			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Desenvolvimento de Pessoas			
Síntese da providência adotada:			
Solicitamos maior prazo para o atendimento desta recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O Serviço de Gestão de Pessoas não recebeu os atestados de óbito, documento exigido pelo Banco do Brasil para efetuar as reversões. A unidade já está solicitando ao Banco do Brasil as reversões apresentando o Sistema de Controle de Óbitos ã SCO - SIAPE			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	224903	23/02	Of. 0077/2012/CGU-MG/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA-MG			
Descrição da Recomendação:			
Instaurar processos administrativos específicos para os casos em que não foi possível ao Banco do Brasil efetuar o estorno dos pagamentos indevidos, com vistas à identificação de responsáveis e obtenção de ressarcimento			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Desenvolvimento de Pessoas			
Síntese da providência adotada:			
Solicitamos um prazo maior para o atendimento desta recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Aguardando retorno do Banco do Brasil.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	224903	23/03	Of. 0077/2012/CGU-MG/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA-MG			
Descrição da Recomendação:			
Remeter os processos administrativos ao Ministério Público da União, no prazo de 30 dias contados da notificação à família dos beneficiários falecidos, para adoção das medidas judiciais cabíveis, em cumprimento ao disposto no item 9.2.1 do Acórdão nº 2.978/2005 - 1ª Câmara			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Desenvolvimento de Pessoas			
Síntese da providência adotada:			
Solicitamos um prazo maior para o atendimento desta recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Aguardando as informações do Banco do Brasil para notificar a família dos beneficiários falecidos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	224903	028/01	Of. 0077/2012/CGU-MG/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA-MG			
Descrição da Recomendação:			
Remeter o Processo nº 21028.001674/2009-30 ao Ministério Público da União, no prazo de 30 dias contados da notificação à família da pensionista falecida de matrícula SIAPE nº 3914470, para adoção das medidas judiciais cabíveis, objetivando dar cumprimento ao disposto no item 1.5.8 do Acórdão TCU nº 3.834/2008 - 1ª Câmara			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Desenvolvimento de Pessoas			
Síntese da providência adotada:			
Solicitamos um prazo maior para o atendimento desta recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

A família da pensionista foi notificada, mas não localizada, documentação será encaminhada ao MP.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	224903	030	Of. 0077/2012/CGU-MG/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA-MG			
Descrição da Recomendação:			
Atraso na efetivação de providências visando ressarcimento pela acumulação de cargos com incompatibilidade de horários.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Serviço de Desenvolvimento de Pessoas			
Síntese da providência adotada:			
Solicitamos prorrogação do prazo para concluir os cálculos de reposição ao erário e enviar a planilha ao servidor, uma vez que estes cálculos demoraram mais tempo que o previsto.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A demora na elaboração dos cálculos advém de diversos fatores, como a falta de servidores para elaboração dos cálculos (só possuímos um servidor apto a elaborá-los), a grande quantidade de solicitação de cálculos advindas de decisões judiciais e a unidade não possuir a informação do período de acumulação de cargo do servidor Matrícula SIAPE 5535.			

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

QUADRO A.16.1 ñ INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	

Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

NOTA: NÃO SE APLICA. Não existe unidade de auditoria interna na Superintendência, somente na Sede em Brasília.
--

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

QUADRO A.16.2 ã INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

NOTA: NÃO SE APLICA , não há unidade de auditoria interna na Superintendência. Somente na sede em Brasília.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, ao longo dos seus 151 anos de existência, tem sido um componente de significativa importância para a agricultura brasileira. Embora não tenha sido o ator principal, entre aqueles que sempre atuaram ao longo da história econômica brasileira ã os produtores rurais sempre foram os expoentes ã sua participação foi decisiva em diversos e cruciais momentos da economia brasileira.

Nos anos 1950, no auge de industrialização da nossa economia, a agricultura foi o agente financiador desse processo, cabendo ao MAPA a garantia de organização do desempenho produtivo do setor rural.

Nos períodos de superinflação, compensou o imposto inflacionário com oferta abundante de crédito destinado à produção agropecuária.

Com a expansão do setor urbano-industrial, que promoveu uma maior demanda por alimentos, a agricultura desempenhou de forma efetiva o seu papel, para logo depois atender a demanda por álcool combustível em função da crise do petróleo.

Com a abertura comercial nos anos 1990 e, posteriormente, com estabilização da economia graças ao sucesso do Plano Real, as novas tecnologias de produção agrícola proporcionavam ganhos de produtividade, e o setor rural, saiu de um processo de produção extensiva para um padrão de crescimento intensivo.

Nos últimos anos surgiram novos desafios para a agropecuária: a expansão da demanda doméstica capitaneada por um maior crescimento e descontração da renda, que promoveu um maior

nível de consumo, mas também por um renascimento do consumo de energia limpa. Acrescente-se ainda, um significativo aumento da demanda externa por proteínas vegetais e animais, configurando-se que nossa agricultura depende do setor externo, uma que dependemos dele para dar sustentabilidade nos preços dos produtos aqui produzidos, bem como para atendimento de nossa demanda de fertilizantes, agroquímicos e de produtos veterinários.

No âmbito do crescimento econômico em 2011, representado pelo desempenho do PIB à taxa de 2,70% - o setor agrícola e o consumo das famílias contribuíram, respectivamente, com 3,90 e 4,10%, sendo que os preços em alta do primeiro semestre e demanda de emergentes, com destaque para a China, estimularam a produção agropecuária.

O estado de Minas Gerais, historicamente, sempre se destacou pela importância de suas atividades primárias, principalmente no âmbito das explorações agropecuária e extrativa mineral. Já há algum tempo, o estado exerce a liderança, em relação ao total da produção nacional, na produção de leite, café, batata-inglesa, alho, bem como nas explorações de avicultura de postura, suínos, equinos, cana-de-açúcar, tomate, abacaxi, milho, feijão, laranja e outras, algumas com expressão econômica no contexto da balança comercial do estado e do país.

Em 2011, o PIB do agronegócio mineiro atingiu a cifra de R\$ 118 bilhões conforme dados divulgados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Universidade de São Paulo. Este valor é o maior já registrado durante um ano e representa a soma das riquezas do setor relativas a quatro grupos: produção básica (dentro da porteira), insumos, agroindústria e distribuição. Em termos do PIB do agronegócio da agricultura, ocorreu um crescimento de 8% em relação a 2010.

A atuação da SFA/MG, conforme descrito no item 2.1 - Responsabilidades Institucionais da Unidade, é estatuída pela Portaria 428 de 09/06/2010, que descreve, a estrutura organizacional da Unidade, suas competências, e formas de atuação.

Deve-se ressaltar que uma atuação efetiva desta Unidade é de extrema importância como instrumento de suporte para o sucesso do agronegócio mineiro, seja no âmbito da Defesa, Inspeção ou Fomento ao Desenvolvimento Rural.

Assim, no âmbito de suas competências, bem como das competências das unidades de apoio e de execução finalísticas, a SFA procurou atender as metas e objetivos previstos nos planos operacionais, entretanto, devido à restrição orçamentária, bem como à carência de Fiscais Federais em algumas áreas, o nível de efetividade não foi totalmente satisfatório.

Algumas restrições, sejam de caráter técnico, administrativo, pessoal ou material para alcance dos objetivos estratégicos, que impactam também o aspecto operacional, podem ser verificadas nos Planos de Ação que cada Unidade Finalística ou de apoio elaborou.

Esses Planos de Ação podem ser acessados nos Anexos deste relatório.

No contexto de suporte administrativo foi evidenciada a carência de pessoal de apoio, haja vista o grande número de servidores que se aposentam, e o baixo número de vagas (15) disponibilizadas no concurso de 2009.

As perspectivas de atuação da SFA para o ano de 2012 estão vinculadas aos objetivos traçados no seu Plano Estratégico e ao Plano Plurianual previsto para o período 2012-2015.

ANEXOS

1- PROGRAMAS E AÇÕES

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0357	Denominação: Segurança da Sanidade Agropecuária
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.	
Objetivos Específicos: 1- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais. 2- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual e Internacional de Vegetais, seus produtos e insumos.	

Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim		Responsável: Francisco Roberto de Pinho			
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					
AÇÃO 2134-2201-MG ã VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS ã VIGIFITO1					Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Ação Orçamentária					
Finalidade: Garantir a Sanidade Vegetal pela ação de prevenção, controle e erradicação de pragas que afetam a agricultura brasileira, evitando a disseminação destas pragas, visando contribuir com o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio do Brasil.					
Descrição: Ação executada pela Organização Estadual de Defesa Agropecuária, por agentes privados credenciados e diretamente pelo Serviço de Sanidade Vegetal (SSV), da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Sanidade Vegetal ã DSV/SDA.					
Coordenador nacional da ação: Carlos Artur Franz					
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura ã SFA/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária ã IMA					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
307.816,09	307.816,09	304.164,72	304.164,72	0,00	304.164,72
R\$ 254.000,00 FORAM UTILIZADOS NOS ELEMENTOS DE DESPESA 443042 E 3330.41 REFERENTES A REPASSE ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM O ÓRGÃO EXECUTOR DO ESTADO.					
INFORMAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS ALCANÇADOS					
Análise do Resultado Alcançado					
<i>Análise Crítica</i> A ação tem como objetivo a Vigilância e Prevenção a Pragas Regulamentadas no Trânsito Interestadual e Internacional de Materiais de Origem Vegetal. Principais Problemas • Necessidade de revisão e atualização do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal- Decreto 24114 de 12/04/1934 e Normativas complementares. • Necessidade de melhoria da estrutura da Organização Estadual de Defesa Sanitária Vegetal- IMA para a fiscalização e controle do trânsito interestadual de vegetais. • Necessidade de melhoria da estrutura de laboratórios de diagnóstico fitossanitário visando atender toda demanda de análise de pragas quarentenárias ausentes (A1). • Falta de definição e harmonização de procedimentos para realização das ações de supervisão e auditoria dos processos de certificação fitossanitária de origem, fiscalização do trânsito de vegetais, fiscalização de materiais em depósito e quarentena. • Necessidade de harmonização e manualização das atividades de fiscalização, supervisão e auditoria atribuídas aos SSVs. Providências Encaminhamento de solicitações ao Departamento de Sanidade Vegetal ã DSV/SDA para atendimento das seguintes demandas: revisão e atualização do Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal; definição e harmonização de procedimentos para realização de supervisões, auditorias e fiscalização na importação de material de propagação; harmonização de procedimentos para os Laboratórios de Diagnóstico Fitossanitário; desenvolvimento e implementação de um manual de procedimentos, contendo a descrição de todas as atividades pertinentes à área de Sanidade Vegetal, sejam elas na forma de fiscalização, supervisão ou auditoria, bem como os respectivos instrumentos aplicáveis (termos e relatórios). Essas demandas foram discutidas no Encontro Nacional de Fitossanitárias ã ENFIT realizado em Salvador ãBA, no período de 17 a 21/10/2011, tendo sido definida nova agenda de trabalho visando ao atendimento. Através do Convênio MAPA/SFA/IMA/MG, registro no SINCOV 755856/2011, foi repassado ao Instituto Mineiro de Agropecuária o valor de R\$254.000,00 (Duzentos e cinquenta e quatro mil reais) no projeto Atividade 2060303572134 ã Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Insumos ã objetivando a estruturação e manutenção de Postos Fixos e Barreiras Móveis e fiscalização da certificação fitossanitária de origem e do trânsito interestadual de vegetais.					

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						Em R\$ 1,00
AÇÃO 8572 ã PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS ã PCEVEGETAL						
Tipo da ação: Atividade						
Finalidade: Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais.						
Descrição: 1- Manutenção do Sistema Nacional de Alertas Fitossanitários; 2- Prevenção e Controle de Pragas da Bananeira ã Sigatoka Negra; 3- Prevenção e Controle de Pragas das Cucurbitáceas. Sistema de Mitigação de Risco de Anastrepha grandis; 4- Prevenção e Controle de Pragas dos Citros; 4.1. Erradicação do Cancro Cítrico; 4.2. HUANGLONGBING (óGREENINGô); 4.3. Mancha Negra dos Citros; 4.4. Morte Súbita dos Citros; 5- Prevenção e Controle de Pragas da Videira; 6- Prevenção e Controle de Pragas da Soja - Ferrugem Asiática da Soja; 7- Prevenção e Controle de Pragas do Algodoeiro ã Bicudo do Algodoeiro; 8- Outras Ações de prevenção e controle de Pragas Regulamentadas.						
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Sanidade Vegetal /DSV						
Coordenador nacional da ação: Carlos Artur Franz						
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.809.601,62	1.809.601,62	1.793.996,60	1.793.996,60	8.826,00	1.793.996,60	
R\$ 1.723.860,00 foram utilizados nos elementos de despesa 443042 e 3330.41 referentes a repasse através de convênio com o órgão executor do Estado.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Análise do Resultado Alcançado						
Análise Crítica						
A Análise Crítica da Ação 8572 ã Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais ã PCEVEGETAL está detalhada nas subações relacionadas em Anexos.						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0356		Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.						
Objetivos Específicos: Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.						
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim			Responsável: Francisco Roberto de Pinho			
Público Alvo: Agricultores e estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários.						
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						Em R\$ 1,00
AÇÃO 4738 ã ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA						
Tipo da ação: Ação Orçamentária						
Finalidade: Prevenção à mosca da carambola no Programa Nacional de Erradicação da Praga.						
Descrição: Realização de monitoramento da praga no Estado, com a utilização de armadilhas instaladas em locais de maior risco de detecção e trabalho de fiscalização e controle de trânsito de material potencialmente veiculador da praga oriundo da região de ocorrência.						
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Sanidade Vegetal - DSV						
Coordenador nacional da ação: Carlos Artur Franz						
Unidades executoras: SSV/DDA/SFA-MG e VIGIAGRO/DDA/SFA-MG						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
---	---	---	---	---	---	
Informações sobre os resultados alcançados						
Análise do Resultado Alcançado						
Análise Crítica						
A mosca da carambola é uma das principais pragas de importância quarentenária para o país. Destaca-se pelos danos diretos causados nos frutos das diversas espécies e indiretamente pelas exigências quarentenárias dos principais mercados consumidores mundiais de frutas.						
As previsões de prejuízo na América do Sul são de 30,7 milhões de dólares durante o primeiro ano de estabelecimento da praga, podendo chegar a 92,4 milhões de dólares a partir do terceiro ano se não forem tomadas medidas efetivas de controle.						
No Brasil a praga está caracterizada na condição de praga quarentenária presente sob controle, sendo desenvolvido o programa de erradicação da mesma no Estado do Amapá. Nos demais estados são realizadas ações de prevenção sendo o monitoramento da praga a principal medida para garantir a condição em Minas Gerais de Unidade da Federação sem ocorrência.						

O Estado de Minas Gerais está classificado na condição de baixo risco de ocorrência da praga e nesta situação foi necessário a manutenção de 10 (dez) armadilhas para monitoramento em locais de maior risco de introdução da praga. Programação Orçamentária: Não houve necessidade de programação orçamentária para o período. Os materiais utilizados no monitoramento da praga são adquiridos pela coordenação central e enviado ao Serviço. Execução Orçamentária: A programação orçamentária é feita pela Coordenação Nacional da ação. Os custos são centralizados e o atendimento é por demanda de recursos financeiros e materiais necessários a execução das ações nos locais de maior risco de introdução da praga.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					
AÇÃO 4745 ã FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS ã FISCORGEN					Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Ação Orçamentária					
Finalidade: Fiscalização de atividades com Organismos Geneticamente Modificados para averiguação do cumprimento das normas aprovadas pela CTNBio, em relação aos aspectos de biossegurança.					
Descrição: Conforme Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, em seu Artigo 1º §1º temos: Para os fins desta Lei, considera-se atividade de pesquisa a realizada em laboratório, regime de contenção ou campo, como parte do processo de obtenção de OGM e seus derivados ou de avaliação da biossegurança de OGM e seus derivados, o que engloba, no âmbito experimental, a construção, o cultivo, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a liberação no meio ambiente e o descarte de OGM e seus derivados. Organismo geneticamente modificado ã OGM, é o organismo cujo material genético ã ADN/ARN tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CBIO/SDA					
Coordenador nacional da ação: Marcos Vinicius Segurado Coelho					
Unidades executoras: SFA-MG					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
41.229,62	41.229,62	34.701,83	34.701,83	0,00	34.701,83
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
Como ocorreu no ano anterior, a adequação nos procedimentos de fiscalização, conforme determinações para harmonização de procedimentos, discutidas em reuniões técnicas, resultou em maior agilidade nas ações, possibilitando um aumento do número de fiscalizações.					
No entanto, não foi possível atingir a meta estipulada no POA 2011, em virtude da não emissão de Ordens de Serviços durante o mês de março e parte do mês de abril, em face das Portarias MAPA Nº 251/11 e Secretaria Executiva MAPA Nº 31/11. Com isso, parte das atividades programadas para esse período não foi realizada.					

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0375		Denominação: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.					
Objetivos Específicos: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.					
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim - Secretário de Defesa Agropecuária			Responsável: Antônio do Valle Ramos ã Superintendente Federal		
Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$ 1,00
AÇÃO 2019 ã FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL ã FISCGENE					
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.					
Descrição: Registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal; verificação de conformidade do material genético animal, conforme requisitos sanitários, zoogenéticos e reprodutivos; elaboração de normas e atualização de manual de serviços, capacitação de técnicos; e realização ou participação em eventos técnicos.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SDA e DFIP					
Coordenador nacional da ação: Beronete Barros de Freitas Araújo - Chefe Divisão de Material Genético ã DMG					
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em MG através do SEFIP/DDA-MG					
Dotação		Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	não processados	
21.619,33	21.619,33	13.383,91	13.383,91	0,00	13.383,91
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica O setor de Material Genético e de Multiplicação Animal é responsável pela fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciantes e prestadores de serviços de materiais de multiplicação animal. Para tanto, exerce as atividades de controle e registro dos animais doadores de embriões e de sêmen em centrais de inseminação artificial; da realização de provas zootécnicas. Contribui para a qualidade genética do material de multiplicação animal comercializado no Brasil (rastreadabilidade) fiscalizando e controlando a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e produtividade da pecuária nacional. Ao controlar o registro dos animais doadores de material genético, contribui para melhorar o desempenho da pecuária, da avicultura e da suinocultura. A atividade consiste, basicamente, no registro e na fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciantes e prestadores de serviços de material genético de multiplicação animal, Centrais de Sêmen e Embriões, Fertilização In Vitro de Embriões, FIV, Transferência de Embriões In Vivo, Clonagens e incluindo as granjas avícolas Bisavoseiras, Avoseiras, Matriseiras e SPF (granjas livres de patógenos específicos) em todo estado de Minas Gerais. Estabelecimentos Registrados em Minas Gerais no FISCGEN são: 03 (três) Centrais de coleta e processamento de sêmen Bovino, 01 (uma) de sêmen Ovino e Caprino, 03 (três) de sêmen Suíno, 09 (nove) Centros de Produção In Vitro de Embriões Bovinos (FIV), 03 (três) Centro de Transferência de Embriões Bovino In Vivo, (TE), 01 (um) CCPS e TE de equinos, 01 (um) Prestador de Serviço (Sexagem de sêmen) e 24 (vinte e quatro) comerciantes de sêmen. Com relação à Avicultura: 01 (uma) bisavoseira, 07 (sete) avoseiras, 41 (quarenta e uma) matrizeiras, 03 granjas de recria de postura, 01 (uma) granja SPF e 12 (doze) criatórios de avestruzes. Todos estabelecimentos registrados, produtores de sêmen e embriões foram fiscalizados em 2011, porém as granjas avícolas devido a biossegurança rígida, as fiscalizações in loco são feitas em conjunto com os FFAs da Sanidade. Em 2011 foram feitas 22 (vinte e duas) fiscalizações em estabelecimentos produtores de sêmen, 15 (quinze) fiscalizações em produtores de embrião, 18 (dezoito) fiscalizações em estabelecimentos comerciantes de sêmen, que com as 12 (doze) fiscalizações da avicultura, totalizaram 67 (sessenta e sete), com o custo unitário de R\$ 322,67 (trezentos e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos).					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$
Ação 2124 ã Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal ã FISCINAN					1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Assegurar a qualidade e a conformidade dos produtos destinados a alimentação animal.					
Descrição: Registro e fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos produtores, fabricantes, importadores, fracionadores com a verificação e acompanhamento da tecnologia de fabricação e condições higiênico sanitárias de produção; Registro e fiscalização da conformidade e inocuidade de produtos destinados à alimentação animal; Capacitação de Fiscais Federais Agropecuários; Auditoria das óBoas Práticas de Fabricação; animal; Pareceres, informações e relatoria de processos administrativos; e Participação em reuniões, simpósios e congressos.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIP/SDA					
Coordenador nacional da ação: Fernanda Marcussi Tucci ã Coordenadora da Coordenação de Produtos para Alimentação Animal ã CPAA/DFIP					
Unidades executoras: SFA/MG através do SEFIP/DDA/SFA-MG					
Dotação		Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	não processados	
118.598,26	118.598,26	114.207,84	114.207,84	1.020,00	113.187,84
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica No Estado de Minas Gerais existem 315 estabelecimentos registrados, com perto de 7.000 produtos fabricados, registrados ou isentos de registro com Relatório Técnico de Produto Isento (RTPI), constituindo-se desta forma, em um dos maiores parques industriais do país relativos a este segmento da economia, sendo a sua fiscalização responsabilidade do Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários, SEFIP/DDA/SFA-MG. A fiscalização e auditorias dos estabelecimentos fabricantes de alimentos para animais possibilita a verificação das condições de produção, da conformidade e da qualidade e inocuidade dos produtos destinados a alimentação animal, contribuindo para a segurança alimentar dos consumidores de produtos de origem animal e para a competitividade do agronegócio brasileiro, visto que os insumos em questão, representam um elo relevante na cadeia produtiva. A colheita de amostras possibilita verificação da conformidade, da presença de ingredientes, substâncias ou contaminantes proibidos ou microrganismos patogênicos em produtos destinados à alimentação animal. Esta ação contribui para a melhoria da qualidade e da inocuidade de insumos destinados à alimentação animal, possibilitando					

melhores índices zootécnicos e saúde dos animais de produção, o que é de grande valor para a produtividade pecuária, para a segurança alimentar dos animais e dos consumidores de produtos de origem animal. A verificação da conformidade de alimentos para animais de companhia é também realizada por esta atividade, com o foco na saúde e bem estar animal, bem como na satisfação dos proprietários destes animais. Também deve-se considerar a preocupação com a segurança deste tipo de produto, visto que o mesmo é normalmente utilizado dentro de residências e manipulados por adultos e crianças.

O programa de pesquisa de subprodutos de origem animal (PSOA) em alimentos para ruminantes é uma ferramenta essencial no programa para a redução dos riscos de ocorrência da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca), no país, mantendo-o com status de ólive da doença, contribuindo para a manutenção e o crescimento das exportações de carne bovina brasileira.

Fatores que limitaram a execução das atividades do PI FISCINAN:

- quadro reduzido de FFA atuando na atividade, alguns sem a qualificação necessária e alguns, principalmente os médicos veterinários lotados nas UTRA/UTLA/SFA-MG, atuando no atendimento a diversos PI's, comprometendo assim a disponibilidade de tempo dedicado a fiscalização do PI FISCINAN.
- a publicação de novas legislações tem exigido uma crescente necessidade de fiscalização, sem o correspondente aumento do número de FFA.
- o contingenciamento determinado pelo Governo Federal, dos recursos financeiros para área fiscalização de insumos para a alimentação animal.

Limitação de 40 diárias por servidor durante o ano de 2011.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$
Ação 2140 ñ Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário ñ FISPROVET					1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.					
Descrição: Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Fiscalização de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário. Relatorias de processos de infração de fabricantes e comerciantes. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIP/SDA					
Coordenador nacional da ação: Cléber Taylor Melo Carneiro - Coordenador da Coordenação de Produtos Veterinários ñ CPV					
Unidades executoras: SFA/MG através do SEFIP/DDA/SFA-MG					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
48.122,05	48.122,05	45.918,42	45.918,42	0,00	45.918,42
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica A atividade consiste, basicamente, no licenciamento e na fiscalização de estabelecimentos e produtos de uso veterinário, no âmbito do Estado de Minas Gerais. A fiscalização dos estabelecimentos comerciais e da comercialização dos produtos é efetuada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária ñ IMA, através de delegação de competência, e supervisionada pelos técnicos do MAPA. Minas Gerais conta com 4.470 estabelecimentos licenciados, dos quais 25 são fabricantes, 04 importadores, 06 farmácias de manipulação veterinárias, 05 prestadores de serviço (controladores de qualidade de produtos veterinários), 01 armazenador e 4.429 estabelecimentos comerciais. Em 2011 foram realizadas pelo IMA 42.806 fiscalizações nos estabelecimentos comerciais. Destaca-se que cada fiscalização do IMA, se geradora de Auto de Infração, dispara uma série de ações do MAPA com vistas a realizar os julgamentos dos mesmos. O MAPA, incumbido da fiscalização das indústrias, importadores, farmácias de manipulação, e prestadores de serviços, realizou em 2011, 123 fiscalizações alcançando 3 fiscalizações por estabelecimento, em média. A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário contribui para melhoria da qualidade dos medicamentos, vacinas e soros destinados aos animais, o que é de grande importância para a saúde animal, e contribui ainda com a melhoria da saúde da população que convive com animais domésticos e que consome produtos de origem animal, visto que os insumos em questão representam um elo relevante entre a saúde humana e animal. É importante mencionar o principal fator que limitou a execução das atividades do PI FISPROVET, que é a crônica deficiência de pessoal, já configurada em outros relatórios, como no de 2010 e agravada ainda mais em 2011, devido à enorme demanda de atividades complexas, entregues a uma equipe pequena, principalmente considerando a					

extensão territorial do Estado de Minas Gerais, e o grande número de deslocamentos até as indústrias. O PI FISPROVET conta com poucos fiscais atuantes localizados fora da sede, todos estes também com outras demandas de maior vulto. Manteve-se ainda, uma vez mais durante todo o exercício de 2011, a lacuna deixada desde 2009 pela transferência do único Fiscal Federal Agropecuário médico veterinário do município de Montes Claros, tornando mais onerosas e trabalhosas as ações fiscais naquela cidade, cuja demanda é contínua.

Destacamos a colheita de amostras de vacinas para testes de qualidade oficiais, que objetivam a verificação da eficiência, esterilidade e inocuidade dos produtos, ou seja, se estão dentro dos padrões pré-estabelecidos. Das vacinas incluídas em programas de sanidade oficiais, são colhidas 100% das partidas, para a realização de testes de controle de qualidade antes que estes produtos atinjam o mercado consumidor, o que confere mais segurança em relação à garantia da qualidade das vacinas expostas à venda no mercado brasileiro. Durante o ano de 2011, foram colhidas amostras de 126 partidas de vacinas, bem como 104 outras partidas tiveram seu transporte autorizado pela equipe MAPA para realização da colheita oficial na cidade de Vinhedo/São Paulo, onde se localiza a Central de Selagem e Armazéns Gerais Vinhedo.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$ 1,00
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.					
Gerente: José Rogerio Lara					
Público Alvo: Governo					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$ 1,00
Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas					
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das Superintendência Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.					
Descrição: Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.					
Responsável/Coordenador: Antônio do Valle Ramos					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
2.560.704,48	2.560.704,48	2.436.167,43	2.436.167,43	88.481,19	2.463.795,16
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
Observação: Despesas executadas no PI Manut SFA, para atendimento das manutenções dos bens móveis e imóveis, considerando o limite estabelecido pelo órgão central, na ordem de 71% da proposta orçamentária do exercício, em razão dos cortes orçamentários sofridos no orçamento do MAPA, no PI Manut SFA, dificultando o cumprimento da reestruturação das UTRAs/UVAGROS, conforme Regimento Interno da SFA/MG.					

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0356	Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.	
Objetivos Específicos: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.	
Gerente: Francisco Jardim ã SDA/MAPA	Responsável: Dermeval Silva Neto
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.	
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA	
AÇÃO 8938 - INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS PRODUTOS, SUBPRODUTOS E DERIVADOS DE ORIGEM ANIMAL ã INSPANIMAL	Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Finalístico	
Finalidade: Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.	

Descrição: Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, sub-produtos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescados, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DIPOA/Secretaria de Defesa Agropecuária

Coordenador nacional da ação: Marcius Ribeiro de Freitas CGI/DIPOA

Unidades executoras: SIPOA/DDA/SFA-MG

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
527.640,27	527.640,27	517.634,54	517.634,54	21.199,28	495.815,26

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

As metas físicas para 2011 foram previstas tendo como base o que foi realizado no ano de 2010 somados às projeções de novas demandas, no entanto, com o Decreto 7.446 de 1º de março de 2011, que estabeleceu no âmbito do poder executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção, houve prejuízo nas ações de fiscalização, treinamento de pessoal e atendimento de demandas. As diversas ações no combate à fraude de soro no leite, água em carcaças de frango, fraude do óglazeô (capa de gelo) no pescado e combate a fraude em produtos cárneos foram priorizados. Nestas ações, alguns estabelecimentos foram interditados e seus produtos apreendidos, uma vez que, não estavam atendendo aos requisitos técnicos fixados pelo MAPA. Além destas ações próprias do Serviço, nossos técnicos subsidiaram ações de outros órgãos: Polícia Federal e Ministério Público. Com os recursos limitados pelo Decreto, o SIPOA/DDA/SFA-MG focou suas ações em estabelecimentos e produtos que pudessem oferecer maior risco ao consumidor. Ressalte-se que mesmo com a publicação do Decreto 7.446 limitando os recursos, nº de fiscais, agentes e pessoal administrativo além do necessário, consideramos que o SIPOA/DDA/SFA-MG obteve sucesso no ano de 2011.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA

AÇÃO 4723 - CONTROLE DE RESÍDUOS E CONTAMINANTES EM PRODUTOS E ORIGEM VEGETAL E ANIMAL ã RESIDUO

**Em R\$
1,00**

Tipo da ação: Finalístico

Finalidade: Monitorar, dentro do limite máximo permitido, a presença de resíduos de drogas veterinárias, agrotóxicos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal.

Descrição: Elaboração de normas, verificação do nível de resíduos e contaminantes e coordenação para a tomada de ações regulatórias, de apoio a Departamentos e Coordenações da SDA e de educação sanitária.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes ã CCRC/SDA

Coordenador nacional da ação: Leandro Diamantino Feijó

Unidades executoras:

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
3.127,24	3.127,24	3.032,24	3.032,24	0,00	3.032,24

R\$ 100.000,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

No ano de 2010, esta ação foi definitivamente inserida no contexto do SIPOA/MG, sendo que nos anos anteriores, as coletas para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes eram custeadas exclusivamente pela ação INSPANIMAL3. Com a nova inserção, foi possível atender em grande parte as coletas programadas pelo PNCRC/DIPOA, além de atender a demandas da CCRC/SDA/MAPA em palestras, treinamentos e auditorias de controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal. No entanto, algumas amostras coletadas foram ainda custeadas pelo PI INSPANIMAL3.

Identificação do Programa de Governo

Código no PPA: 0357 **Denominação:** Segurança da Sanidade na Agropecuária

Tipo do Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitoossanitários dos mercados internos e externos.

Objetivos Específicos: Defesa Agropecuária Nacional					
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim			Responsável: Paulo Marcos de Paula Lima		
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					
AÇÃO 2181.0001 - MG ã VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS ã FISCANIMAL					Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários, no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.					
Descrição: Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: 3635 ã Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária 0001 - Nacional					
Coordenador nacional da ação: Marcos de Barros Valadão					
Unidades executoras: Unidades de Vigilância Agropecuária/VIGIAGRO/DDA-MG					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
12.279,28	12.279,28	12.279,28	12.279,28	0,00	12.279,28
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
Nas ações de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos PI ã FISCANIMAL ocorreu uma pequena diminuição na execução das metas físicas no ultimo semestre do ano. Considerando que esta execução é fruto das demandas dos importadores, exportadores e passageiros em trânsito internacional, e sua intensidade é em função do maior ou menor volume desses produtos comercializados, bem como do trânsito de pessoas, pode-se concluir que a diminuição na execução das metas físicas é consequência da diminuição desta demanda.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					
AÇÃO 2180.0001 - MG ã VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS ã FISCPLANTA					Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.					
Descrição: Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: 3635 ã Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária 0001 - Nacional					
Coordenador nacional da ação: Marcos de Barros Valadão					
Unidades executoras: Unidades de Vigilância Agropecuária/VIGIAGRO/DDA-MG					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
41.300,00	41.300,00	37.448,64	37.448,64	0,00	37.448,64
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
Considerando os índices de execução de metas físicas avaliamos que os resultados foram alcançados na Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos PI ã FISCPLANTA, demonstrando que a demanda dos importadores e exportadores pelos serviços das Unidades de Vigilância Agropecuária do Estado de Minas Gerais vem aumentando significativamente a cada ano, consolidando o desembaraço aduaneiro através dos portos secos localizados nas zonas secundárias, e contribuindo na agilização e desoneração dos processos de entrada e saída de produtos agropecuários importados ou exportados pelo Estado de Minas Gerais.					
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0393		Denominação: Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual			

Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.					
Objetivos Específicos: Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual.					
Gerente: Jorge de Paula Costa Ávila			Responsável: Carlos Roberto de Castro		
Público Alvo: Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					
AÇÃO 2B47 - FOMENTO À INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS					Em R\$
ñINDGRAF					1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de Indicações Geográficas ñ IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.					
Descrição:					
• Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); • Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; • Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; • Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; • Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; • Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; • Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SDC					
Coordenador nacional da ação: Beatriz de Assis Junqueira					
Unidades executoras: CIG; SESAG					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.643,68	1.643,68	1.643,68	1.643,68	0,00	1.643,68
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
O planejamento de ações apresentado à Coordenação não foi executado no todo porque nem sempre houve disponibilidade financeira para tal. Faltaram recursos financeiros principalmente para a realização de reuniões.					
Metas da Ação:					
• Continuar os diagnósticos de Potenciais Indicações Geográficas ñ IG em Minas Gerais, mapeando os produtos e planejando atividades relacionadas à proteção e ao reconhecimento da IG para produtos agropecuários; • Apoiar projetos visando ao encaminhamento de solicitações de obtenção de IG junto ao INPI.					

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0350	Denominação: Desenvolvimento da Economia Cafeeira
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.	
Objetivos Específicos: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.	
Gerente: Manoel Vicente Fernandes Bertone	Responsável: Humberto Ferreira de Carvalho Neto
Público Alvo: Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação.	

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA						Em R\$ 1,00
AÇÃO 2277 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA ñ GAPCAFE						
Tipo da ação: Atividade						
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.						
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.						
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: FUNCAFÉ						
Coordenador nacional da ação: Cláudia Marinelli						
Unidades executoras: CGPE/DCAF						
DOTAÇÃO		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
---	---	---	---	---	---	
Informações sobre os resultados alcançados						
Análise do Resultado Alcançado						
Análise Crítica						
Tendo em vista que as despesas desta Ação não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, não é possível calcular matematicamente os indicadores de eficácia e eficiência.						
Programação Orçamentária e Execução Orçamentária: Não se aplica.						
Atividades realizadas:						
- Apoio da SFA-MG/MAPA à CONAB nos leilões eletrônicos de café através das bolsas de mercadorias brasileiras que culminou na venda de 400.000 sacas de café no ano 2011. - Apoio às Unidades Armazenadoras de Café de Manhumirim, Campos Altos, Varginha, Juiz de Fora, Teófilo Otoni e Perdões através da realização de vistorias e conferencias de estoque nestas unidades; - Acompanhamento da gerencia regional da CONAB/Brasília em visitas às unidades armazenadoras de café de Campos Altos, Perdões, Varginha, Juiz de Fora, Manhumirim e Teófilo Otoni pelo servidor Israel de Souza Costa; - Participação nas reuniões do Departamento de Café na Universidade Federal de Lavras (UFLA) visando ao aperfeiçoamento da classificação do café; - Realização de reuniões com a ONG ñ Força Café para discussão dos aspectos sociais da cultura cafeeira; - Envio de representantes à reunião para o rateio das despesas das unidades armazenadoras de café, conforme memorando Nº: 002 de 03/01/2011, do Secretário de Produção e Agroenergia; - Execução da vistoria in loco dos eventos: 11º Fórum sobre Mercado e Política do Café e 19º Seminário do Café da região do cerrado mineiro promovido pela ACARPA pelo servidor Nelson Guedes de Moura Filho. - Participação do técnico Israel de Souza Costa como instrutor no curso de qualificação (habilitação) de classificadores de café Grão Cru (1º turma).						

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO	
Código no PPA: 1442	Denominação: Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.	
Objetivos Específicos: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.	
Gerente: Erikson Camargo Chandoha	Responsável: Humberto Ferreira de Carvalho Neto
Público Alvo: Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.	
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA	
AÇÃO 8598 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS PECUÁRIAS ñ APOIOPEC	
Tipo da ação: Atividade	
Finalidade: Apoiar a organização da base produtiva das cadeias pecuárias, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Pecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte à Produção Integrada, com a seleção, multiplicação e preservação do material genético animal e a melhoria da eficiência da produção pecuária.	

Descrição: Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada ã SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação da Produção Integrada da Cadeia Pecuária ã CPIP/CGSPR/DEPROS/SDC					
Coordenador nacional da ação: Kleber Villela Araujo					
Unidades executoras: CPIP/CGSPR/DEPROS/SDC					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
2.489,20	2.489,20	2.415,64	2.415,64	0,00	2.415,64
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados para a SFA/MG para apoio da ação acima relacionada, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho. Atividade desenvolvida: Participação do treinamento de Bem Estar Animal dos pontos focais dos estados da federação, representantes da Comissão Técnica Permanente de Bem Estar Animal do MAPA ã CTBE, em Brasília.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					
AÇÃO 8622 - DESENVOLVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO RURAL E DO COOPERATIVISMO ã PROMOCOOP2					Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.					
Descrição: Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Contribuir para a diminuição da exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação política, econômica e social. Fomentar as estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem-estar socioeconômico da população. Apoiar a realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas. Contribuir para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação-Geral de Acompanhamento ã CGA/DENACOOP/SDC					
Coordenador nacional da ação: Daniel Angotti Moisés Marques					
Unidades executoras: CGA/DENACOOP					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
896,50	896,50	827,40	827,40	0,00	827,40
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica Refere-se a PI que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados para a SFA/MG para apoio das ações acima relacionadas, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho. Atividades desenvolvidas: • Vistoria in loco de convênio com a Fundação Dom Cabral-Vistoria final					

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$
AÇÃO 8560 - FOMENTO À INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO ã INOVAGRO					1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Estimular a ampliação do capital intelectual protegido no agronegócio, para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários às inovações tecnológicas, que contribuam para a melhoria da competitividade e a sustentabilidade do setor agrícola.					
Descrição: Promoção da cultura da propriedade intelectual com foco no agronegócio, enfatizando seu papel estratégico no estímulo à inovação, incentivando a ampliação do capital intelectual protegido, o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, a disponibilidade de recursos genéticos, visando o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação de Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária ã CAPTA/DEPTA/SDC					
Coordenador nacional da ação: Marilena de Assunção F.Holanda					
Unidades executoras: CAPTA/DEPTA					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$
AÇÃO 4720 - APLICAÇÃO DE MECANISMOS DE GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA ã CERTORGAN1					1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.					
Descrição: Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação de Agroecologia-COAGRE/CGDS/DEPROS/SDC					
Coordenador nacional da ação: Rogério Pereira Dias					
Unidades executoras: COAGRE / Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
6.330,66	6.330,66	5.829,86	5.829,86	0,00	5.829,86
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
Destaca-se que as ações só puderam ser viabilizadas com o apoio também de outros projetos correlatos e o esforço empreendido pelas instituições parceiras. Mantém-se, portanto, a necessidade de maior aporte de recursos para maximização das ações e atendimento às demandas relacionadas aos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica no estado. Cabe ressaltar a existência de outras solicitações de cadastro de outras organizações de controle social no estado que se faz necessária a orientação aos agricultores envolvidos, o que justifica o baixo número de unidades controladas cadastradas. Demandas para orientação relativa à constituição de Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica, à adequação aos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica e à apuração de denúncias são recorrentes.					
Atividades realizadas:					
. Encaminhamento à solicitação de complementação da documentação objetivando o credenciamento de Certificadora IMA sediada em Minas Gerais (Processo n.º 21028.009216/2010-82);					
. Integrando à equipe de auditores da COAGRE/SDC/MAPA, foram realizadas auditorias para o credenciamento de OPAC/ABD - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica e solicitação de solução das pendências verificadas na documentação da entidade. Destaca-se que este OPAC possui 3 núcleos/grupos no estado de Minas Gerais.					
. Palestra técnica relacionada à adequação aos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica foi ministrada por colaborador eventual, especialista em Agricultura Orgânica para técnicos, estudantes e produtores da região da serra da canastra, na região de Bambuí-MG.					
. Participação de dois servidores da SFA-MG na reunião técnica nacional coordenada pela COAGRE/SDC para capacitação relativa aos mecanismos de controle da garantia da qualidade orgânica, no período de 07 a 11/11/2011.					

. A DPDAg integrou-se aos responsáveis pela reunião técnica para construção da metodologia de 14 oficinas que serão realizadas nos estados brasileiros nos próximos 6 meses, relativas à regularização de grupos de agricultores via sistema participativo de garantia e de organização de controle social, além da participação em reunião da Comissão de Produção Orgânica no Estado de São Paulo que tratou, dentre outros assuntos relativos à produção orgânica, da aplicação dos mecanismos de garantia e informação da qualidade orgânica e harmonização das ações de fiscalização no âmbito regional. Em dezembro, houve a participação do estado, com a presença de um FFA da SFA-MG e quatro técnicos multiplicadores de Minas Gerais, na 1ª oficina sobre regularização de grupos de agricultores dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e sul de Minas Gerais, via sistema participativo de garantia e de organização de controle social.

. Como atividades sem gastos de recursos descentralizados à Divisão, foram protocolizadas na DPDAg nove processos referentes ao *Estabelecimento de Especificações de Referência de Produtos Fitossanitários com uso aprovado para a Agricultura Orgânica* para análise e conclusão pela Coordenação de Agroecologia - COAGRE/CGDS/DEPROS/SDC e do GT interministerial ñ FITORG constituído para este fim; contribuição da fiscal federal Lygia Bortolini na análise de eficiência agrônômica de produtos candidatos ao estabelecimento de especificação de referência de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica (Decreto 6.913/2009), atendimento contínuo ao público em geral (consumidores, produtores, entidades, imprensa) no que se refere à adequação à legislação da Agricultura Orgânica, especialmente aos Mecanismos de Controle da Qualidade Orgânica. Foram cadastradas na SFA-MG **dezenove propriedades** de agricultores familiares orgânicos para venda direta ao consumidor, ligadas às Organizações de Controle Social (OCS) - ASPROPHEN - Associação de Produtores de Hortigranjeiros da região do Pentaurea - Montes Claros-MG e ASPROCAM - Associação dos Produtores Orgânicos de Capim Branco e Matozinhos-MG. Ressalta-se que para esta atividade não houve descentralização de recursos para a sua execução que foi precedida de reuniões técnicas para orientação da referida organização. A ação foi, em parte, subsidiada por projetos correlatos e pelo esforço de demais parceiros envolvidos, como a EMATER-MG e o SEBRAE-MG. Outras demandas de cadastramento de OCS foram atendidas e aguardam o encaminhamento da documentação pelos solicitantes.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$
AÇÃO - 2272 GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA ñ GAPSDC					1,00

Tipo da ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação de Apoio Operacional ñ CAO / SDC

Coordenador nacional da ação: Leonardo Abreu de Oliveira

Unidades executoras: Coordenação de Apoio Operacional ñ CAO / SDC

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.421,04	1.421,04	1.304,40	1.304,40	0,00	1.304,40

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

Refere-se à PI - ação que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações abaixo relacionadas, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho.

Atividades realizadas:

Acompanhamento da gerência regional da CONAB/Brasília em visitas às unidades armazenadoras de café de Campos Altos, Perdões, Varginha, Juiz de Fora, Manhumirim e Téofilo Otoni.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$
AÇÃO - 8593 Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas ñ ORMANEJO 2					1,00
Tipo da ação: Atividade					

Finalidade: - Fomentar a utilização de práticas conservacionistas, de natureza preventiva e corretiva, como o sistema plantio direto na palha, integração lavoura-pecuária, para a otimização do uso da água, a valorização da biodiversidade, fundamentada na concepção e gestão da bacia hidrográfica (microbacia) como unidade territorial de planejamento. Capacitação, a realização de cursos, seminários, dias de campo, implantação de unidades demonstrativas e pilotos, produção e difusão de material técnico e instrucional.

- Identificar e estratificar os resíduos e dejetos oriundos do setor agropecuário com potencial econômico de aproveitamento;

- Identificar tecnologias disponíveis e linhas de financiamento que estimulem a utilização racional de resíduos e dejetos no setor agropecuário;

- Realizar ou apoiar campanhas, mostras, exposições, cursos e outros eventos que tratem sobre o manejo e uso racional de resíduos e dejetos do setor agropecuário;

- Articular com outras instituições do setor público e privado, em nível nacional, regional e local, para a promoção e desenvolvimento de tecnologia apropriada ao aproveitamento de resíduos e dejetos do setor

- Articulação para criação e implementação de instrumentos que viabilizem economicamente a adoção

dessas técnicas, no sentido de estimular o setor a participar do mercado de carbono no contexto

do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, constituindo-se em mais uma alternativa de renda ao produtor, além dos benefícios relativos ao meio ambiente.

- Estimulo ao setor produtivo agropecuário a adotar técnicas que permitam a agregação de valor aos atuais resíduos e dejetos de seus processos produtivos, bem como promover a diminuição dos impactos ambientais negativos gerados pelo uso e manejo inadequados dos mesmos, bem como reduzir os custos de produção

Base Legal: Lei 5.851, de 1972; Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 10.683 de 2003, Decreto nº 5.351/2005.

Esta ação poderá apresentar execução direta ou indireta, por meio de projetos específicos, contratos com atores privados, ONG e entidades representativas da sociedade civil; convênios e acordos com órgãos públicos das várias esferas; participação em iniciativas e programas das várias esferas governamentais e não governamentais. Envolve ainda a mobilização de parceiros institucionais nas áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Esta ação poderá apresentar execução direta ou indireta, por meio de projetos específicos, contratos com atores privados, ONG e entidades representativas da sociedade civil; convênios e acordos com órgãos públicos das várias esferas; participação em iniciativas e programas das várias esferas governamentais e não governamentais. Envolve ainda a mobilização de parceiros institucionais nas áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: 3995 Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável

Coordenador nacional da ação: Elvisom Nunes Ramos

Unidades executoras: Coordenação de Apoio Operacional ã CAO / SDC

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
2.044,50	2.044,50	1.984,03	1.984,03	0,00	1.984,03

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

Para o processo que se encontra em curso no momento, de elaboração do Plano Estadual de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono em Minas Gerais, são necessários recursos financeiros.

Atividades realizadas:

Houve a criação do Grupo Gestor do Plano ABC em Minas Gerais, com a atuação efetiva de seus representantes e respectivas instituições, presencialmente e, ou pelos respectivos meios de comunicação, com destaque para a realização do Seminário de Sensibilização em 01/09/2011;

Registrou-se também a interação com os agentes financeiros e conseqüente maior divulgação e acesso à linha de crédito, promovidos pelo Banco do Brasil, BDMG, Sicoob-Crediminas e recente agregação do Banco do Nordeste que também fará parte do GG ABC-MG;

Destacou-se a frequência nas reuniões do Grupo ABC-MG e atuação favorável do subsecretário do agronegócio da Secretaria de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento SEAPA ã Baldonado Arthur Napoleão, criando a interface de divulgação do ABC nos municípios, por meio do Programa de Municipalização do Agronegócio, com eventos já realizados em parceria com a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Itapeçerica ã AMVI em Divinópolis em 27/10/2011; e com a Associação dos Municípios da Microrregião do Alto do Paraopeba ã AMALPA em Conselheiro Lafaiete em 17/11/2011. Houve também divulgação do ABC no Dia de Campo da Universidade Federal de Viçosa no Campus Florestal em 11/11/2011.

O Grupo Gestor¹ do Plano ABC em Minas Gerais iniciou o processo de elaboração do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono do Estado de Minas Gerais, prevendo a construção do Termo de Referência, que resultará na definição das metas, ações e respectivas estratégias de monitoramento de redução das emissões de gases de efeito estufa na agricultura até o ano 2020. O Plano será implementado de maneira coordenada e cooperativa pelos órgãos governamentais e não governamentais. Para sustentação oficial do Plano, foi solicitado apoio à Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALEMG visando à construção da Política Estadual de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura de Minas Gerais, em alinhamento com as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa assumidas pelo Brasil junto à Organização das Nações Unidas e a Política Nacional de Mudanças Climáticas, dispostas na Lei nº 12.187, de 29/12/2009 que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e com o respectivo Decreto nº 7.390, de 9/12/2010. Este pedido de apoio resultou na realização de uma Audiência Pública sobre o Plano ABC e consequente pleito oficial público de legislação estadual sobre o tema. O pedido foi balizado pelo Anteprojeto de Lei da Política Estadual de Mudança do Clima, elaborado pelo Grupo de Trabalho coordenado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam, com a participação da Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais, Associação Mineira de Silvicultura e demais representações afins ao tema. Vale destacar que o referido anteprojeto foi discutido nas 18ª e 19ª reuniões da Câmara Temática de Energia e Mudanças Climáticas do COPAM, ocorridas em 01/09/2010 e 29/09/2010, tendo o processo sido fundamentado no Decreto Estadual nº 45.229 de 2009, que estabelece a elaboração do anteprojeto de Lei.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

Código no PPA: 1426	Denominação: Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.	
Objetivos Específicos: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Gerente: Maria Cecília Wey de Brito	Responsável: Humberto Ferreira de Carvalho Neto
Público Alvo: Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.	
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA	
AÇÃO 8606 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA ã PRÓ-ORGÂNICO ã DESENORG	Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Atividade	
Finalidade: Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.	

¹ ¹ O Grupo Gestor do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC em Minas Gerais (GG-ABC MG) criado conforme Portaria nº 299 de 15/07/2011 da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, é composto pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento SFA-MG /DPDAG-SESAG; Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem – ABID; Cooperativa Central de Produtores Rurais de Minas Gerais CCPR- ITAMBÉ; BDMG; Embrapa Gado de Leite; Embrapa Milho e Sorgo; EMATER – MG; EPAMIG; FAEMG; FETAEMG; Fórum Mineiro de Mudanças Climáticas; Instituto Fazer Acontecer – IFA; Instituto Nacional de Meteorologia - INMET 5ºDISME; Instituto de Terras Ministério do Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais - MDA / DFDA – MG; Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE MINAS; Sicoob Central Crediminas; Superintendência Estadual do Banco do Brasil em Minas Gerais; Universidade Federal de Viçosa – UFV.

Descrição: Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; Promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; Promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; Divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; Fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável

Coordenador nacional da ação: Rogério Pereira Dias

Unidades executoras: COAGRE/CGDS/ DEPROS

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
11.170,45	11.170,45	10.759,25	10.759,25	0,00	10.759,25

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

Destaca-se a recomposição da representação da Comissão da Produção Orgânica no Estado de Minas Gerais (CPORG-MG), cujo sucesso deu-se pelo comprometimento e atuação dos de seus integrantes, conferindo credibilidade, visibilidade e a integração das instituições que atuam no setor orgânico mineiro, conforme preconiza a IN 54, de 22 de outubro de 2008 e o programa óBancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdesô, propiciado pela atuação efetiva do Grupo Gestor do Programa que é vinculado à SDC/MAPA.

O apoio das instituições componentes da Comissão de Produção Orgânica possibilitou um incremento do indicador: pessoas atendidas em contraposição à restrição orçamentária do Governo Federal, imposta especialmente no primeiro semestre do ano. As atividades executadas na Semana do Alimento Orgânico, realizada em maio, merecem destaque neste ano pelo amplo alcance estadual, dedicação e aporte de recursos das instituições parceiras, sem o qual não seria possível o resultado alcançado. A restrição orçamentária e sua imprevisibilidade prejudica o planejamento e execução das ações, fragilizando também as parcerias estabelecidas que, pela capilaridade que possuem, muito contribuem para o desenvolvimento das ações e atendimento às demandas relacionadas à Agricultura Orgânica no estado.

Atividades realizadas:

Organização da Rede de Produção Orgânica

- Além das reuniões ordinárias previstas, a Comissão da Produção Orgânica no estado foi positivamente reconduzida pela DPDAG, atendendo ao disposto na Instrução Normativa nº 54 de 22 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2008, e o respectivo Regimento Interno favorecendo maior envolvimento das instituições nos projetos e atividades relativos à Agricultura Orgânica.
- Apresentação técnica sobre as bases legais, certificação e preceitos da produção orgânica no Brasil, no programa Minas Rural, Jornal Hoje em Dia e Revista Safra;
EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO
- Houve, no estado, a aproximação de alguns núcleos estudo da rede federal de educação profissional, confirmada pela integração do IF Muriaé na composição da CPORG-MG e pela parceria do IF Rio Pomba na VII Semana do Alimento Orgânico na coordenação do IV Fórum Regional de Agroecologia "Semeando oportunidades, colhendo um futuro";
- Articulação para a capacitação de uma rede de técnicos multiplicadores com foco na orientação de agricultores orgânicos para adequação aos Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica, em especial ao cadastramento de OCS para venda direta e ao credenciamento de Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica, com o apoio e supervisão do consultor contratado pela Coordenação de Agroecologia/SDC/MAPA.

Produtos e Processos Apropriados à Agricultura Orgânica

- Ação efetiva e permanente do Grupo Gestor do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes, coordenado pela fiscal federal Lygia Bortolini, para a composição do Plano Estratégico do Programa, possibilitando a integração de outros municípios ao programa no ano de 2011. Através de consultoria técnica, contratada no âmbito do PROBIO, para avaliar a situação atual do PBCAV em cada UF e realizar re-planejamento gerencial e técnico de suas atividades para os próximos anos, iniciou-se o apoio ao programa no estado, com a realização de uma primeira oficina com técnicos multiplicadores e alguns agricultores que se integram ao programa;
- Realização de reuniões técnico-gerenciais e avaliação *in loco* do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes nos municípios de Boa Esperança e Guapé, com a presença do consultor nacional contratado pela COAGRE/SDC/MAPA;
- Orientação e distribuição de 940 kg de sementes de 8 espécies de adubos verdes às associações de agricultores familiares participantes do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes atendendo à 45 municípios;
- Participação em reuniões técnicas e palestra ministrada em Encontro de Produtores da Associação Serras Verdes e Serras de Santana no sul de Minas, em Córrego do Bom Jesus-MG e em Capim Branco-MG, objetivando o esclarecimento de dúvidas relativas à legislação dos sistemas orgânicos de produção;

Promoção da Agricultura Orgânica e do Consumo Responsável

- PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS COM USO APROVADO PARA A AGRICULTURA ORGÂNICA: Foram encaminhadas através da DPDAG nove solicitações de especificação de referência para produtos fitossanitários com uso aprovado na agricultura orgânica, além da contribuição à COAGRE pela FFA Lygia Bortolini, na análise de eficiência agrônômica de produtos candidatos ao estabelecimento de especificação de referência de produtos fitossanitários com o uso aprovado para a agricultura orgânica, conforme Decreto 6.913/2009.

PROMOÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA E DO CONSUMO RESPONSÁVEL

- Apoio às ações da Caravana da Copa Orgânica promovida pelo Instituto Biosistêmico - IBS que ministrou cursos e palestras como: Curso de Noções Básicas de Agricultura Orgânica que se destina aos produtores e aborda assuntos como, o que é agricultura orgânica, as leis relacionadas aos orgânicos e técnicas de produção; Palestra óProdutos Orgânicos ñ Diferencial Competitivo e Oportunidade de Negóciosô, palestra destinada a empresários que aborda temas referentes à sustentabilidade e geração de negócios; Palestra óOrgânicos ñ Saúde, Sabor e sustentabilidade Numa só Escolhaô esta esclarece o porque os produtos orgânicos são melhores do que os convencionais.

Realização da VII Semana do Alimento Orgânico

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA

AÇÃO 8949 - FOMENTO À CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS GENÉTICOS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO ñ REGENAGRO

**Em R\$
1,00**

Tipo da ação: Atividade

Finalidade: Apoiar e integrar as iniciativas de disponibilização de recursos genéticos para a agricultura e alimentação, visando promover o acesso, o intercâmbio, o uso sustentável e sua conservação.

Descrição: Propor e estabelecer convênios, termos e contratos de cooperação técnica, intercâmbios, assessoria e consultorias, nacionais e internacionais; promover a participação em colegiados e fóruns de interesse, nacionais e internacionais, relacionados à agrobiodiversidade e recursos genéticos; promover fóruns de diálogo, reuniões técnicas, eventos, discussões temáticas, conferências, seminários e correlatos sobre as ações desenvolvidos. Participação de órgãos do Governo e Instituições parceiras e de interface operacional, nos níveis federal, estadual e municipal, como a Embrapa, CONAB, Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária, universidades, MDIC, MCT, MMA, MDA, MI, MRE, sistema "S", instituições e agentes envolvidos com "ATER", iniciativa privada, representações de classe e da sociedade civil organizadas, ONG, empresas de melhoramento genético e detentores de coleções e bancos de germoplasmas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária

Coordenador nacional da ação: Roberto Lorena de Barros Santos

Unidades executoras: SDC/MAPA

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
6.731,72	6.731,72	6.731,72	6.731,72	0,00	6.731,72

Informações sobre os resultados alcançados
Análise do Resultado Alcançado Análise Crítica Refere-se à PI/Ação que está sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados recursos para a SFA/MG para apoio das ações acima relacionadas, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho. Atividades desenvolvidas Com a articulação promovida pelas ações desenvolvidas pelo Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes (PI Desenorg), foi identificada demanda estadual para desenvolvimento do Projeto de resgate da conservação, produção e consumo de hortaliças tradicionais (não-convencionais) em parceria com a EMATER, EMBRAPA CNPH, EPAMIG, MAPA, ASBON e produtores rurais. O Programa visa resgatar a cultura do cultivo e consumo de espécies de hortaliças atualmente, subutilizadas e ou negligenciadas, junto às comunidades tradicionais e de agricultores familiares. Para isso estimula o intercâmbio de hortaliças tradicionais em Minas Gerais, a partir da criação ou ampliação de bancos comunitários de multiplicação e conservação de hortaliças não-convencionais. No intuito de alcançar o objetivo proposto, foram programadas para serem desenvolvidas as seguintes ações: produção, multiplicação e disponibilização de material propagativo; elaboração de materiais didáticos e informativos; eventos para a construção e socialização de conhecimentos sobre o tema. Essa iniciativa está inserida no contexto da ação FOMENTO À CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS GENÉTICOS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO ã REGENAGRO, gerida nacionalmente pelo Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária do MAPA. Essa ação tem por finalidade apoiar e integrar as iniciativas de disponibilização de recursos genéticos para a agricultura e alimentação, visando promover o acesso, o intercâmbio, o uso sustentável e sua conservação, conforme preconiza o Decreto Legislativo nº 70/06 que trata da Internalização do Tratado Internacional sobre recursos genéticos para a agricultura e alimentação ã FAO. No âmbito da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário ã DPDAG, da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em conformidade à Portaria N.º 428 de 9 de junho de 2010, compete a execução de ações relacionadas à promoção, orientação e ao acompanhamento de atividades relativas ao desenvolvimento rural, em especial e no contexto desse Programa, àquelas referentes à preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais, intercâmbio, conservação e uso sustentável de recursos genéticos ; segurança alimentar; cooperativismo e associativismo rural, ratificando a importância da proposta apresentada a qual subsidiará a promoção do resgate da multiplicação, conservação e consumo de espécies de hortaliças não-convencionais junto às comunidades tradicionais e de agricultores familiares, o que proporcionará ganhos culturais, biológicos, econômicos, entre outros, para as comunidades envolvidas. As atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2011 foram: • Participação de reunião anual de avaliação do projeto para o resgate da conservação, produção e Consumo de hortaliças tradicionais (não convencionais) em MG com representantes da EMATER, ASBON, EPAMIG, EMBRAPA CNPH e MAPA; • Promoção de Oficina para utilização das Hortaliças e Dia de Campo com participantes do Programa para o resgate da conservação, produção e consumo de hortaliças não-convencionais no município de Lontra - MG com representantes da EMATER, EMBRAPA CNPH, Prefeitura de Lontra e MAPA. Havendo a participação de 32 pessoas (técnicos e agricultores familiares) dos municípios de Lontra, Ibiracatu, Itacambira, Varzelândia, Japonvar, São João da Ponte e Januária os quais foram atendidos também com material propagativo para formação de Bancos Comunitários de Hortaliças Não-Convencionais em seus municípios. Destaca-se a participação e grande interesse de representantes municipais ligados à merenda escolar e segurança alimentar. • Implantação de Banco Comunitário de Multiplicação e Conservação de Hortaliças não-convencionais do pólo do Rio Doce, em meio ao programa Alimenta Brasil. Trabalho realizado em parceria entre a Prefeitura de Santana do Paraíso ã MG, Cenibra, EMATER e o MAPA que contou com a participação de 31 pessoas dentre elas extensionistas, lideranças municipais, representantes da Cenibra e agricultores familiares de 7 municípios: Santana do Paraíso, Ipatinga, Ipaba, Mesquita, Belo Oriente, Timóteo e Iapu. O banco comunitário de hortaliças não convencionais tem como objetivo resgatar a identidade cultural da população brasileira, salvaguardar o patrimônio genético das hortaliças que estão desaparecendo da natureza e oferecer alternativas saudáveis de alimentação para a população. • Implantação do Banco Comunitário de Multiplicação e Conservação de Hortaliças não Convencionais aconteceu no município de Conceição do Mato Dentro, com a participação de extensionistas, da Prefeitura Municipal, do MAPA e agricultores familiares de 4 municípios: Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Morro do Pilar e Alvorada de Minas. O evento contou com a participação de 14 pessoas. • Revisão para publicação da 2ª edição do material técnico-educativo (<i>Manual de Hortaliças Não-Convencionais e Cartilha Hortaliças Não-Convencionais</i>) para subsidiar ações do Programa Bancos Comunitários de Conservação e Multiplicação de Hortaliças Não Convencionais em Minas Gerais e em outros estados da federação, conforme grande demanda apresentada desde 2010.

- Realização do Encontro Regional de Hortaliças Tradicionais (Hortaliças Não Convencionais) ã Pólo Central. Evento resultante da parceria entre a EMATER, o MAPA, a Prefeitura Municipal de Contagem, EMBRAPA Hortaliças e EPAMIG realizado no município de Contagem ã MG. Este encontro teve como objetivo esclarecer a importância das hortaliças não convencionais e dos Bancos Comunitários de Multiplicação; apresentar o sistema de produção das hortaliças não convencionais; salientar a importância das hortaliças não convencionais na segurança alimentar. O evento contou com a participação de 34 pessoas.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO					
Código no PPA: 6003		Denominação: Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.					
Objetivos Específicos: Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.					
Gerente: Erikson Camargo Chandoha			Responsável: Carlos Roberto de Castro		
Público Alvo: Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.					
Análise Crítica: Refere-se a Contratos de Repasse provenientes de Emendas Parlamentares que estão sob a gerência direta do MAPA ã Sede (Brasília), que foram descentralizados para SFA/MG para análises e aprovações de projetos voltados à realização das Ações do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário. Em 2010 foram descentralizados 442 (quatrocentos e quarenta e dois) Contratos de Repasse para análise e aprovação desta SFA/MG. Todos os projetos foram analisados com emissão de pareceres registrados no Portal de Convênios do Governo Federal ã SICONV, desses, foram aprovados 434 (quatrocentos e trinta e quatro) Contratos de Repasse beneficiando diversos municípios mineiros.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					
AÇÃO 8611 - APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO ã APPRODUTOR					Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.					
Descrição: Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					
Coordenador nacional da ação: Marcelo Alexandre de Andrade Almeida					
Unidades executoras: CGPI					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
7.545,00	7.545,00	7.307,36	7.307,36	0,00	7.307,36
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica Esta ação contemplou o deslocamento de servidores da SFA no sentido da efetivação de acompanhamento óin loco da execução de convênios celebrados pelo MAPA, através da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo ã SDC, com a emissão do correspondente relatório conclusivo e seu encaminhamento àquela Secretaria. No exercício, e com término da vigência de Convênios, foram produzidos relatórios de acompanhamento de convênios celebrados com a Integração do Progresso e Desenvolvimento Nacional ã 756157/2011 ã Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio; 720194/2009 ã Prefeitura Municipal de São João Batista do Glória; 720272/2009 ã Prefeitura Municipal de Ouro Fino; 735786/2010 - Associação de Produtores Rurais de Paula Cândido; 702296/2008 - Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas; 755761/2011 ã Associação Brasileira dos Criadores do Girolando; 702279/2008 ã Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo e a Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais; 723498/2009 ã Centro de Estudos, Promoção e Desenvolvimento de Mercados/DF; 755462/2011 ã Sindicato Rural dos Produtores Rurais de Patos de Minas; 755465/2011 Acarpa; 720136/2009 ã Prefeitura Municipal de Inconfidentes; 702754/2008 Associação Sergipana dos Criadores de Caprinos e Ovinos ASCCO/SE;7238-910/2009 ã COOPFAMIMG; 749449/2010 ã Associação dos Criadores de Brahman do Brasil/MG; 745426/2011 ã Associação Brasileira dos Criadores de Zebu- ABCZ;					

7201941/2009 ã Prefeitura Municipal de São João Batista do Glória; 755398/2011 ã Associação de Cafeicultores de Araguari ã ACA; 720272/2009 ã Prefeitura Municipal de Ouro Fino; 755482 ã Sindicato Rural de Santa Vitória; 749283/2010 ã IPDN; 701723/2008 ã Associação Brasileira dos Criadores de Zebu ã ABCZ; 749279/2010 Sipramonte; 720645/2009 Associação Brasileira dos Criadores de Girolando; 748038/2010 ã Associação Brasileira dos Criadores de Zebu ã ABCZ. Estes correspondem a 100% da demanda encaminhada pela SDC.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA

AÇÃO 2B17 - FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE ã FISCONTRATO

Em R\$
1,00

Tipo da ação: Atividade

Finalidade: Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.

Descrição: Fiscalização, por amostragem de contratos de repasse, firmados com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento mediante descentralização de créditos às Superintendências Regionais de Agricultura para disponibilização de veículos e pessoal (técnicos e motoristas) em diligências realizadas por iniciativa própria ou provocadas por denúncias provenientes dos vários segmentos da sociedade, inclusive de órgãos de controle interno e externo. Como subsídio a essas atividades são promovidos treinamentos e atualizações de técnicos em cada Superintendência quanto ao Contrato de Prestação de Serviço MAPA/Caixa Econômica Federal e aos procedimentos de acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, em conformidade com aspectos legais. Mediante correspondência e vistas em loco as entidades beneficiadas são orientadas para que apresentem projetos consoantes à legislação vigente, com maior alcance social, custos adequados e compatíveis com a aptidão da região.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

Coordenador nacional da ação: Alfredo Souza de Moraes Júnior

Unidades executoras: CGPI

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
10.498,14	10.498,14	10.212,96	10.212,96	0,00	10.212,96

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

As ações desenvolvidas pela SFA/MG através deste plano interno foram embasadas em demandas da Secretaria de Desenvolvimento e Agropecuário SDC/MAPA, através do seu Departamento de Infra-Estrutura e Logística, decorrentes do Programa de Fiscalização de Contratos de Prestação de Serviços ã CPS MAPA/CAIXA celebrado este Ministério e a Caixa Econômica Federal, que tem por objeto a execução dos serviços atinentes ao repasse de recursos, operacionalização e acompanhamento de projetos agropecuários dos Programas do Governo Federal sob a égide do MAPA, atividade prevista no próprio CPS MAPA/CAIXA.

Integrando o Programa de Fiscalização em apreço, foram estabelecidos critérios para implementar a fiscalização dos objetos de contrato de repasse, descentralizando a execução das atividades do gênero para as Superintendências Federais de Agricultura, não só por representar legítimo interesse do MAPA, mas também para satisfazer orientação/determinação providas da Controladoria Geral da União ã CGU/PR e/ou Tribunal de Contas da União ã TCU.

À SFA/MG, no exercício de 2011, coube a vistoria óin loco da execução de 37 (trinta e sete) Contratos de Repasse, processados por método de amostragem, realizados e indicados pelo DIEL/SDC.

A amostragem contemplou contratos de repasse celebrado pelo MAPA, através da mandatária CAIXA, nos últimos cinco anos.

Após o recebimento da lista indicativa dos contratos a serem fiscalizados, a Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, programou as atividades ao longo do ano e encaminhou a previsão de gastos para o DIEL/SDC, de forma tempestiva, junto com o cronograma das ações de fiscalização previstas.

Feito isto, e descentralizados os recursos para deslocamento do servidor designado para tal atribuição, a SFA/MG atestou, em todos os 37(trinta e sete) contratos em que realizou fiscalização óin loco, a execução total ou parcial do objeto oriundo de recursos de contrato de repasse e, conforme o caso, o atendimento à finalidade a que se destinou conforme descrita no Plano de Trabalho homologado pelo MAPA.

Foram emitidos relatórios descritivos e conclusivos sobre as atividades de fiscalização dos Contratos Amostrados e encaminhados ao DIEL/SDC imediatamente após sua realização.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

Código no PPA: 0375

Denominação: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Tipo do Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Salvarguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

Objetivos Específicos: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.					
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim			Responsável: Carlos Roberto de Castro		
Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, e embaladores e armazenadores de insumos agropecuários.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$
AÇÃO 2177 - FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS ã FISCAGRIC1					1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e a sustentabilidade ambiental.					
Descrição: Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DIEL/SDC					
Coordenador nacional da ação: ã Coord. de Logística e Infraestrutura - Carlos Alberto Batista CGLOG/DIEL/SDC/MAPA					
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais através do SEFAG/DT-MG					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
7.479,00	7.479,00	6.425,50	6.425,50	0,00	6.425,50
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Ao Plano Interno ã Fiscalização de Serviços Agrícolas compete:					
I - Programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de fiscalização, inspeção, controle e acompanhamento de:					
➤ Empresas prestadoras de serviços agrícolas / aviação agrícola;					
II - Instruir, consoantes as normas específicas e processos de:					
Registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas no Estado de Minas Gerais.					
A fiscalização de serviços agrícolas é realizada nas sedes das empresas operadoras, assim como em condições de campo, verificando-se o cumprimento das Normas Técnicas, dando ênfase à observância às normas de proteção à vida, a saúde, tanto técnico operacional, como das populações interessadas, e ainda, pela ótica da proteção à fauna e à flora. Para que as ações de fiscalização sejam eficientes, se faz necessário o aporte de recursos no início do exercício, uma vês que a atividade aero agrícola concentra-se no período compreendido entre novembro e março, época em que as cultura anuais estão instaladas nas regiões produtoras em Minas Gerais, ou seja, no primeiro trimestre do ano, porem há atividade aero agrícola por todo o ano.					
Salientamos, que uma das peculiaridades das ações fiscalizadoras que compreende a atividade é a necessidade de se percorrer grandes distâncias, podendo ou não culminar com a localização de aeronaves em efetiva atividade de pulverização. Outra característica relevante da atividade são as condições climáticas, pois há grande demanda que concentra-se no período chuvosos o que dificulta a locomoção por regiões de produção, não permitindo muitas vezes o cumprimento de uma programação de fiscalização. Normalmente utilizamos veículos apropriados para percorrer as longas distâncias, preparados para enfrentar o difícil acesso às áreas onde estão localizadas as culturas alvo das atividades aero agrícolas, normalmente encontram-se em condições precárias de estradas e vias de acesso aos fiscalizados, principalmente com as condições climáticas adversas o que é quase sempre a regra. Também consideramos que a demanda crescente pela atividade aéreo agrícola no Estado de Minas Gerais, a qual vem acompanhando o crescimento da Cultura da Cana de Açúcar e a implantação de áreas Florestais (Eucalipto) tem aumentado consideravelmente as áreas trabalhadas pelas empresas, o que requer um incremento no número de FFAs com a qualificação necessária para atender a execução da atividade.					
Parte das metas previstas para 2012 tais como: o registro de Empresas, Aeronaves, Engenheiros Agrônomos Responsáveis Técnicos das empresas e etc, são resultados de projeções, com base no exercício de 2011, podendo ser atingidas ou não, tendo em conta que não há como controlar a demanda advinda do segmento.					
As metas previstas para em 2011, foram prejudicadas em função inicialmente da contenção de recursos e posteriormente pela dificuldade de treinamento visando a formação de equipe de FFAs habilitados e comprometidos a exercer a atividade fiscalizadora no Estado.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					
AÇÃO 4747 : FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PECUÁRIOS ã FISCALPEC					Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Fiscalizar a conformidade dos serviços prestados ao setor pecuário.					

Descrição: Avaliação da conformidade do conjunto de elementos que caracterizam os controles técnicos dos serviços consignados. Auditagens técnico-fiscais e operacionais realizadas nas organizações autorizadas a prestarem serviços pecuários referentes às atividades assim especificadas: registros genealógicos; provas zootécnicas; provas funcionais; avaliações genéticas; exposições e feiras agropecuárias; competições turfísticas; promoções hípicas; classificação de animais de abate e suas carcaças; classificação de couros, peles e casulos; fiscalização do bem estar animal e da prestação de serviços das atividades delegadas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Pecuária ñ CPIP / CGSPR / DEPROS / SDC

Coordenador nacional da ação: Kleber Villela Araujo

Unidades executoras: Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Pecuária ñ CPIP / CGSPR / DEPROS / SDC e DPDAG

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
12.548,38	12.548,38	11.984,41	11.984,41	199,52	11.784,89

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Atividades realizadas:

- Realização de fiscalização/auditorias de associações de raças de animais em Uberaba/MG, pela servidora Márcia Tereza Vieira.
- Participação da segunda reunião do grupo de revisão do decreto N° 58984/1966 em Brasília, pelo servidor João Cruz Reis;
- Participação em treinamento de melhoramento genético animal e execução de serviço de certificação zootécnica em Belo Horizonte, pelos servidores João Cruz Reis, Márcia Tereza Vieira e Alisson Luis Lima;
- Participação na reunião de harmonização de procedimentos de auditoria/fiscalização em serviços pecuários ñ registro genealógico ñ e atualização do decreto N° 58984/66 em Brasília, pelos servidores João Cruz Reis e Alisson Luis Lima;
- Realização de auditoria e fiscalização nas associações de criadores da raça bovina em Uberlândia e Uberaba/MG, pela servidora Márcia Tereza Vieira;
- Realização de auditoria técnico-fiscal e operacional na Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Campolina e do Jumento Pega em Belo Horizonte, pelo servidor João Cruz Reis;
- Participação na reunião do conselho deliberativo técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, como membro do MAPA no referido conselho em Uberaba, pelo servidor João Cruz Reis.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

Código no PPA: 0357	Denominação: Segurança da Sanidade Agropecuária
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos.	
Objetivos Específicos:	
1- Controle e Erradicação da Febre Aftosa.	
2- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.	
3- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual e Internacional de animais, seus produtos e insumos.	
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim	Responsável: Fábio Kononoff Lacerda
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.	
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA	
AÇÃO 4842 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA ñ FEBREAFTOSA	Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Ação Orçamentária	
Finalidade: Manter o status dos Estados já reconhecidos como áreas livres de febre aftosa e erradicar a doença das demais regiões do País.	
Descrição: 1-Auditoria em unidades locais do órgão executor ñ IMA para verificar o desenvolvimento das ações pertinentes ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa;	
2- Supervisão sistemática do órgão executor através de reuniões e visitas.	
3- Emissão de autorizações de ingresso de animais no Estado de Minas Gerais;	
4- Auditorias em outros Estados da Federação visando verificar o desenvolvimento das ações pertinentes ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa;	
5- Acompanhamento e supervisão do estudo a campo para a detecção de anticorpos contra Proteínas não Capsidais.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Saúde Animal /DSA	
Coordenador nacional da ação: Plínio Leite Lopes	
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária / IMA	

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
3.979.440,62	3.979.440,62	3.975.659,45	3.975.659,45	0,00	3.975.659,45
R\$ 3.938.781,92 foram utilizados nos elementos de despesa 443042 e 3330.41 referentes a repasse através de convênio com o órgão executor do Estado.					
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
O Serviço de Saúde Animal (SSA) da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais tem a missão de promover a defesa sanitária animal no estado de Minas Gerais através da coordenação e integração dos trabalhos de diferentes instituições governamentais e não governamentais. Como em anos anteriores, as ações de defesa sanitária, consideradas indelegáveis, foram desenvolvidas diretamente pelos Fiscais Federais Agropecuários do SSA e das Unidades Técnicas da SFA e as delegáveis foram executadas de maneira indireta pelos Fiscais Agropecuários do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, órgão da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, que atende aos programas específicos do MAPA, com destaque para a erradicação da Febre Aftosa com o acompanhamento do SSA/MG. Para o alcance do que se considera área livre, como produto desta ação lançada no SIPLAN, diversas atividades foram desenvolvidas, tanto pelos FFAs do SSA, relatadas no presente relatório, como pelo órgão executor estadual. Nesta ação, a execução é de competência quase que exclusiva do IMA, utilizando recursos financeiros próprios ou de convênio com o MAPA. A principal fonte de financiamento da ação, com relação ao SSA é a fonte 100. O objetivo do Plano de Ação foi plenamente alcançado. Graças aos trabalhos que vem sendo realizados mantivemos em todo o estado o status de zona livre de febre aftosa com vacinação bem como a autorização para a exportação de carne fresca de bovino desossada e submetida à maturação para a Comunidade Europeia.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					
AÇÃO 8658 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS - PCEANIMAL					Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Ação Orçamentária					
Finalidade: Prevenção, erradicação e controle das doenças dos animais.					
Descrição: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura - PNSA Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suídeocultura - PNSS Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose - PNCEBT Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalotia Espongiforme Bovina - Doença da Vaca Louca - PNCRH Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Equídeocultura - PNSE Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura - PNCRB					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Saúde Animal/DSA					
Coordenador nacional da ação: Guilherme de Azevedo Marques					
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária / IMA					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
771.511,40	771.511,40	734.799,32	734.799,32	28.528,00	706.255,77
R\$ 563.642,40 foi utilizado para o elemento de despesa 3330.41 referente a convênio firmado entre o MAPA e o órgão executor estadual.					
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica O SSA tem como missão a adoção de medidas de prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais que ocorrem no Estado. As ações refletem em ganhos na qualidade e quantidade dos produtos e subprodutos para o produtor e o consumidor final, na segurança alimentar da população, abertura e manutenção de mercados para exportação. A Defesa Agropecuária é uma questão de segurança nacional, e, face sua importância estratégica, é instrumento de garantia da produção e contribuição para a sustentabilidade do agronegócio. As atividades desenvolvidas pelos diferentes programas sanitários, instituídos no Departamento de Saúde Animal - DSA foram incluídas, no PPA 2008-2011 como a ação "Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais". Assim a ação abrange os seguintes Programas Nacionais: Sanidade Avícola - PNSA, Sanidade Suídea - PNSS, Sanidade Equídea - PNSE, Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias - PNCRH, Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose - PNCEBT, Controle de Resíduos Biológicos - PNCRB, além das outras doenças não abrangidas por programas específicos. Na ação "Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais", as atividades foram em sua maior parte, desenvolvidas pelos servidores do órgão executor estadual.					

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$ 1,00
AÇÃO 2181 E 2139 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL E DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS, SEUS PRODUTOS E INSUMOS					
Tipo da ação: Ação Orçamentária					
Finalidade: Realizar o controle sanitário inerente aos processos de importação de animais, produtos de multiplicação animal (sêmen, embriões, ovos férteis), produtos de origem animal (cárneos/lácteos etc), materiais científicos relacionados aos animais, com a finalidade de impedir a introdução e disseminação de doenças animais no Estado de Minas Gerais e em todo território nacional. Cumprir e certificar, do ponto de vista sanitário (defesa animal), os requisitos acordados para a exportação de animais, produtos de multiplicação animal (sêmen, embriões e ovos férteis), produtos de origem animal (cárneos/lácteos etc), e materiais científicos relacionados aos animais.					
Descrição: 1. Análise de Requerimentos de autorizações de importação (AI) com emissão, ou não, das Autorizações de Importações (AI) (IMPORTAÇÕES); 2. Análise de Requerimentos para Obtenção dos Certificados Zoossanitários Internacionais (Autorização de Exportação) com emissão, ou não, das do Certificado Zoossanitário Internacional (EXPORTAÇÕES); 3. Fiscalização de quarentenários indicados para recepção de animais importados; 4. Fiscalização de quarentenários destinados a animais a serem exportados; 5- Análise das solicitações de avaliação e sacrifício de bovinos importados de Países de Risco para a Encefalopatia Espongiforme Bovina; 6- Análise das solicitações de habilitação/credenciamento de médicos veterinários e habilitar/credenciar os qualificados para exercer as atividades delegadas; 7-Desabilitar/descredenciar os médicos veterinários que não cumprem a legislação de DSA, fiscalizados pelo órgão executor; 8- Fiscalização de documentos de transito (GTA/Cis E) emitidos.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Saúde Animal/DSA					
Coordenador nacional da ação: Bruno Oliveira Costa					
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em MG					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
---	---	---	---	---	---
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica As atividades voltadas para o controle sanitário das importações desenvolvidas pelo SSA-MG, aí incluídas as análises de risco, o controle das quarentenas, etc. têm por finalidade minimizar ou anular os riscos sanitários inerentes a todo o processo de importação de animais, garantindo assim, o status de país livre ou controlado para esta ou aquela enfermidade. No atendimento a esta demanda (importação) o SSA em 2011 analisou 100% dos Requerimentos de autorizações de importação (AI) solicitadas ao Setor. Após a análise de cada requerimento, emitiu-se, ou não, as Autorizações de Importações (AI) conforme os riscos sanitários envolvidos e critérios técnicos vigentes. No total foram emitidas 214 Autorizações. Em 2011 o SSA-MG atendeu também as atividades necessárias ao controle sanitário das exportações de animais, compreendendo as análises dos requerimentos para obtenção de Certificados Zoossanitários Internacionais. Estas ações estão dependentes do atendimento aos requisitos sanitários estabelecidos pelo país importador, culminando com a emissão, pelo SSA-MG, das emissões das Autorizações para Emissão dos Certificados Zoossanitários Internacionais, que foram encaminhados aos Serviços de Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO/MAPA) nos aeroportos/portos/postos de fronteira. Ainda, em atendimento às exportações, o SSA emitiu os Certificados de Origem de produtos de origem animal, bem como, de materiais científicos e/ou laboratoriais, quando o caso assim o requereu. No atendimento desta demanda (Exportação de Animais/subprodutos/produtos laboratoriais e materiais científicos de origem animal) em 2011 o SSA analisou 100% dos Requerimentos para Obtenção dos Certificados Zoossanitários Internacionais (AE) solicitadas ao Setor em Minas Gerais. A partir desta análise, emitiu-se, ou não, as Autorizações para Emissão de Certificado Zoossanitário Internacional conforme os critérios técnicos e protocolos sanitários estabelecidos entre o Brasil e o país importador. Houve um total 106 (cento e seis) autorizações para emissão de Certificado Sanitário Internacional (CSI) que foram direcionados ao VIGIAGRO/MAPA para a emissão do CSI. O SSA-MG, em 2011, fiscalizou 08 (oito) quarentenários utilizados como locais para isolamento de animais que foram exportados de Minas Gerais para os diversos países do mundo.					

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO					
Código no PPA: 1442		Denominação: Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.					
Gerente: Marcio Antonio Portocarrero			Responsável: Helinton José Rocha		
Público Alvo: Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					
AÇÃO 8592 - DESENVOLVIMENTO E MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE RASTREABILIDADE AGROALIMENTAR ã RASTREAB1					Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo; Assegurar a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.					
Descrição: Auditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados no Sisbov ã ERAS, certificadoras, fábricas de elementos de identificação e associações de raça.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
Coordenador nacional da ação: José Luiz Ravagnani Vargas					
Unidades executoras: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
22.265,20	22.265,20	17.088,06	17.088,06	0,00	17.088,06
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
Descrição: Fiscalização, identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução de registro genealógico das diversas raças.					
Sub-ação: Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários Rastreabilidade. Parceiros do MAPA relacionados ao PI RASTREAB:					
• Instituto Mineiro de Agropecuária ã IMA; • Secretaria Estadual de Agricultura de Minas Gerais; • Empresas certificadoras credenciadas pelo MAPA; • Fábricas de elementos de identificação credenciadas pelo MAPA.					

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO	
Código no PPA: 0356	Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.	
Objetivos Específicos: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.	
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim ã SDA/MAPA	Responsável: Dermeval Silva Neto
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.	
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA	
AÇÃO 8939 - INSPEÇÃO DE VINAGRES E BEBIDAS DE ORIGEM VEGETAL ã IPVEGETAL2	Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Atividade	
Finalidade: Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de vinagres e bebidas de origem vegetal ofertados à população.	

Descrição: Registro, inspeção e fiscalização de pontos industriais nacionais de vinagres e bebidas de origem vegetal, bem como, análise prévia à importação desses produtos.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria de Defesa Agropecuária					
Coordenador nacional da ação: Helder Moreira Borges					
Unidades executoras: Departamento de Inspeção Produtos de Origem Vegetal					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
224.852,84	224.852,84	217.350,83	217.350,83	3.345,00	207.353,83
R\$ 19.985,00 foi utilizado para o elemento de despesa 449052 (Investimento).					
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
A meta estabelecida para a atividade IPVEGETAL2 foi alcançada por esse serviço com a inspeção de 667 estabelecimentos, sendo 262 (duzentos e sessenta e dois) com aplicação da Lista de Verificação, aprovada por meio da Portaria SDA/MAPA nº 272/2010, e 110 (cento e dez) vistorias com finalidade de registro ou renovação de registro de estabelecimentos.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					
AÇÃO 4746 - PADRONIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS ã PADCLASSIF					Em R\$ 1,00
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade:					
- Garantir a conformidade dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal com os padrões oficiais de classificação estabelecidos pelo MAPA; - Garantir a identidade, qualidade, a inocuidade e segurança dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, preservando a segurança do consumidor; - Avaliar a conformidade dos produtos vegetais importados com os padrões oficiais estabelecidos para o mercado interno; - Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; - Colaborar com a CGQV/DIPOV/SDA/MAPA nos trabalhos de elaboração e adequação dos normativos complementares ao Decreto 6.268/2007; - Classificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; - Credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; - Avaliar a qualidade e conformidade dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas e pelas pessoas físicas habilitadas; - Propiciar a capacitação dos técnicos para atuarem nas ações de supervisão e auditoria dos sistemas de controle das condições higiênico-sanitárias dos produtos vegetais incluídos nas diretrizes da CGQV/DIPOV/SDA/MAPA; - Executar as ações estaduais estabelecidas pelo Plano Nacional de Qualidade dos Produtos Hortícolas coordenado pela CGQV/ DIPOV/SDA/MAPA; - Apoiar as ações e atender as diretrizes e cronograma do programa de óControle de contaminantes e resíduos coordenado pelo DIPOV/SDA/MAPA; - Dar continuidade à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade/SGQ no Laboratório de Classificação Oficial/LACO da SFA/MAPA-MG, adequando-o às exigências de certificação NBR ISO 17025; - Estabelecer procedimentos de integração entre o laboratório de classificação da SFA/MAPA-MG e os laboratórios credenciados para fins de adequação futura dos mesmos às exigências de certificação NBR ISO 17025; - Capacitar técnicos em classificação e procedimentos de fiscalização de produtos vegetais, habilitando-os para o exercício da atividade; - Viabilizar a capacitação dos técnicos que atuam na atividade como auditores de laboratórios credenciados pelo MAPA para a prestação de serviços de classificação.					

Descrição:

- Fiscalização dos estabelecimentos que processam, embalam, distribuem, armazenam e comercializam produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, mediante a inspeção e coleta de amostras para fins de aferição e avaliação de sua conformidade com os padrões oficiais de classificação;
- Coleta de amostras dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal importados e nacionais para análise e avaliação;
- Coleta de amostras e monitoramento de resíduos de agrotóxicos de frutas e hortaliças, e de contaminantes microbiológicos em café grão cru;
- Coleta de amostras e monitoramento da qualidade dos óleos vegetais comercializados no Estado de Minas Gerais;
- Supervisões técnicas das entidades credenciadas para avaliação dos procedimentos e metodologias utilizados na prestação dos serviços de classificação;
- Retirar do mercado produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal impróprios ou que possam prejudicar a saúde humana;
- Capacitação de técnicos nos procedimentos de inspeção e fiscalização dos produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal;
- Supervisões técnicas das entidades credenciadas para avaliação dos procedimentos e metodologias utilizados na prestação dos serviços de classificação;
- Adequação complementar das instalações físicas do setor técnico e do laboratório de classificação;
- Participação dos técnicos em cursos de capacitação e aperfeiçoamento ministrados pela Rede Metrológica de Minas Gerais;
- Treinamentos e reciclagens periódicas dos técnicos envolvidos na atividade de classificação para atualização de conhecimentos e inclusão de novos produtos;.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria de Defesa Agropecuária

Coordenador nacional da ação: Fábio Florêncio Fernandes

Unidades executoras: Departamento de Inspeção Produtos de Origem Vegetal

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
88.978,02	88.978,02	67.847,99	67.847,99	0,00	67.847,99

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

A meta estabelecida para a atividade PADCLASSIF foi alcançada totalizando mais de 24.000 (vinte e quatro mil) toneladas de produtos padronizados fiscalizados, bem como foram realizadas inspeções em todas as entidades credenciadas para executar a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. Em 2011, o Laboratório de Classificação Oficial/LACO desse Serviço se destacou ao analisar 475 (quatrocentas e setenta e cinco) amostras de classificação e realizar 97 (noventa e sete) perícias em amostras de contraprova, demonstrando a forte ação fiscal desempenhada pelos fiscais federais agropecuários ao longo do ano.

Acrescentam-se ainda os esforços para implementar o atendimento às solicitações da Coordenação Geral de Qualidade Vegetal/CGQV/DIPOV/SDA-MAPA, resultando na execução pelos técnicos do SIPOV das seguintes ações: Atuação como instrutores nos cursos de qualificação de classificadores homologados pelo MAPA e destinados à formação de técnicos habilitados a executar a atividade e à atualização de classificadores registrados para os produtos cujos padrões oficiais foram reformulados;

-Participação ativa nos trabalhos de normatização do Decreto 6.268/2007, em atendimento às diretrizes estabelecidas na Portaria MAPA 1073/2008, que criou o Grupo Técnico da Qualidade Vegetal - GTQV, para propor regulamentos técnicos e projetos normatizadores que estabelecerão procedimentos e instruções para a execução do Decreto Nº 6.268/2007, e Portaria MAPA 1186/2008 que designou os integrantes do referido Grupo Técnico;

-Participação e atuação junto aos setores competentes do agronegócio nacional na realização de estudos e pesquisa para elaboração ou revisão de Padrão Oficial de Classificação dos produtos: mamão, manga, milho, milho pipoca, trigo, azeite, batata e farinha de mandioca.

-Participação na elaboração da IN MAPA nº 54/2011, que aprovou os requisitos, critérios e prazos para autorizar por meio de credenciamento as pessoas jurídicas de direito público ou privado a prestar ou executar serviços de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, com base nos Padrões Oficiais de Classificação.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO

Código no PPA: 0375 **Denominação:** Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Tipo do Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Salvar a produo e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.					
Objetivos Específicos: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.					
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim - Secretário de Defesa Agropecuária			Responsável: Dermeval Silva Neto - Superintendente Federal - Interino		
Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.					
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$ 1,00
AÇÃO 2179 - FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS ã FISCALSEM 1					
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.					
Descrição: A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos seguintes processos: 1) registro de cultivares; 2) inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas ã RENAEM; 3) fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 4) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 5) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIA/SDA					
Coordenador nacional da ação: José Neumar Francelino ã Coordenador da CSM/DFIA					
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em MG através do SEFIA/DDA/SFA-MG					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
417.403,57	417.403,57	407.317,03	407.317,03	2.807,61	404.509,42
Não foram descentralizados recursos no Elemento de Despesa 4490.52 (Investimento).					
Informações sobre os resultados alcançados					
Análise do Resultado Alcançado					
Análise Crítica					
O PI ã FISCALSEM1 tem como objetivo a fiscalização da produção de sementes e mudas no Estado de Minas Gerais e manutenção do sistema de conformidade, certificação e validação como base para a sustentação à semente brasileira perante a comunidade científica e ao mercado consumidor. Atua ainda na fiscalização das atividades com Organismos Geneticamente Modificados - OGM e seus derivados, adotando como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do Princípio da Precaução para a proteção do meio ambiente. Dentro de seus objetivos tem por atribuição fiscalizar, cadastrar e registrar material vegetal na forma da legislação específica e ainda os respectivos estabelecimentos que os produzem, beneficiam, reembalam, distribuem, importam, utilizam ou comercializam, também naqueles que prestam serviços especializados na agropecuária e nas atividades com organismos geneticamente modificados, na forma da legislação específica. Desta forma atua na melhoria dos níveis de conformidade e qualidade de sementes e mudas a serem disponibilizados para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, conseqüentemente, a rentabilidade do agronegócio. A descentralização dos serviços de fiscalização por convênio ou acordo, quando necessária, dar-se-á mediante proposição da unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas unidades federativas e aprovação do respectivo Ministro de Estado, após parecer conclusivo emitido, favoravelmente, pelo órgão técnico central. Uma das prioridades da atividade de fiscalização dentro do Sistema é a investigação fiscal do uso indevido de sementes e mudas. A execução das atividades correlatas ao presente Plano Interno é feita de acordo com Plano Operativo Anual elaborado de acordo com as demandas do Estado sob a orientação da Coordenação de Sementes e Mudas / Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, onde dispõe de uma Programação Física e Financeira elaborada. As ações desenvolvidas no PI FISCALSEM envolvem a fiscalização da produção e a utilização de sementes e mudas e a certificação suplementar da produção de sementes e mudas. Estas ações têm um impacto determinante na produção agrícola, pois o produtor rural terá à disposição insumos de qualidade, possibilitando maior produtividade e rentabilidade e conseqüentemente melhoria de sua renda. Além disso, tais ações são de grande importância na pesquisa de desenvolvimento de cultivares com inovações tecnológicas incorporadas como tolerância e/ou resistência à variações edafoclimáticas ou pragas, haja vista que coibindo o uso indevido de sementes, garantem o direito dos melhoristas. Atua ainda na fiscalização das atividades do uso comercial e pesquisa de Organismos Geneticamente Modificados ã OGM, quanto aos aspectos de biossegurança. As mudanças qualitativas para o cidadão que este PI proporciona são, então, produtos agrícolas seguros e					

custos menores decorrentes da maior oferta, segurança ambiental, saúde humana, animal e das plantas, e os benefícios decorrentes do incremento das exportações agrícolas brasileiras.

Fonte: PPA, SIOR, SIPLAN, SIAFI Gerencial e Operacional, SPA.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA

AÇÃO 2141 - FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTES, CORRETIVOS E INOCULANTES E FISFECOI

**Em
R\$ 1,00**

Tipo da ação: Atividade

Finalidade: Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.

Descrição: A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) registro de produtos; 3) fiscalização da produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, realizado através de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas do MAPA; 6) realização de reuniões técnicas e cursos de capacitação destinados ao aprimoramento dos processos operacionais relacionados ao programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIA/SDA

Coordenador nacional da ação: Hideraldo José Coelho ã Coordenador da CFIC/DFIA

Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em MG através do SEFIA/DDA/SFA-MG

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
276.285,19	276.285,19	269.593,70	269.593,70	1.050,00	268.543,70

Não foram descentralizados recursos no Elemento de Despesa 4490.52 (Investimento).

Informações sobre os resultados alcançados

Análise do Resultado Alcançado

Análise Crítica

A Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes (FISFECOI) tem como objetivo assegurar níveis satisfatórios de conformidade e qualidade aos fertilizantes, corretivos e inoculantes disponibilizados para a agricultura nacional. Estima-se que a partir do alcance desses objetivos, produtividades mais elevadas poderão ser alcançadas contribuindo decisivamente para a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio brasileiro refletindo também, de modo positivo, no grau de oferta de gêneros alimentícios com elevado padrão de qualidade a custos mais acessíveis.

Os resultados alcançados através das ações desenvolvidas ao longo do ano de 2011 apontam para níveis de conformidade e qualidade nos insumos agrícolas da ordem de: i) 91% em fertilizantes minerais simples; ii) 77% para fertilizantes minerais complexos; e iii) 79% para fertilizantes minerais mistos.

Com relação aos fertilizantes minerais simples, observou-se um declínio em sua conformidade quando comparada ao ano anterior, passando de 99% para 91%. Por se tratarem de matérias primas utilizadas na fabricação de formulações e misturas de fertilizantes minerais mistos, impactos negativos eram esperados na qualidade final dessas formulações. De fato, ao se analisar o grau de conformidade alcançado para os fertilizantes minerais mistos verifica-se a ocorrência de declínio em sua conformidade, comparativamente ao ano anterior, passando de 89% para 79% nessa oportunidade.

Verificou-se ainda expressiva queda na conformidade dos fertilizantes minerais complexos, também em relação ao exercício anterior, passando de 89% para 77%. Por se tratarem em sua quase totalidade de produtos importados não há como planejar ações destinadas a melhoria desses índices de conformidade permanecendo, contudo a necessidade de se intensificar as ações fiscais destinadas a aferição de suas garantias.

Para fertilizantes minerais fluidos os indicadores alcançados para os níveis de conformidade apresentaram expressivo declínio comparativamente àqueles alcançados em 2010. Verificou-se que sua conformidade foi reduzida 67 pontos percentuais, passando de 94% para 27% em 2011. Em sentido inverso, os fertilizantes orgânicos/organominerais fluidos apresentaram incremento de 8 pontos percentuais, passando de 26% para 34% em 2011.

Cabe ainda ressaltar os índices de conformidade apurados para corretivos e condicionadores de solo, de 93% e 100%, respectivamente, bem como os resultados alcançados para os fertilizantes orgânicos e organominerais sólidos, que apresentaram incremento de 53 pontos percentuais em sua conformidade, passando de 10% para 63% em 2011.

Em contrapartida, permanece a necessidade de dispensar maior atenção aos substratos para plantas, visto terem estes apresentado declínio de 7 pontos percentuais na sua conformidade, passando de 39% para 32% em 2011, resultado esse que aponta para a necessidade de adoção de ações mais intensas na sua fiscalização.

Tendo em vista que a maioria dos indicadores anteriormente relacionados apontaram declínio na conformidade dos produtos, nesse ponto dos trabalhos é importante que seja feita menção às consequências operacionais advindas da publicação do Decreto nº 7446/2011. Referido dispositivo legal estabelecia que no exercício de 2011 não poderiam ser emitidas mais do que 40 (quarenta) diárias anuais por servidor, contabilizadas de forma individualizada.

Da análise do Plano Operativo Anual - POA 2011 depreende-se que, para o alcance das metas inicialmente

propostas para a fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes nesse período, seriam necessárias aproximadamente 90 (noventa) diárias anuais por servidor atuante no PI FISFECOI. Dessa maneira, a concessão de diárias se encontrou limitada a menos da metade da demanda inicialmente projetada, o que acabou por gerar uma série de entraves que se mostraram determinantes para o declínio desses indicadores de conformidade, quais sejam:

1. Menor número de deslocamentos em decorrência da impossibilidade de emissão de novas diárias destinadas a realização de ações de fiscalização rotineira;
2. Menor número de estabelecimentos fiscalizados em decorrência do menor número de deslocamentos;
3. Menor número de amostras coletadas para aferição da conformidade em decorrência do menor número de estabelecimentos fiscalizados; e
4. Atuação pouco eficiente sobre os estabelecimentos objetivando coibir possíveis e eventuais abusos e/ou não conformidades nas linhas de produção.

Assim sendo, e tendo em vista não terem sido gerados ao longo do exercício fiscal de 2011 dados em quantidade necessária para uma interpretação mais fidedigna em relação aos resultados alcançados, não se configura conveniente afirmar que os resultados ora apresentados traduzam um efetivo declínio dos índices e indicadores da conformidade dos insumos fiscalizados. Ao contrário, deverá prevalecer o entendimento de que as metas inicialmente projetadas foram severamente prejudicadas a partir do advento do Decreto nº 7446/2011, caracterizando enorme retrocesso em relação a todo o trabalho custosa e penosamente elaborado até o momento imediatamente anterior à sua publicação. Por esse motivo é também plausível supor-se que diante da menor intensidade das ações de fiscalização sobre os produtores de fertilizantes minerais, estes passaram a não observar os cuidados necessários na fabricação de seus produtos, fato esse que compromete a qualidade e o desenvolvimento do agronegócio no Estado.

Persiste a demanda por Fiscais Federais Agropecuários para o fortalecimento do quadro de pessoal diretamente envolvido com a atividade como um dos grandes entraves para a consecução das ações programadas pelo PI FIFECOI. Reside nesse ponto uma das maiores restrições, senão a maior, às quais o PI FISFECOI se encontra atualmente submetido em decorrência do grande número de estabelecimentos produtores e importadores sediados em Minas Gerais (158 no total). Entretanto, ainda que diante de um quadro distante do desejável, é importante ressaltar o alcance de 93,20% de estabelecimentos fiscalizados no período em Minas Gerais.

Um dos aspectos que muito contribuiu para o melhor fluxo de documentos e processos gerados nesse período encontra-se alicerçado nas ações de capacitação levadas a termo no decorrer do ano de 2010, a exemplo dos Cursos de Relatoria de Processos Administrativos de Fiscalização. Observou-se a partir de sua implementação melhor qualidade na elaboração e maior velocidade na tramitação dos processos, contribuindo favoravelmente para o alcance de melhores resultados operacionais.

Especial atenção continua sendo dispensada à substituição da frota, bem como aos equipamentos e suprimentos de informática utilizados no desempenho das atividades fiscais. Deve-se ressaltar que o PI foi contemplado nesses aspectos ao longo do ano de 2011 permanecendo, portanto a expectativa de sua continuidade.

Por fim, ressalta-se a constante preocupação manifestada pela Coordenação do PI FISFECOI em disponibilizar o acesso a informação, quer seja através de cursos ou de ações de capacitação e harmonização de procedimentos, fato esse que possibilita a ininterrupta troca de experiência e a atualização do conhecimento necessários ao bom desempenho das atividades inerentes ao PI FISFECOI.

Fonte: PPA, SIOR, SIPLAN, SIAFI Gerencial e Operacional, SPA.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO PROGRAMA					Em R\$ 1,00
AÇÃO 2909 - FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS E AFINS ã FISAGROTOX					
Tipo da ação: Atividade					
Finalidade: Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.					
Descrição: A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) registro de agrotóxicos; 3) credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação; 4) fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).					
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DFIA/SDA					
Coordenador nacional da ação: Luís Eduardo Pacifici Rangel - Coordenador Geral da CGAA/DFIA					
Unidades executoras: Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais através do SEFIA/DDA/SFA-MG					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
54.413,88	54.413,88	44.490,40	44.490,40	518,06	43.873,14
Não foram descentralizados recursos no Elemento de Despesa 4490.52 (Investimento).					
Informações sobre os resultados alcançados					

Análise do Resultado Alcançado**Análise Crítica**

O PI FISAGROTOX envolve as atividades de credenciamento e fiscalização de entidades para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos; nestes casos, efetuam-se vistorias dos estabelecimentos como parte do processo de credenciamento; fiscalização de estabelecimentos produtores de agrotóxicos e afins, focando em produtos e processos.

As ações desenvolvidas no PI FISAGROTOX envolvem a fiscalização de agrotóxicos, de empresas produtoras de agrotóxicos e de entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos. Estas ações têm um impacto óbvio na saúde da população e na atividade agrícola, que terá à disposição um insumo de qualidade, possibilitando maior eficiência produtiva, melhor rentabilidade para o produtor e maior oferta de produtos a custos menores. Além disso, tais ações são de suma importância no comércio internacional, pois o rechaço de partidas exportadas pelo país devido a questões de resíduos podem trazer sérias consequências econômicas.

As mudanças qualitativas para o cidadão que este PI proporciona são, então, decorrentes do uso de insumos com qualidade controlada e, conseqüentemente, mais eficientes (e, com isso, há possibilidade de uso de menores quantidades no processo produtivo de modo a ter menores teores de resíduos nos alimentos); e os benefícios da maior competitividade das exportações brasileiras. Deve-se lembrar que as barreiras fitossanitárias ou rechaços por resíduos de agrotóxicos são os argumentos mais utilizados atualmente, como forma de protecionismo comercial.

O público alvo compreende agricultores e usuários de agrotóxicos; estabelecimentos produtores de agrotóxicos; entidades envolvidas com pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos; e obviamente, o cidadão enquanto consumidor.

A qualidade dos insumos e serviços agropecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas, produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

As metas são:

- ✓ Fiscalizar as empresas produtoras de agrotóxicos, com coleta de amostras do produto;
- ✓ Fiscalizar entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos.

Fonte: PPA, SIOR, SIPLAN, SIAFI Gerencial e Operacional, SPA.

Fonte: SIPLAN, PPA, SIAFI Gerencial e Operacional.

1.2 Detalhamento de sub-ações Serviço de Sanidade Vegetal

SUB-AÇÃO: SISTEMA NACIONAL DE ALERTAS FITOSSANITÁRIOS (ESTAÇÃO DE AVISOS)

Finalidade: Controle adequado das pragas do cafeeiro com a emissão mensal de Boletins de Avisos Fitossanitários. A coleta e o registro de dados climáticos, associados aos dados fenológicos da cultura, auxiliam na tomada de decisão pelos produtores pois possibilita o seguinte:

- determinar época e grau de incidência de pragas e doenças do cafeeiro;
- testar a eficácia de métodos e técnicas de controle fitossanitário;
- desenvolver programas alternativos de controle de pragas e doenças;
- formar uma consciência fitossanitária entre os produtores;
- reduzir custos de controle com um menor uso de defensivos;
- evitar desequilíbrio biológico e proteger o meio ambiente (solo, ar e água);
- utilizar produtos com menor potencial residual;
- aumentar a produtividade e competitividade do setor café, por meio de redução das perdas por pragas e doenças e melhoria da qualidade final do produto colhido.

Efetividade: Emissão mensal de Boletins de Avisos Fitossanitários nas estações de Varginha, Carmo de Minas, Boa Esperança, Patrocínio e Araxá, Muzambinho e Araguari.

Os dados disponibilizados mensalmente aos técnicos responsáveis pela assistência técnica e cafeicultores abrangem mais de 60% da área cultivada contribuindo para o manejo adequado das pragas do cafeeiro e conseqüente redução do custo da produção, com ganhos sócio-econômico e ambiental.

As estações de avisos de Muzambinho e Araguari foram implantadas neste período visando o objetivo de disponibilizar esta tecnologia a um maior número de cafeicultores.

Principais problemas:

- Aposentadoria do técnico coordenador dos trabalhos das estações de aviso em Varginha-MG.
- Destruição da estação de avisos de Muzambinho por vândalo.

Providências:

- Transferência de Fiscal Federal Agropecuário para Varginha objetivando a coordenação dos trabalhos nas estações de avisos.
- Formalização do Processo nº 21028.007953/2011-21 referente à apuração de responsabilidades quanto à destruição da estação de avisos de Muzambinho.

Análise crítica: O objetivo da sub-ação foi alcançado, com a emissão mensal dos Boletins de Avisos Fitossanitários nas Estações de Avisos de Varginha, Boa Esperança, Carmo de Minas, Patrocínio e Araxá.

As informações disponibilizadas aos técnicos e produtores foram a base para o controle das pragas do cafeeiro nessas regiões.

Houve significativos ganhos com o monitoramento das principais pragas do cafeeiro, contribuindo para o adequado controle, com conseqüente redução dos custos de produção, melhoria na qualidade do produto, aumento da renda do produtor e menor impacto às condições ambientais pela redução do uso de agrotóxicos.

SUB-AÇÃO: PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA BANANA ã SIGATOKA NEGRA

Finalidade: Elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio de prevenção e controle da disseminação da Sigatoka-Negra (*Mycosphaerella fijiensis*).

Efetividade: A Sigatoka Negra, causada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis*, representa uma das principais pragas da bananeira, onde ocorrem condições climáticas favoráveis e cultivo de variedades susceptíveis. Em regiões quentes e úmidas a praga reduz em até 100% a produção de variedades susceptíveis, se nenhuma medida de controle é realizada.

Trabalhos de vigilância fitossanitária em Minas Gerais foram intensificados, tendo sido realizados levantamentos fitossanitários que resultaram na detecção dos primeiros focos da doença em 2004 nos municípios de Piranguçu, Cristina e São José do Alegre, na região Sul de Minas. Atualmente, de acordo com relatórios do IMA ã Instituto Mineiro de Agropecuária, a praga ocorre em 16 municípios (Barão de Cocais, Bom Jesus do Amparo, Caeté, Cristina, Coronel Pacheco, Gonçalves, Igarapé, Juiz de Fora, Maria da Fé, Nova União, Piau, Piranguçu, Rio Pomba, Sabará, São José do Alegre e Taquaraçu de Minas).

As macro-regiões: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba e Vale do Jequitinhonha encontram-se livres de Sigatoka Negra, com base nos levantamentos fitossanitários realizados pelo IMA desde 2004, de acordo com a Instrução Normativa nº 17 de 31 de maio de 2005. Essas áreas foram reconhecidas como livres pelo Ministério da Agricultura, de acordo com as instruções Normativas nº 59 de 20 de outubro de 2006 e nº 71 de 29 de Dezembro de 2006, perfazendo uma totalidade de 62 municípios.

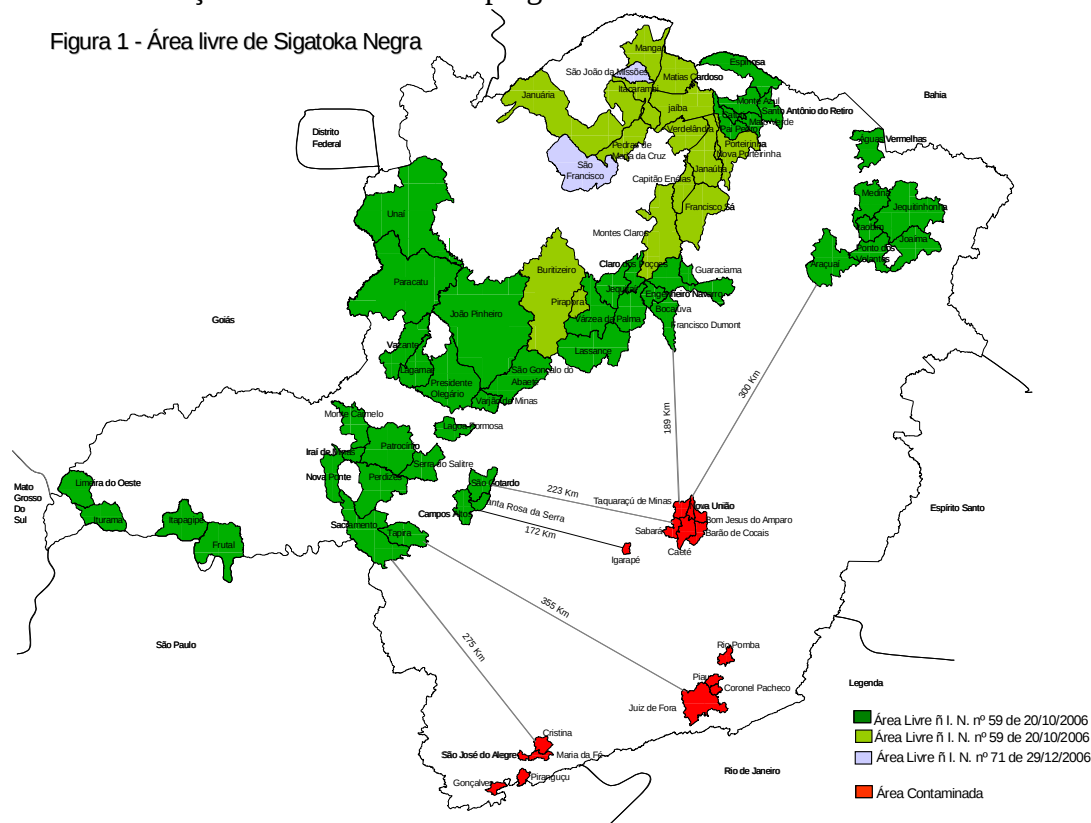
A partir da detecção do primeiro foco da praga em Minas Gerais em junho de 2004, foram intensificados os trabalhos de prevenção e controle de acordo com a Instrução Normativa nº 17/2005.

O Serviço de Sanidade Vegetal acompanha e supervisiona todo o processo de manutenção das áreas livres e aplicação do Sistema de Mitigação de Risco, bem como a aplicação de demais medidas fitossanitárias objetivando a prevenção e controle da praga. Em 2009 não houve detecção de nenhum foco da praga no Estado de Minas.

Foram mantidas 76 Unidades de Produção cadastradas no Sistema de mitigação de Risco de Sigatoka-negra possibilitando o comércio de banana para locais onde não ocorre a praga.

O objetivo do Estado é a mudança da situação da praga com o reconhecimento do Status de Unidade da Federação sem ocorrência da praga.

Figura 1 - Área livre de Sigatoka Negra



Principais problemas:

- Necessidade de revisão da situação da praga no Estado.
- Necessidade de pesquisas, principalmente referente à epidemiologia, objetivando analisar o comportamento do fungo (*Mycosphaerella fijiensis*) nas condições ambientais do Estado, nas quais não foram identificados focos da praga nos últimos 04 (quatro) anos.
- Legislação específica para a praga desatualizada.
- Falta de harmonização de procedimentos para supervisão e auditoria dos processos de manutenção de áreas livres e aplicação do Sistema de Mitigação de Risco da praga.

Providências:

- Encaminhamento ao DSV/SDA de relatório sobre a situação atual da Sigatoka-Negra em Minas Gerais com a solicitação de análise e definição quanto a essa situação.
- Solicitação de revisão da Instrução Normativa Nº 17 de 31/05/2005, com apresentação de sugestões objetivando a melhoria do processo de prevenção e controle da Sigatoka-Negra.
- Solicitação ao DSV/SDA de definição e harmonização de procedimentos para realização de trabalhos de supervisão e auditoria dos processos de manutenção de áreas livres e aplicação do Sistema de Mitigação de Risco da praga.

Análise Qualitativa/Indicador de Desempenho:

O objetivo do Plano de Ação foi alcançado com a manutenção da praga sob controle. Foi mantida a condição de área livre em 60 municípios no estado. Não foi detectado nenhum foco da praga no ano de 2010.

SUB-AÇÃO - PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA MADEIRA

Finalidade: Prevenir e controlar a ocorrência da praga Vespa da Madeira (*Sirex noctilio*) nas lavouras de Pinus no Estado de Minas Gerais.

Efetividade:

Apesar da ocorrência oficial da vespa da madeira continuar restrita à região Sul de Minas, nos municípios de Camanducaia/MG e Lavras/MG, a praga não foi detectada nos levantamentos realizados pelo IMA.

Em 2011 os trabalhos de monitoramento da praga com a instalação de árvores armadilhas só foram realizados nas outras principais regiões produtoras de Pinus no Estado visando à prevenção da praga (áreas indenenes).

Principais problemas:

Os trabalhos de levantamento da praga nas áreas de ocorrência foram realizados por meio de inspeção visual, tanto pelo órgão executor como pelos responsáveis técnicos.

Providências:

Foi solicitado ao órgão executor que as inspeções (IMA e RTs), nos municípios considerados contaminados, sejam realizadas utilizando-se a metodologia da instalação de árvores armadilhas.

Análise Qualitativa/Indicador de Desempenho:

O objetivo da ação foi alcançado evitando a disseminação da praga no Estado.

Indicador de Desempenho (ID) = $\frac{\text{Nº de municípios com registro de focos}}{\text{Nº de municípios do Estado}} \times 100$

I.D(%) = $\frac{02}{863} \times 100 = 0,23$

SUB-AÇÃO - PREVENÇÃO E CONTROLE DA FERRUGEM ASIÁTICA DA SOJA

Finalidade: Prevenção e controle do fungo *Phakospora pachyrhizi*, causador da Ferrugem Asiática da Soja no estado de Minas Gerais.

Efetividade: De acordo com a Instrução Normativa Nº 02 de 29/01/2007 foi criado, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (PNCFS).

Como medida deste programa, o Instituto Mineiro de Agropecuária ã IMA, instituiu no Estado o Vazio Sanitário para a cultura da soja, conforme Portaria nº 854 de 19/06/2007, determinando a obrigatoriedade do cumprimento deste vazio sanitário, no período de 01 de julho a 30 de setembro de cada ano.

Nesse período, o IMA fiscalizou o cumprimento do vazio sanitário nas principais regiões produtoras de soja no Estado.

Foram realizadas 485 fiscalizações, abrangendo uma área total de 199.975 ha, tendo sido emitidos 4 autos de infração e 118 notificações.

Análise Qualitativa/Indicador de Desempenho:

A aplicação das medidas de prevenção e controle estabelecidas pelo Plano Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, tendo como destaque o cumprimento do vazio sanitário para a cultura da soja, resultou na manutenção da Ferrugem sob controle, com a redução das perdas provocadas pela praga.

Indicador de Desempenho (ID) = $\frac{\text{Propriedades em conformidade}}{\text{Propriedades fiscalizadas}} \times 100$

$$\text{I.D (\%)} = \frac{367}{485} \times 100 = 75,70$$

SUB-AÇÃO ã PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DO ALGODOEIRO

Finalidade: Prevenir e controlar a ocorrência da praga Bicudo do Algodoeiro (*Anthonomus grandis*) no Estado de Minas Gerais.

Efetividade: O Programa Nacional de Controle do Bicudo do Algodoeiro ã PNCB, foi instituído pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ã MAPA, por meio da Portaria Nº 44 de 29/07/2008.

O programa visa ao fortalecimento do sistema de produção agrícola do algodão, congregando ações estratégicas de defesa sanitária vegetal com suporte da pesquisa agrícola e da assistência técnica na prevenção e controle da praga. O Art. 4º da citada Portaria dispõe sobre a constituição do Grupo Técnico de Trabalho, com a finalidade de acompanhar e gerenciar a execução das instruções e normas técnicas para a prevenção e controle do bicudo do algodoeiro no Estado.

O grupo técnico de trabalho foi constituído e formalizado pelo MAPA/SFA/MG, por meio da Portaria Nº 349 de 3 de novembro de 2008; o Instituto Mineiro de Agropecuária ã IMA publicou a Portaria Nº 1019, de 13 de outubro de 2009, que estabelece procedimentos para o vazio sanitário do algodão no Estado de Minas Gerais.

Atualmente, a Portaria Nº 1019 foi alterada pela Portaria nº 1136, de 10 de maio de 2011, passando a vigorar conforme transcrição abaixo:

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 3º da Portaria IMA nº 1019, de 13 de outubro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

óArt. 3º - É obrigatório o cumprimento do Vazio Sanitário para a cultura do algodão em Minas Gerais no período de 20 de setembro a 20 de novembro de cada ano.ô

Art. 2º - O artigo 3º da Portaria IMA nº 1019, de 13 de outubro de 2009, passa a vigorar acrescido do § 6º, com a seguinte redação:

ó§ 6º - Para efeitos desta portaria entende-se por eliminação a destruição de plantas vivas e restos culturais de algodão mediante processo químico ou mecânico (arranquio, aração, gradagem, roçada, entre outros) a fim de que o Bicudo do Algodoeiro não encontre ambiente favorável ao desenvolvimento do seu ciclo de vida.ô

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data

O vazio sanitário para a cultura do algodão é a principal medida fitossanitária para o controle da praga. Visando a garantir o cumprimento dessa medida, o IMA, sob supervisão do SSV, realizou 80 fiscalizações em uma área total de 10.115 hectares, tendo sido emitidas três notificações e nenhum auto de infração.

Análise Qualitativa/Indicador de Desempenho:

O resultado da ação é a manutenção da praga sob controle, viabilizando o cultivo de algodão no Estado, tendo como principal medida o cumprimento do vazio sanitário para o algodão.

$$\text{Indicador de Desempenho} = \frac{\text{Propriedades em conformidade}}{\text{Propriedades fiscalizadas}} \times 100$$

$$\text{ID (\%)} = \frac{112}{115} \times 100 = 97,4$$

SUB-AÇÃO: PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DOS CITROS

CANCRO CÍTRICO

Finalidade: Prevenir a ocorrência do Cancro Cítrico nas regiões citrícolas do Estado.

Efetividade: Houve um aumento da disseminação da praga em relação a 2010, mas continua restrita ao município de Planura/MG.

Em 2011, em Planura/MG, foram realizados levantamentos da praga e reinspeções nas propriedades contaminadas. Foram identificados 57 novos focos da praga na área urbana do município de Planura/MG. Estão em fase final os trabalhos de erradicação.

Principais problemas: Em 2010 o Fundo de Defesa da Citricultura ã FUNDECITRUS deixou de realizar os trabalhos de levantamento do Cancro Cítrico no Estado de São Paulo e no Triângulo Mineiro. Essa atividade deveria ser exercida pelo Instituto Mineiro de Agropecuária ã IMA, sob a supervisão do Serviço de Sanidade Vegetal ã SSV/DDA/SFA-MG a partir de 2011. O IMA, através de mutirão, realizou as inspeções, em janeiro/2011, no município de Planura e em outros municípios em outubro e novembro/2011, em atendimento às metas do convênio.

Esta atividade deveria ter sido feita através de pente fino, principalmente no Triângulo Mineiro, principal região produtora de citros do Estado, o que não ocorreu.

Providências: O IMA já se comprometeu a executar essa atividade, principalmente nos pomares não comerciais do Triângulo Mineiro. Nos pomares comerciais, além dos trabalhos de levantamento fitossanitário realizados pelo IMA, essa atividade é exercida pelos responsáveis técnicos através da Certificação de Origem.

Análise Qualitativa/Indicador de Desempenho:

Indicador de desempenho = $\frac{\text{Nº de municípios contaminados}}{\text{Nº de municípios do estado}} \times 100$

Indicador de desempenho = $\frac{01}{863} \times 100 = 0,12 \%$

Resultado: 0,12% dos municípios do Estado estão contaminados

HUANGLONGBING (óGREENINGô)

Finalidade: Prevenção e controle da praga Hunglongbing (HLB), nas regiões citrícolas do Estado.

Efetividade: Para o atendimento dos objetivos dessa atividade foram realizadas supervisões dos trabalhos executados pelo IMA, em atendimento a Instrução Normativa nº 53/2008 nas áreas de ocorrência da praga.

Houve um aumento da disseminação da praga. Em 2010 a praga estava presente em 07 (sete) municípios do Estado: Monte Santo de Minas, Guaxupé, São Sebastião do Paraíso, Carmo do Rio Claro, Fortaleza de Minas e Campanha, no Sul de Minas, e em Frutal no Triângulo Mineiro. Em 2011 a praga foi detectada nos municípios de Uberaba e Conceição das Alagoas no Triângulo Mineiro e em Alterosa no Sul de Minas, totalizando 10 municípios contaminados.

O controle efetivo da praga somente pode ser conseguido se realizado regionalmente e com a participação de todos, incluindo os trabalhos de educação sanitária específica para a praga em todos os municípios contaminados.

Principais problemas: Houve um aumento da disseminação da praga em relação a 2009.

Nas supervisões realizadas pelo SSV/DDA/SFA-MG nos municípios contaminados verificou-se que nem todos os produtores estão aplicando as medidas de controle recomendadas pela IN 53, principalmente quanto às inspeções do pomar e erradicação das plantas contaminadas e também o não envio do relatório.

Providências: Foi solicitado ao órgão executor o incremento das fiscalizações para o fiel atendimento da IN 53, bem como das ações de educação sanitária.

Análise Qualitativa:

Indicador de desempenho = $\frac{\text{Nº de municípios contaminados}}{\text{Nº de municípios do estado}} \times 100$

Indicador de desempenho = $\frac{10}{863} \times 100 = 1,16 \%$

Resultado: 1,16 % dos municípios do Estado estão contaminados.

PINTA PRETA OU MANCHA NEGRA DOS CITROS

Finalidade: Prevenção e controle da praga nas regiões citrícolas do Estado.

Efetividade: Para o atendimento dos objetivos dessa atividade foram realizadas supervisões dos trabalhos executados pelo IMA, em atendimento às Instruções Normativas nºs 03/2008 e 01/2009 nas Unidades de Produção ã UPs cadastradas visando a exportação de frutos óin naturaô. As inspeções foram realizadas nos municípios de Comendador Gomes, Prata e Frutal no Triângulo Mineiro.

Foram habilitadas 48 UPs para exportação em 04 fazendas da CUTRALE no ano de 2011. Somente duas fazendas com 38 UPS cadastradas, em Comendador Gomes/MG, exportaram. Dessas, 34 UPs exportaram 27.600 caixas de laranja óin naturaô e 6.150 caixas foram destinadas à indústria; e quatro UPs foram desabilitadas pela inspeção final do IMA pela presença da praga no campo. Não ocorreram interceptações no Packing House da empresa CUTRALE em Araraquara/SP.

Em 2011 todas as UPs cadastradas e com resultado do teste de indução negativo foram inspecionadas pelo IMA.

Principais problemas: Faltou agilidade nos trâmites de informações e harmonização de procedimentos pelos Estados exportadores.

Providências: Foi solicitado ao órgão executor e demais integrantes da cadeia o fiel atendimento das INs 03/08 e 01/09 e harmonização de procedimentos para a safra de 2012.

MORTE SÚBITA DOS CITROS

Finalidade: Prevenção e controle da praga nas regiões citrícolas do Estado.

Efetividade: Para o atendimento dos objetivos dessa atividade foram realizadas supervisões e verificou-se o fiel cumprimento da IN nº 16/2003. A praga continua restrita ao Triângulo Mineiro e sob controle por parte dos produtores.

SUB-AÇÃO - PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA VIDEIRA

Finalidade: Prevenir a ocorrência da praga *Xanthomonas campestris* pv *viticola* em pomares de uva.

Descrição: Supervisão das ações de inspeção para verificação da ocorrência da praga em áreas de produção de material de propagação.

Efetividade: Nas supervisões foi verificado que o órgão de defesa estadual (Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA) tem inspecionado não somente as áreas onde ocorreram os focos em 2005, mas também lavouras comerciais nos municípios circunvizinhos. Durante a ação também foram realizadas inspeções fitossanitárias nas áreas onde anteriormente ocorreram os focos, não sendo observado ressurgimento da praga naqueles locais, nem notificação de novas ocorrências.

SUB-AÇÃO: PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DAS CUCURBITÁCEAS

Finalidade: Manutenção do Sistema de Mitigação de Risco (SMR) da praga *Anastrepha grandis* nos municípios de Bom Despacho, Jaíba, João Pinheiro, Luz, Manga, Matias Cardoso, Paracatu, Pedra Maria da Cruz, Uberlândia e Unaí no Estado de Minas Gerais, possibilitando assim o atendimento das exigências dos países importadores que classificam *Anastrepha grandis* como uma praga quarentenária. Base legal: Instrução Normativa nº 16/2006. O SMR viabiliza a exportação de cucurbitáceas para países do Mercosul, abrindo novos mercados, gerando divisas, fortalecendo a atividade, ampliando a competitividade interna e externa, dessa forma propiciando maiores ganhos sócio-econômicos para o setor.

Principais Atividades: A manutenção do SMR de *Anastrepha grandis* é feita por meio de supervisões das atividades realizadas pelo Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, previstas na IN 16/2006, quais sejam: cadastramento de propriedades rurais e de unidades de produção, fiscalização das atividades do responsável técnico (RT) no tocante ao monitoramento da praga e certificação fitossanitária de origem, além da amostragem e corte de frutos e emissão de Permissões de Trânsito de Vegetais - PTVs. O SSV realiza também o controle da produção exportada e, quando exigida pelo país importador, a emissão de Certificados Fitossanitários - CFs - na origem (casa de embalagem ou no próprio campo).

Efetividade/Resultados: o SMR tem sido efetivo no atendimento do nível de segurança fitossanitária exigido pelos países importadores. Prova disso é nunca houve notificação de interceptação de *Anastrepha grandis* em partidas de cucurbitáceas.

Em 2011, foram emitidos 18 CFs para partidas de abóboras com destino à Argentina, totalizando 473,5 toneladas. Não houve exportações para o Uruguai.

O pequeno número de UPs cadastradas (apenas quatro), e consequentemente o pequeno volume exportado, são resultado de questões de mercado - não tem sido mais vantajoso para o produtor comercializar cucurbitáceas no mercado interno, que está remunerando melhor os produtores.

Principais Problemas:

1) A Instrução Normativa 16/2006, que regulamenta a implantação e manutenção de Sistema de Mitigação de Risco (SMR) de *Anastrepha grandis*, está desatualizada, no tocante ao registro de propriedades, inscrição de UPs, critérios de amostragem e corte de frutos e, principalmente, ausência de instrumentos (formulários) de fiscalização e procedimentos para aplicação de penalidades. Além disso, os atuais critérios para implantação do SMR em novos municípios necessitam ser aperfeiçoados.

2) Inexistência de um programa informatizado, hospedado no portal do MAPA na internet, com diferentes níveis de privilégio para produtores / RTs, órgãos estaduais de defesa sanitária vegetal, laboratórios, SSVs e coordenador nacional (DSV). O objetivo desse programa é melhor controlar o registro de propriedades, inscrição de UPs, áreas de plantio, produção estimada, espécie / variedade, datas de plantio e colheita, dados de produção exportada e lançamento dos dados de monitoramento.

3) Exigência, por parte do SENASA Argentina, da emissão de CFs na origem, seja no galpão de empacotamento ou na própria unidade de produção. Essa exigência tem causado grandes dificuldades operacionais, uma vez que não existem FFAs engenheiros agrônomos lotados nos municípios autorizados e nem mesmo em cidades próximas. Dessa forma, os FFAs que se revezam nessa atividade (em número cada vez menor) são obrigados a percorrer grandes distâncias, e permanecer fora de suas regiões de atuação uma semana inteira, muitas vezes com pouca ou nenhuma atividade, já que a expedição de partidas depende de situações de mercado e também da disponibilidade de carretas para o produtor. Em 2011, a situação foi agravada pelo Decreto Presidencial nº 7.446, de 1º de março de 2011, que limita a cada FFA 40 diárias no ano. A pequena quantidade de cucurbitáceas exportadas em 2011, se por um lado elevou o custo por CF emitido, tornou possível ao SSV organizar de forma satisfatória a presença de FFAs em Paracatu, o único município exportador em 2011 para o trabalho de certificação. Se o volume exportado houvesse sido maior, ou se outros municípios houvessem cadastrado unidades de produção, o atendimento provavelmente teria sido comprometido.

Providências:

1) Publicação da nova IN de SMR de *Anastrepha grandis*, até dois meses antes do início dos registros de propriedades e inscrições de UPs, ou seja, fevereiro ou março / 2012, para que haja tempo hábil para as partes envolvidas se ajustarem às novas regras. O projeto de IN está atualmente em fase de ajustes pela DPCP, atendendo à solicitação da CONJUR.

2) Implantação de um programa informatizado para controle do SMR, antes do início da próxima temporada de exportação. Já foi feito o mapeamento do processo pela CGPLAN, em conjunto com a DPCP. A SDA submeteu a demanda à CGTI, que propôs a utilização do sistema SIPE, que necessita, entretanto, passar por alguns ajustes, de forma a atender plenamente à nossa demanda.

3) Sensibilizar o DSV quanto a obter compromisso do SENASA - Argentina, no sentido de eliminação da exigência de emissão de CFs na origem, cumprindo o previsto na IN 16/2006, ou seja, emissão de CFO por parte do RT, inspeção e lacre da carga e emissão de PTV por parte do IMA e emissão de CF no ponto de saída para a Argentina, assim como é feito no caso do Uruguai.

Análise Qualitativa/Indicadores de Desempenho:

O SSV supervisionou todo o processo de cadastramento de produtores e unidades de produção, monitoramento da praga e certificação de origem, além da fiscalização efetuada pelo IMA, não tendo sido constatadas irregularidades. Não houve rechaços por parte dos países importadores.

Indicador: conformidade fitossanitária nas exportações

$$CF = 1 - \frac{(PC - PR)}{PC}$$

onde CF = conformidade fitossanitária nas exportações; PR = partidas internalizadas; PC = nº partidas certificadas. (melhor: mais próximo de 1)

Indicador: CF = 1 ã (18 ã 18); CF = 1

Finalidade: Conscientizar e promover mudança de comportamento dos integrantes das cadeias produtivas dos produtos agrícolas quanto ao cumprimento da Legislação Sanitária Vegetal.

EFETIVIDADE / RESULTADOS

Principais Problemas

¶Inexistência de uma estrutura formal no MAPA para coordenar o Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, instituído pela Instrução Normativa Ministerial nº 28, de 15 de maio de 2008. O inciso II do artigo 5º da IN 28 reza: óCompete às três Instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária... em seus respectivos âmbitos de atuação: II - dispor de estrutura organizada para conduzir atividades de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária em seu âmbito de ação.

¶Esse vácuo institucional e a consequente ausência de orientações e suporte por parte da SDA fragilizam nossa atuação perante o OEDSV, especialmente na eventualidade da constatação de algum desvio na realização das atividades.

Providências: Sensibilização dos dirigentes quanto à criação de estrutura formal de educação sanitária na SDA, bem como o fortalecimento do Serviço de Educação Fitossanitária, existente na Divisão de Prevenção e Controle de Pragas do DSV. Espera-se que essa estrutura formal seja capaz de orientar, disciplinar e incentivar a aplicação das diretrizes do Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, além de se apoiar os Serviços de Sanidade Vegetal das SFAs nas definições das prioridades junto aos OEDSVs e na correção de eventuais desvios apurados na supervisão dos projetos.

Análise Qualitativa

O projeto de educação sanitária para prevenção e controle do huanglongbing (greening), que teve início em 2010, com duração de 3 anos, está hoje inserido na Carteira de Projetos do IMA, o que significa sua continuidade, independentemente da existência de recursos federais. Além disso, o projeto do greening recebe acompanhamento especial por parte da diretoria do órgão.

Para 2011 estava prevista a continuidade da supervisão do projeto, entretanto, tendo em vista as limitações advindas do Decreto nº 7.446/2011, foi necessário suspender as atividades de supervisão, de forma a priorizar as demais atividades do Serviço, tais como supervisão do Sistema de Mitigação de Risco de *Anastrepha grandis* e certificação de partidas de cucurbitáceas destinadas à Argentina. Isso não trará de imediato consequências danosas, tendo em vista todo o envolvimento prévio do SSV e as atividades de supervisão já realizadas, além do já citado destaque que o projeto vem recebendo da diretoria do IMA.

Fazia parte também do planejamento para 2011 a elaboração de um novo projeto educativo sanitário, desta vez com foco no controle do *Meloidogyne paranaensis*, presente em MG. Tendo em vista a presente situação do MAPA, além de estarem os esforços do IMA concentrados na execução do projeto do greening, decidimos adiar o projeto do *Meloidogyne*.

2- PROGRAMAS E AÇÕES

PLANO DE AÇÃO

**Unidade Organizacional: DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO -
DPDAG**

Nº	INDICADOR	PONTOS DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS/PROPOSTAS/SUGESTÕES A SEREM IMPLEMENTADAS*	PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO
01	Percentual de contratos de repasses regulares	As solicitações de fiscalização dos convênios são realizadas somente no início do segundo semestre.	Setor de convênios do DPDAG	Solicitar ao DIEL que o cronograma de fiscalização seja liberado no primeiro trimestre de cada ano com intuito de evitar o seu acúmulo de no final do exercício	Imediato

**Unidade Organizacional: DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO -
DPDAG**

Nº	INDICADOR	PONTOS DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS/PROPOSTAS/SUGESTÕES A SEREM IMPLEMENTADAS*	PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO
01	Percentual de Indicações Geográficas do Agronegócio Apoiadas	Não há pontos de atenção de forma específica	Técnicos do SESAG/DPGAG	Potencializar as atividades de fomento, coordenação e apoio às organizações, sindicatos, cooperativas, associação civis produtores rurais, etc, que se mobilizam na busca dessas Indicações Geográficas, por meio de palestras, reuniões, juntamente com outros órgãos governamentais e privados.	No decorrer de 2011

**Unidade Organizacional: DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO -
DPDAG**

					PREVISÃO
--	--	--	--	--	-----------------

Nº	INDICADOR	PONTOS DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS/PROPOSTAS/SUGESTÕES A SEREM IMPLEMENTADAS*	PARA REALIZAÇÃO
1	Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados	Não há pontos de atenção de forma específica	Representantes do MAPA que compõem a Comissão de Produção orgânica de Minas Gerais não CPORG-MG	A atuação da SFA/MG na área de produção orgânica se realiza por meio de técnicos do DPDAG, que são Coordenador e Coordenador Substituto da CPORG-MG. Essa Comissão é constituída por representantes de organizações governamentais e não governamentais e tem por objetivo de apoiar e disseminar e estimular a produção orgânica.	No decorrer de 2011

Unidade Organizacional: Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA

	INDICADOR	PONTOS DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS/PROPOSTAS/SUGESTÕES A SEREM IMPLEMENTADAS*	PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO
01	Índice de conformidade de Insumos Agrícolas - Fertilizantes	Menor número de fiscalizações nas empresas	Técnicos do SEFIA	Realizar uma programação de fiscalizações com vistas a minimizar/eliminar essas restrições	Conforme plano operativo
		Carência de fiscalizações concentradas no período de maior produção	Técnicos do SEFIA		
		Não disponibilidade do resultado do total de análises enviadas ao laboratório	Chefia do SEFIA	Encaminhar ofício ao laboratório solicitando mais agilidade na realização das análises	Março de 2012
		Carência de FFA's para atendimento da demanda	Chefia do SEFIA	Solicitar contratação de fiscais via concurso público.	Até 31/03/2012
02	Conformidade dos insumos agrícolas assegurada não Sementes e	Realização de fiscalização da produção de sementes de forrageiras.	Danilo Costa/Maria Augusta Araujo de	Programar fiscalização em barreiras e realizar fiscalização com amostragem de sementes em usuários. Realizar convênio com a Secretaria Estadual da Fazenda para ter acesso às Notas Fiscais de venda de sementes e com o IMA para facilitar a localização	2º semestre de 2012

	mudas		Castro	das propriedades rurais.	
03	Índice de conformidade de Insumos Agrícolas - Agrotóxicos	Resultados deverão ser considerados com reserva haja vista a impossibilidade de se alcançarem resultados superiores aos inicialmente detectados			

Unidade Organizacional: Serviço de Inspeção de Insumos Pecuários ã SEFIP*

Nº	INDICADOR	PONTOS DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS/PROPOSTAS/SUGESTÕES A SEREM IMPLEMENTADAS*	PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO
01	Índice de Conformidade dos Insumos Pecuários	Dificuldades de adaptação das empresas às constantes atualizações das normas técnicas e com maiores níveis de exigências.	Theomar de Figueiredo e Silva		Não há previsão, haja vista que o entreve principal é o efetivo de fcais. A valorização dos responsáveis técnicos das empresas é importante para uma melhor eficiência de realização de suas atividades.

Unidade Organizacional: Divisão Administrativa - DAD

	INDICADOR	PONTOS DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS/PROPOSTAS/SUGESTÕES A SEREM IMPLEMENTADAS*	PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO
01	Gestão por Competência implantada	Carência de informações de eventos que ocorrem nas áreas técnicas	Chefia da Divisão	Solicitar que sejam encaminhadas informações sobre capacitações que ocorrem nas áreas técnicas	Até 30/06

Unidade Organizacional: Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA

Nº	INDICADOR	PONTOS DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS/PROPOSTAS/SUGESTÕES A SEREM IMPLEMENTADAS*	PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO
01	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal	Respeito aos prazos estipulados e treinamentos com fiscais e agentes de inspeção	Servidores envolvidos nas ações de fiscalização e Chefia do Serviço	Realização de ações de capacitação do pessoal envolvido nas fiscalizações e contratação de novos fiscais e agentes de inspeção.	Indefinida, haja vista o contingenciamento de recursos
02	Redução da produção e comercialização dos produtos de origem animal sem inspeção oficial Não há indicador nem metas definidas, pois o trabalho é realizado sob demanda)	Elaboração de diretrizes específicas para este tipo de ação, mas que sejam compatíveis com a execução das atividades cotidianas do serviço.	Chefia do Serviço	Atendimento imediato das demandas	Sempre que houver necessidade.

Unidade Organizacional: Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV

	INDICADOR	PONTOS DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS/PROPOSTAS/SUGESTÕES A SEREM IMPLEMENTADAS*	PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO
--	------------------	--------------------------	--------------------	--	---------------------------------

01	Índice de Conformidade dos Produtos de Origem Vegetal	Tendo em vista o aumento do número de estabelecimentos a serem fiscalizados, devido à implantação da Lista de Verificação e dos Procedimentos Operacionais Padrão, há necessidade de aumentar o número de efetivo de FFAôs para atendimento da demanda.	Chefia do Serviço	Essas carências são anualmente informadas no Plano Operativo Anual	Indefinida.
----	--	---	-------------------	--	-------------

Unidade Organizacional: Serviço de Saúde Animal - SSA

Nº	INDICADOR	PONTOS DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS/PROPOSTAS/SUGESTÕES A SEREM IMPLEMENTADAS*	PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO
01	Porcentagem de propriedades cadastradas no sistema eletrônico p/emissão de GTA e em conformidade com o manual de padronização	Não há			
02	Porcentagem de suspeitas atendidas em 24 horas da notificação (síndromes vesicular, hemorrágica do suíno, nervosa, respiratória e nervosa das aves)	Cuidado especial relativamente à apuração de suspeitas de síndrome vesicular	Técnicos do SSA	Solicitar aos técnicos do IMA por ocasião das auditorias	

03	Porcentagem de bovinos áreas livres de Febre Aftosa	Não há			
----	---	--------	--	--	--

Unidade Organizacional: Serviço de Sanidade Vegetal - SSV

Nº	INDICADOR	PONTOS DE ATENÇÃO	RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS/PROPOSTAS/SUGESTÕES A SEREM IMPLEMENTADAS*	PREVISÃO PARA REALIZAÇÃO
01	Taxa de Fitossanidade	Necessidade de melhoria da ação de prevenção de pragas quarentenárias	Técnicos do SSV VIGIAGRO IMA Agentes credenciados	Cumprimento das programações conforme plano operativo anual. Melhoria dos sistemas de informações controle e avaliações do IMA. Harmonização de procedimentos para os agentes credenciados	
		Necessidade de melhoria na estrutura do MAPA referente ao pessoal técnico e apoio operacional	MAPA	Levantamento de necessidade de pessoal	Informado no plano operativo anual
		Adequação da estrutura de apoio (quarentena, laboratório de diagnóstico fitossanitário, empresas de tratamento quarentenário)	DSV	Solicitações junto ao DSV Melhoria dos trabalhos de fiscalização dos agentes credenciados	2011
		Revisão da legislação de Defesa Sanitária Vegetal	DSV	Constituição de grupo de trabalho para revisão da minuta de projeto de lei da defesa sanitária vegetal	2012